

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	7
DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	19
DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	110
---	-----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	113
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	114
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	115

## Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2024
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
<b>Total</b>	<b>38.571</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	3.587.558	3.200.839
1.01	Ativo Circulante	319.240	343.407
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	71.610	56.671
1.01.06	Tributos a Recuperar	52.011	61.925
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	52.011	61.925
1.01.06.01.01	IRPJ e CSLL a Recuperar	52.011	61.925
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	195.619	224.811
1.01.08.03	Outros	195.619	224.811
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	195.332	224.298
1.01.08.03.03	Outros	287	513
1.02	Ativo Não Circulante	3.268.318	2.857.432
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	96.886	98.561
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	208
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	208
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	96.678	98.353
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	96.678	98.353
1.02.02	Investimentos	3.167.934	2.755.000
1.02.02.01	Participações Societárias	3.167.934	2.755.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	136.983	126.741
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.877.973	2.477.114
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	152.978	151.145
1.02.03	Imobilizado	314	436
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	0	4
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	314	432
1.02.04	Intangível	3.184	3.435
1.02.04.01	Intangíveis	3.184	3.435
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.184	3.435

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	3.587.558	3.200.839
2.01	Passivo Circulante	204.637	235.342
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.319	1.820
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.319	1.820
2.01.01.01.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	2.319	1.820
2.01.02	Fornecedores	459	1.438
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	459	1.438
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.728	19.152
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.633	19.048
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	102	1.692
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	3.592	7.494
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	4.939	9.862
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	95	104
2.01.05	Outras Obrigações	193.131	212.932
2.01.05.02	Outros	193.131	212.932
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	190.329	211.329
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	242	233
2.01.05.02.20	Outros	2.560	1.370
2.02	Passivo Não Circulante	28.482	32.930
2.02.02	Outras Obrigações	85	208
2.02.02.02	Outros	85	208
2.02.02.02.05	Passivo de Arrendamento	85	208
2.02.04	Provisões	28.397	32.722
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23.212	24.217
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	22.523	23.545
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	689	672
2.02.04.02	Outras Provisões	5.185	8.505
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	5.185	8.505
2.03	Patrimônio Líquido	3.354.439	2.932.567
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.865.645	1.866.898
2.03.04.01	Reserva Legal	279.347	279.347
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.586.298	1.586.298
2.03.04.10	Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	0	1.253
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	423.403	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.414.925	-1.414.647

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual	Acumulado do Atual Exercício	Igual Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
		01/04/2024 à 30/06/2024	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2023 à 30/06/2023	01/01/2023 à 30/06/2023
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	276.055	508.696	212.129	433.125
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.610	-16.497	-9.036	-15.016
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.240	3.458	3.259	8.236
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	325	-610	-3.139	-6.230
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	281.100	522.345	221.045	446.135
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	276.055	508.696	212.129	433.125
3.06	Resultado Financeiro	1.614	-4	2.841	-92
3.06.01	Receitas Financeiras	648	25	2.935	54
3.06.02	Despesas Financeiras	966	-29	-94	-146
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	277.669	508.692	214.970	433.033
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-102	886	0	0
3.08.01	Corrente	-102	-32	0	0
3.08.02	Diferido	0	918	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	277.567	509.578	214.970	433.033
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	277.567	509.578	214.970	433.033
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	6,7904	12,4664	5,2591	10,5938
3.99.01.02	PN	7,4695	13,7131	5,785	11,6532
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	6,7904	12,4664	5,2591	10,5938
3.99.02.02	PN	7,4695	13,7131	5,785	11,6532

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual	Acumulado do Atual Exercício	Igual Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
		01/04/2024 à 30/06/2024	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2023 à 30/06/2023	01/01/2023 à 30/06/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	277.567	509.578	214.970	433.033
4.03	Resultado Abrangente do Período	277.567	509.578	214.970	433.033

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**  
**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-21.166	-43.544
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-20.339	-15.987
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	509.578	433.033
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.107	1.118
6.01.01.03	Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	-522.345	-446.135
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	-4.307	-3.520
6.01.01.06	Juros Pagos	-15	-3
6.01.01.07	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências	-3.403	2.416
6.01.01.08	IRPJ e CSLL Pagos	-68	-2.896
6.01.01.09	Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	-886	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-827	-27.557
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	9.914	-2.474
6.01.02.02	Outras Contas Ativos	226	482
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	5.075	1.145
6.01.02.04	Fornecedores	-979	-340
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	499	177
6.01.02.06	Tributos a Recolher	-16.752	-26.498
6.01.02.07	Outras Variações no Passivo	1.190	-49
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	137.643	137.426
6.02.04	Dividendos e JSCP Recebidos	137.643	137.426
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-101.538	-93.669
6.03.02	Pagamento de JCP e Dividendos	-101.424	-93.528
6.03.04	Pagamento Passivo de Arrendamento	-114	-141
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	14.939	213
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.671	48.205
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	71.610	48.418

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.253	-86.453	0	-87.706
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.253	0	0	-1.253
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-86.453	0	-86.453
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	509.856	-278	509.578
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	509.578	0	509.578
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	278	-278	0
5.05.03.02	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	278	-278	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.865.645	423.403	-1.414.925	3.354.439

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.874	-92.144	0	-115.018
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.874	0	0	-22.874
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-92.144	0	-92.144
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	433.326	-293	433.033
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	433.033	0	433.033
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	293	-293	0
5.05.03.02	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	293	-293	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.538.825	341.182	-1.159.132	3.201.191

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
7.01	Receitas	11.175	11.456
7.01.02	Outras Receitas	11.175	11.456
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.646	-10.221
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.646	-10.221
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.529	1.235
7.04	Retenções	-1.107	-1.118
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.107	-1.118
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	422	117
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	532.053	456.178
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	522.345	446.135
7.06.02	Receitas Financeiras	8.393	7.381
7.06.03	Outros	1.315	2.662
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	532.475	456.295
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	532.475	456.295
7.08.01	Pessoal	10.766	10.276
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.950	9.521
7.08.01.02	Benefícios	366	332
7.08.01.03	F.G.T.S.	450	423
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.133	12.819
7.08.02.01	Federais	11.355	12.111
7.08.02.03	Municipais	778	708
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-2	167
7.08.03.01	Juros	-4	146
7.08.03.02	Aluguéis	2	21
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	509.578	433.033
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	86.453	92.144
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	423.125	340.889

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	12.436.105	12.302.261
1.01	Ativo Circulante	3.491.325	3.409.987
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	605.891	906.196
1.01.03	Contas a Receber	2.161.668	1.952.160
1.01.03.01	Clientes	1.958.534	1.757.103
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	2.340.706	2.108.622
1.01.03.01.02	Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-382.172	-351.519
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	203.134	195.057
1.01.04	Estoques	22.895	23.270
1.01.06	Tributos a Recuperar	392.157	267.584
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	392.157	267.584
1.01.06.01.01	IR e CSLL a Recuperar	203.241	94.572
1.01.06.01.02	Demais Tributos a Recuperar	188.916	173.012
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	308.714	260.777
1.01.08.03	Outros	308.714	260.777
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	18.829	18.215
1.01.08.03.02	Bônus de Escassez Hídrica	1.138	1.138
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	6.676	9.667
1.01.08.03.04	Outros	188.007	130.939
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	42.971	41.569
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	51.093	51.093
1.01.08.03.08	Taxas Regulamentares a Compensar	0	8.156
1.02	Ativo Não Circulante	8.944.780	8.892.274
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.446.989	3.600.036
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	208
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	208
1.02.01.04	Contas a Receber	24.729	28.383
1.02.01.04.01	Contas a Receber de Clientes	10.881	25.307
1.02.01.04.03	Outros	13.848	3.076
1.02.01.07	Tributos Diferidos	804.617	854.645
1.02.01.07.01	IR e CSLL Diferidos	804.617	854.645
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.617.435	2.716.800
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	419.208	473.524
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	429.780	421.346
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizável - Concessão	902.687	778.341
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro Setorial	0	94.538
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	323.915	317.792
1.02.01.10.09	Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	147.187	144.366
1.02.01.10.11	Ativo de Contrato	394.658	486.893
1.02.02	Investimentos	406.427	388.828
1.02.02.01	Participações Societárias	406.427	388.828
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	253.449	237.683
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	152.978	151.145
1.02.03	Imobilizado	210.225	193.249

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	33.538	34.390
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	10.648	16.055
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	166.039	142.804
1.02.04	Intangível	4.881.139	4.710.161
1.02.04.01	Intangíveis	4.881.139	4.710.161
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.834.386	4.662.285
1.02.04.01.02	Repactuação Risco Hidrológico GSF	43.569	44.441
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	3.184	3.435

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	12.436.105	12.302.261
2.01	Passivo Circulante	3.529.596	3.730.676
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	207.073	224.899
2.01.01.01	Obrigações Sociais	207.073	224.899
2.01.02	Fornecedores	894.672	1.089.092
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	894.672	1.089.092
2.01.03	Obrigações Fiscais	490.249	306.747
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	262.702	104.339
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	183.547	26.676
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	57.670	51.870
2.01.03.01.03	Outros	21.485	25.793
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	225.652	199.357
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.895	3.051
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	658.511	522.329
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	491.157	356.136
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	393.196	258.631
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	97.961	97.505
2.01.04.02	Debêntures	167.354	166.193
2.01.05	Outras Obrigações	1.067.657	1.315.012
2.01.05.02	Outros	1.067.657	1.315.012
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	190.329	211.329
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	66.483	73.509
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro Setorial	667.818	903.863
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	6.790	10.836
2.01.05.02.09	Bônus Escassez Hídrica	1.156	1.146
2.01.05.02.10	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	0	7.596
2.01.05.02.20	Outros	135.081	106.733
2.01.06	Provisões	211.434	272.597
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	211.434	272.597
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	211.434	272.597
2.02	Passivo Não Circulante	5.552.070	5.639.018
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.481.880	2.648.942
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.518.445	1.618.529
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	275.000	412.863
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.243.445	1.205.666
2.02.01.02	Debêntures	963.435	1.030.413
2.02.02	Outras Obrigações	545.215	451.291
2.02.02.02	Outros	545.215	451.291
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	15.778	27.899
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	89.614	84.045
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro Setorial	92.275	0
2.02.02.02.08	Tributos a Recolher	21.120	0
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	321.660	333.152
2.02.02.02.10	Passivo de Arrendamento	4.768	6.195
2.02.03	Tributos Diferidos	103.086	98.092

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	103.086	98.092
2.02.04	Provisões	2.421.889	2.440.693
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.249.659	2.229.779
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	46.414	44.936
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	57.864	57.052
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.926.497	1.923.225
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	218.884	204.566
2.02.04.02	Outras Provisões	172.230	210.914
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	35.798	77.767
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	136.432	133.147
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.354.439	2.932.567
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.865.645	1.866.898
2.03.04.01	Reserva Legal	279.347	279.347
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.586.298	1.586.298
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.253
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	423.403	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.414.925	-1.414.647

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual	Acumulado do Atual Exercício	Igual Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
		01/04/2024 à 30/06/2024	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2023 à 30/06/2023	01/01/2023 à 30/06/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.619.505	5.220.020	2.556.269	5.130.747
3.01.01	Receita de Vendas e Serviços Prestados	2.283.163	4.816.772	2.115.490	4.554.160
3.01.02	Receita de Construção	189.738	396.904	265.470	508.471
3.01.03	Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro Setorial	139.927	-8.927	170.498	55.249
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	6.677	15.271	4.811	12.867
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.082.463	-4.157.925	-2.084.278	-4.162.558
3.02.01	Custo de Vendas e Serviços	-1.658.537	-3.291.794	-1.597.659	-3.218.787
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-3.915	-7.367	-4.060	-7.749
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-230.273	-461.860	-217.089	-427.551
3.02.04	Custo de Construção	-189.738	-396.904	-265.470	-508.471
3.03	Resultado Bruto	537.042	1.062.095	471.991	968.189
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-92.970	-244.338	-159.070	-302.807
3.04.01	Despesas com Vendas	-30.621	-60.149	-29.868	-59.301
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-148.170	-298.034	-151.697	-301.935
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-37.879	-66.311	-25.968	-56.524
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	99.898	208.602	106.875	200.412
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	9.305	-58.016	-70.366	-114.002
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	14.497	29.570	11.954	28.543
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	444.072	817.757	312.921	665.382
3.06	Resultado Financeiro	-55.636	-105.176	-20.196	-73.092
3.06.01	Receitas Financeiras	87.615	173.921	136.327	421.948
3.06.02	Despesas Financeiras	-143.251	-279.097	-156.523	-495.040
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	388.436	712.581	292.725	592.290
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-110.869	-203.003	-77.755	-159.257
3.08.01	Corrente	-102.725	-175.006	-53.278	-110.589
3.08.02	Diferido	-8.144	-27.997	-24.477	-48.668
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	277.567	509.578	214.970	433.033

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual	Acumulado do Atual Exercício	Igual Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
		01/04/2024 à 30/06/2024	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2023 à 30/06/2023	01/01/2023 à 30/06/2023
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	277.567	509.578	214.970	433.033
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	509.578	214.970	433.033
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	6.7904	12,4664	5,2591	10,5938
3.99.01.02	PN	7,4695	13,7131	5,785	11,6532
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	6.7904	12,4664	5,2591	10,5938
3.99.02.02	PN	7,4695	13,7131	5,785	11,6532

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual	Acumulado do Atual Exercício	Igual Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
		01/04/2024 à 30/06/2024	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2023 à 30/06/2023	01/01/2023 à 30/06/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	277.567	509.578	214.970	433.033
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	277.567	509.578	214.970	433.033
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	277.567	509.578	214.970	433.033

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	252.899	1.041.782
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	845.351	1.217.240
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	509.578	433.033
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	168.805	153.179
6.01.01.03	Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	88	556
6.01.01.04	Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	-29.570	-28.543
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno/Bonificação de Outorga	-42.467	-42.911
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	213.530	233.601
6.01.01.07	Baixas de Direito de Uso de Ativos e Passivos de Arrendamento	-43	0
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-131.255	-34.738
6.01.01.09	Juros Pagos	-180.178	-171.342
6.01.01.10	Despesa de IR e CSLL	203.003	159.257
6.01.01.11	Despesas Atuariais	69.499	68.885
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências	-33.954	7.112
6.01.01.14	Perda na Alienação de Ativo Imobilizado/Intangível	46.877	28.626
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-15.271	-12.868
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	66.311	56.524
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	398	366.869
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-592.452	-175.458
6.01.02.02	Ativos Financeiros - (Setoriais, Bonificação de Outorga)	119.518	491.090
6.01.02.03	Contas a Receber	-256.876	-27.806
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-70.257	232.189
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	5.496	-16.015
6.01.02.07	Estoques	375	-10.555
6.01.02.08	Passivo Bônus Escassez Hídrica	10	-24
6.01.02.10	Outras Contas - Ativo	-64.201	-16.200
6.01.02.11	Fornecedores	-194.420	-96.324
6.01.02.12	Tributos a Recolher	180.614	-67.362
6.01.02.13	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-29.947	-23.984
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	-6.030	-3.372
6.01.02.15	Passivo Setorial	-137.243	-491.978
6.01.02.16	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	-34.441	-11.697
6.01.02.19	Benefícios a Empregados	-133.398	-133.747
6.01.02.20	Outras Contas - Passivo	28.348	327
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-405.911	-875.612
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado	-23.235	-22.224
6.02.02	Adições Ativo de Contrato	-396.904	-874.318
6.02.03	Aumento (Redução) de Capital Investidas	0	-152
6.02.05	Dividendos Recebidos	14.228	21.082
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-147.293	-73.093
6.03.01	Amortizações de Principal de Passivo de Arrendamentos	-5.519	-5.264
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-33.307	-1.879
6.03.04	Adições de Empréstimos e Financiamentos	72.809	137.655

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.03.05	Pagamento de Dividendos	-101.424	-93.528
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-79.852	-110.077
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-300.305	93.077
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	906.196	940.684
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	605.891	1.033.761

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567	0	2.932.567
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567	0	2.932.567
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.253	-86.453	0	-87.706	0	-87.706
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.253	0	0	-1.253	0	-1.253
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-86.453	0	-86.453	0	-86.453
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	509.856	-278	509.578	0	509.578
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	509.578	0	509.578	0	509.578
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	278	-278	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	278	-278	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.865.645	423.403	-1.414.925	3.354.439	0	3.354.439

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176	0	2.883.176
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176	0	2.883.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.874	-92.144	0	-115.018	0	-115.018
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.874	0	0	-22.874	0	-22.874
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-92.144	0	-92.144	0	-92.144
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	433.326	-293	433.033	0	433.033
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	433.033	0	433.033	0	433.033
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	293	-293	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	293	-293	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.538.825	341.182	-1.159.132	3.201.191	0	3.201.191

**DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
7.01	Receitas	8.391.240	7.993.110
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.810.735	7.340.630
7.01.02	Outras Receitas	226.677	178.309
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	420.139	530.695
7.01.04	Provisão/Reversão de Crêds. Liquidação Duvidosa	-66.311	-56.524
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.325.749	-4.394.133
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-3.611.941	-3.550.713
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-293.669	-312.725
7.02.04	Outros	-420.139	-530.695
7.02.04.01	Custos referentes à Construção de Ativos Próprios	-420.139	-530.695
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.065.491	3.598.977
7.04	Retenções	-168.894	-153.735
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-168.894	-153.735
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.896.597	3.445.242
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	221.821	481.450
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	29.570	28.543
7.06.02	Receitas Financeiras	190.725	450.005
7.06.03	Outros	1.526	2.902
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.118.418	3.926.692
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.118.418	3.926.692
7.08.01	Pessoal	376.138	363.049
7.08.01.01	Remuneração Direta	222.122	214.738
7.08.01.02	Benefícios	136.620	130.890
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.396	17.421
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.947.036	2.640.223
7.08.02.01	Federais	1.796.563	1.571.655
7.08.02.02	Estaduais	1.146.302	1.064.662
7.08.02.03	Municipais	4.171	3.906
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	285.666	490.387
7.08.03.01	Juros	281.773	486.011
7.08.03.02	Aluguéis	3.893	4.376
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	509.578	433.033
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	86.453	92.144
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	423.125	340.889

## Comentário do Desempenho

### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

#### 1. INVESTIMENTOS

Os recursos investidos pela Companhia em Imobilizado, Intangível e Participações em Pequenas Centrais Hidrelétricas no primeiro semestre de 2024, chegaram a R\$531,5 milhões, recuando 17,78% em relação aos R\$646,4 milhões investidos no mesmo período de 2023, evidenciados no quadro a seguir:

Descrição	Consolidado			
	30.06.2024		30.06.2023	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
<b>Distribuição de Energia Elétrica</b>	<b>508.276</b>	<b>95,63</b>	<b>624.050</b>	<b>96,54</b>
Recursos Próprios	396.904	-	508.471	-
Participação Financeira do Consumidor	111.372	-	115.579	-
<b>Geração de Energia Elétrica</b>	<b>23.235</b>	<b>4,37</b>	<b>22.376</b>	<b>3,46</b>
Participações Societárias	-	-	152	-
Parque Gerador Próprio	23.235	-	22.224	-
<b>Total</b>	<b>531.511</b>	<b>100</b>	<b>646.426</b>	<b>100</b>
				<b>-17,78%</b>

#### Distribuição de Energia Elétrica

Do total investido, o maior volume de R\$508,3 milhões foram destinados à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R\$396,9 milhões foram com recursos próprios (sendo R\$358,7 milhões em materiais e serviços, R\$38,2 milhões em mão de obra própria) e R\$111,4 milhões foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 1.000, da ANEEL, de 07 de dezembro de 2021.

#### Geração de Energia Elétrica

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio no primeiro semestre de 2024, pela Celesc Geração S.A. – Celesc G:

- R\$9,2 milhões foram alocados no gerador fotovoltaico para a UFV Capivari de Baixo;
- R\$4,0 milhões foram gastos com o gerador fotovoltaico e montagens elétricas da UFV Lages;
- R\$3,2 milhões foram alocados com a montagem mecânica, elétrica, projeto executivo e mobilização do canteiro de obras da US Maruim;
- R\$3,2 milhões foram gastos com o gerador fotovoltaico para a UFV Videira;
- R\$1,5 milhões foram desembolsados em cabo óptico, automação, serviço de manutenção e montagens elétricas da US Celso Ramos;
- R\$442 mil foram aplicados no Serviço de manutenção preventiva da US Pery.

#### 2. MERCADO ACIONÁRIO

O índice BOVESPA fechou o 2º trimestre de 2024 com desvalorização de 3,28%. O Índice de Energia Elétrica – IEE, indicador do setor de energia elétrica, apresentou desvalorização de 0,41% no trimestre.

Nesse mesmo período, as ações preferenciais – PN apresentaram valorização de 8,78% enquanto que as ações ordinárias – ON da Companhia apresentaram valorização de 7,04%.

A tabela a seguir apresenta as cotações finais em 30 de junho de 2024 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

## Comentário do Desempenho

Descrição	Fechamento		Variação %*
	30.06.2024	2º TRI 2024	
Celesc PN	72,47	8,78%	44,19%
Celesc ON	68,50	7,04%	35,02%
IBOVESPA	123.907	-3,28%	4,93%
IEE	88.289	-0,41%	-3,07%

\*Variações percentuais com ajuste a proventos

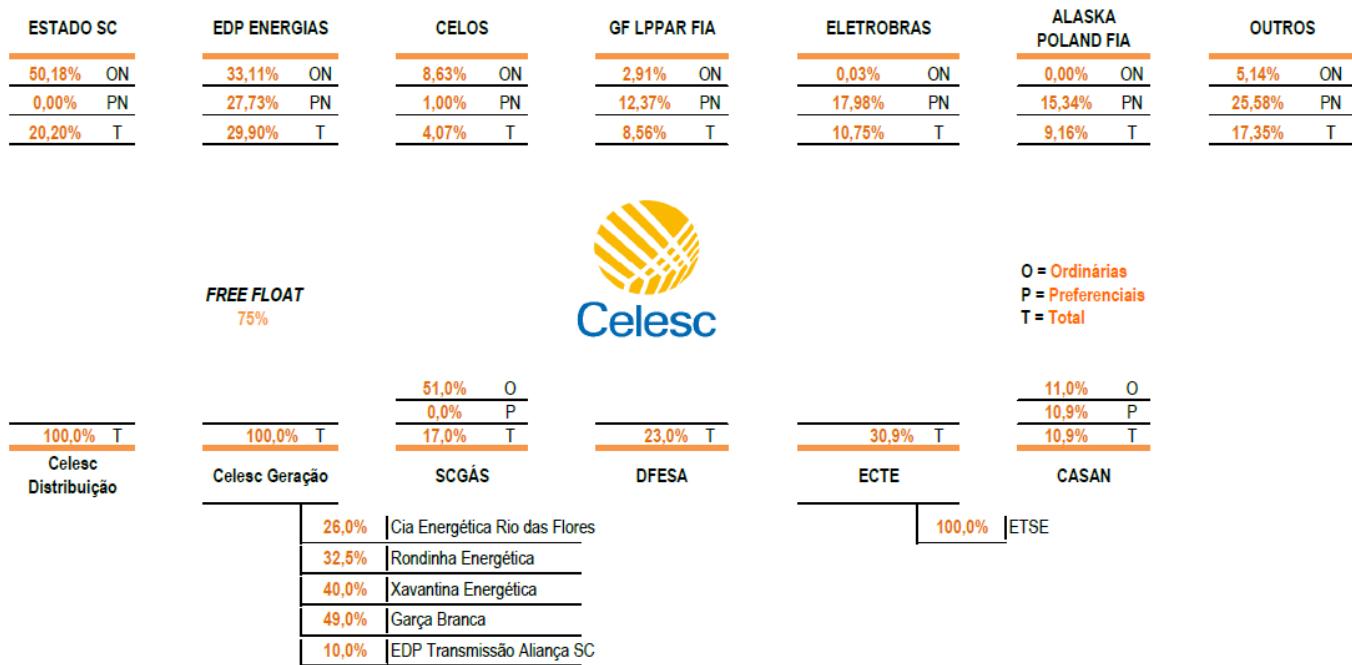
## 3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 30 de junho de 2024, conforme demonstrado acima, são: R\$72,47 (setenta e dois reais e quarenta e sete centavos) para cada ação preferencial – PN (CLSC4) e R\$68,50 (sessenta e oito reais e cinquenta centavos) para cada ação ordinária – ON (CLSC3).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do capital total. A estrutura acionária e societária, em 30 de junho de 2024, está apresentada no organograma a seguir:

### ESTRUTURA ACIONÁRIA E SOCIETÁRIA DA CELESC

Junho/2024



## 4. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Os investidores estrangeiros encerraram o primeiro semestre de 2024 representando 0,69% do capital social total da Companhia, detendo o total de 266.605 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	266.605	0,69%
Investidores Nacionais	38.304.986	99,31%
<b>Total</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00</b>

## Comentário do Desempenho

### 5. AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.305	1,02%	9.463.965	24,54%
Conselho de Administração	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Diretoria Executiva	-	-	22	0,00%	22	0,00%
Conselho Fiscal	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.127	98,98%	29.107.604	75,46%
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>100,00%</b>	<b>23.044.454</b>	<b>100,00%</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00%</b>
<b>Ações em Circulação</b>	<b>6.297.477</b>	<b>40,56%</b>	<b>22.810.127</b>	<b>98,98%</b>	<b>29.107.604</b>	<b>75,46%</b>

### 6. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.477	40,56	22.810.127	98,98	29.107.604	75,46

### 7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 30.06.2024					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	6.390.720	27,73	11.531.588	29,90
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	452.400	2,91	2.850.001	12,37	3.302.401	8,56
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.534.800	15,34	3.534.800	9,16
Outros	798.152	5,14	5.895.168	25,58	6.693.320	17,36
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>100,00</b>	<b>23.044.454</b>	<b>100,00</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>15.527.137</b>	<b>40,26</b>	<b>23.044.454</b>	<b>59,74</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00</b>

Capital Social: R\$2.480.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$2.600.000.000,00

### 8. RECURSOS HUMANOS

A Celesc encerrou o segundo trimestre de 2024, com um quadro funcional de 3.743 empregados. O total de empregados representa uma redução de 2,3% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.833 empregados).

### 9. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do período, comparados com o ano anterior:

## Comentário do Desempenho

Descrição	30.06.2024	30.06.2023 (Reclassificado)	Consolidado
			Variação
Receita Operacional Bruta - ROB	8.207.639	7.849.101	4,57%
Receita Operacional Líquida - ROL	5.220.020	5.130.747	1,74%
Resultado Operacional	817.757	665.382	22,90%
EBITDA	986.562	818.561	20,52%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	18,90%	15,95%	2,95 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	9,76%	8,44%	1,32 p.p.
Resultado Financeiro	(105.176)	(73.092)	43,90%
Ativo Total	12.436.105	11.795.191	5,43%
Imobilizado	210.225	167.131	25,78%
Patrimônio Líquido	3.354.439	3.201.191	4,79%
Lucro Líquido	509.578	433.033	17,68%

### 9.1. Receita Bruta e Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Bruta – ROB consolidada, no primeiro semestre de 2024, foi de R\$8,21 bilhões, aproximadamente 4,57% maior que a realização no mesmo período de 2023, que foi de R\$7,85 bilhões.

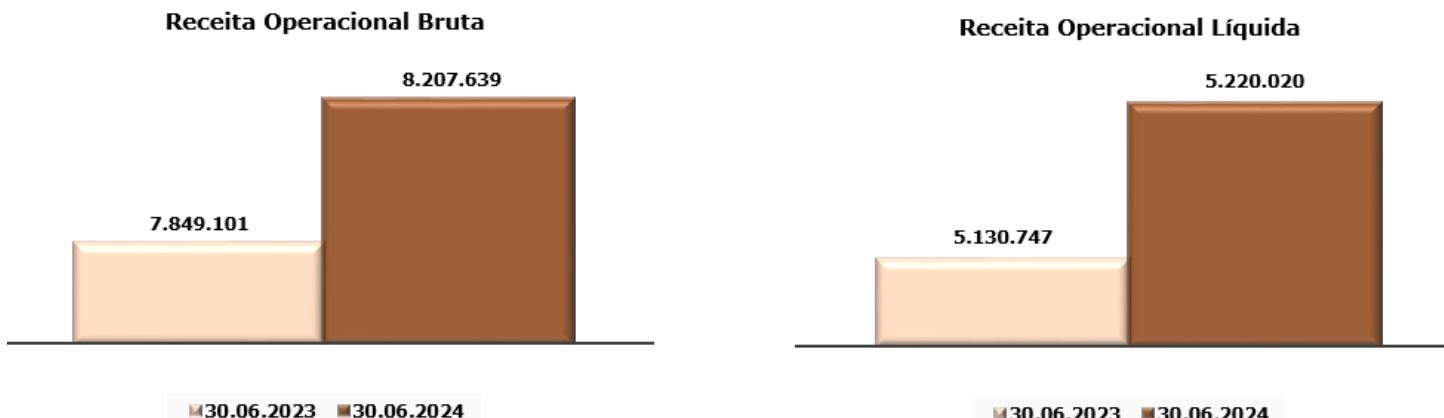
Essa variação decorreu, principalmente, dos seguintes eventos na Celesc D:

- a) Crescimento na receita de fornecimento de energia elétrica em 14,2%, se comparadas as receitas de R\$3,5 bilhões no primeiro semestre de 2024 e R\$3,1 bilhões no mesmo período de 2023. Contribuíram ainda para o crescimento da ROB: O reajuste tarifário anual, ocorrido em 22 de agosto de 2023, que teve efeito médio percebido pelos consumidores de 2,30% e o acréscimo de 7,6% no consumo total (cativos e consumidores livres) de energia na área de concessão da distribuidora.
- b) Aumento de 14,6% em doações e subvenções, considerando, principalmente, o subsídio reembolsável pela CDE.

Na Celesc G, a ROB e ROL mantiveram desempenhos próximos no primeiro semestre de 2023 e de 2024. A ROB aumentou 1,23% e a ROL cresceu 1,08%. O aumento da ROB é atribuído, principalmente, ao crescimento de 6,18% na receita de suprimento de energia elétrica quando comparados os períodos analisados.

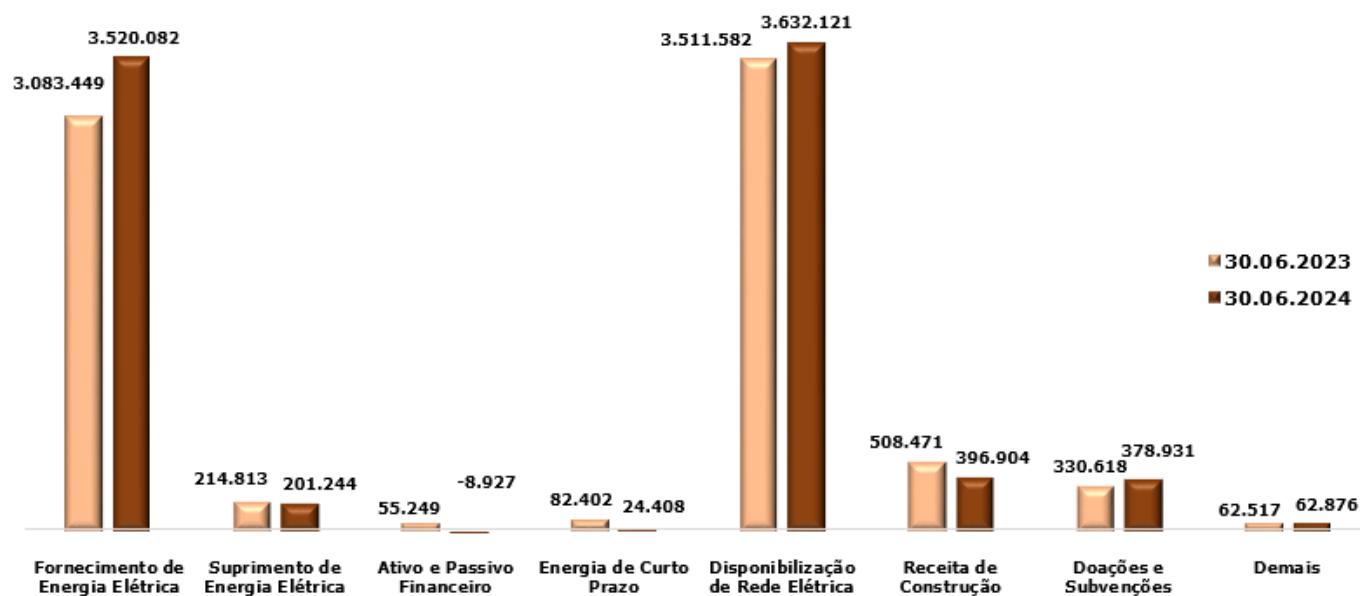
### 9.2 Deduções da Receita

Apesar do aumento de 4,57% evidenciado na ROB nos períodos aferidos, a ROL cresceu, apenas, 1,74%. A justificativa para a desproporcionalidade foi o aumento de R\$148,2 milhões evidenciados no encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, que a partir de agosto de 2023, a Celesc D iniciou o recolhimento às Contas CDE Escassez Hídrica e CDE GD.



## Comentário do Desempenho

### Composição da Receita Bruta



### 9.3. Custos e Despesas

Os custos e despesas operacionais apresentaram uma redução de 1,4%, aproximadamente, quando comparado o primeiro semestre de 2024 e 2023.

Os custos com energia tiveram um acréscimo líquido de 2,3%, em função do aumento de 22,6% no encargo de uso do sistema de transmissão e redução de 5,7% na energia elétrica comprada para revenda na Celesc D. Essa redução é consequência da significativa do encerramento, em dezembro de 2023, dos contratos por disponibilidade com produto de 2009-2015 de leilões de Energia Nova, cujo custo médio contratual era de R\$351,30/MWh.

Na Celesc G, houve um aumento de 13,5% no custo da energia comprada para revenda (convencional) no primeiro semestre de 2024, quando comparado ao mesmo período de 2023. O crescimento na quantidade de energia comprada se deu em função de uma maior sazonalização de alguns contratos de venda, que obrigou a empresa comprar energia no curto prazo para honrar estes contratos. Como o PLD se manteve no piso em praticamente todas as horas deste semestre, e os contratos em questão foram firmados em um momento de preços maiores, traduzindo uma maior receita em contrapartida.

Os custos de operação consolidados reduziram 8,2%, se compararmos o primeiro semestre de 2024 com o mesmo período de 2023. Na Celesc D, a redução foi de 8,3%, sendo relacionada ao custo de construção que passou de R\$508,5 milhões em 2023 para R\$396,9 milhões em 2024. Na Celesc G, houve redução de 9,8% na contratação de serviços de terceiros para manutenção, reforma, limpeza e conservação das usinas.

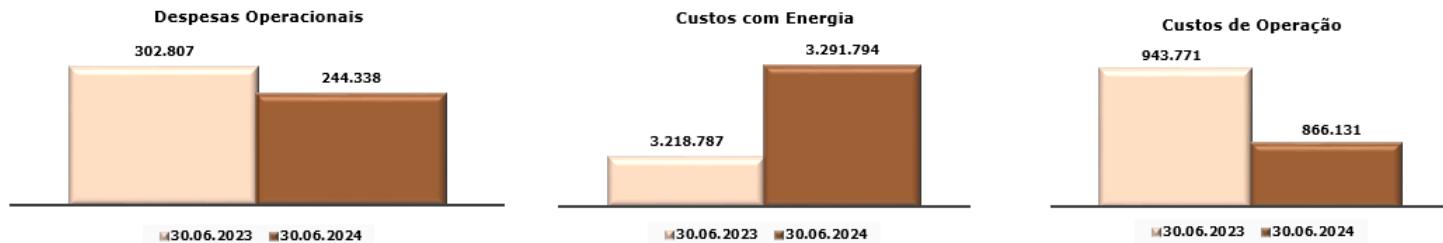
As despesas operacionais reduziram 19,3% nos períodos analisados.

Houve, no entanto, na Celesc D um aumento de 10,4% nas despesas com vendas, se compararmos os valores de R\$126,2 milhões em 2024 com R\$114,3 milhões de 2023, principalmente relacionadas pelos aumentos nas despesas com serviços de terceiros e despesa com perda estimada de crédito de liquidação duvidosa – PECLD. Em despesas gerais e administrativas houve uma redução de 2,4% na D, tendo como fatores preponderantes a diminuição em despesas com pessoal, serviços de terceiros e arrendamentos e aluguéis.

## Comentário do Desempenho

Na Celesc G, houve uma redução nas despesas com vendas, estando relacionado a não contabilização de PECLD no primeiro semestre de 2024. Em 2023, houve neste mesmo período, o registro de R\$1,3 milhões, líquido de reversões.

Ainda na Celesc G, percebe-se o aumento nas despesas gerais e administrativas relacionadas aos serviços de terceiros, principalmente de controle de meio ambiente e vigilância, sendo que não houve valores destes serviços registrados em 2023.



## 9.4. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro no primeiro semestre de 2024 foi negativo em R\$105,2 milhões. No mesmo período de 2023, o resultado negativo era de R\$73,1 milhões.

Esse resultado é decorrente, na Celesc D, da redução das receitas financeiras sobre as aplicações financeiras e as atualizações dos ativos financeiros setoriais pela taxa Selic. Houve aumento nas despesas financeiras dos encargos das dívidas relacionados as debêntures.

Na Celesc G, apesar de ser menor do que o registrado no primeiro semestre de 2023, o resultado financeiro ainda é positivo, impactado pelo aumento da receita de aplicações financeiras e na redução dos encargos de dívidas das debêntures.

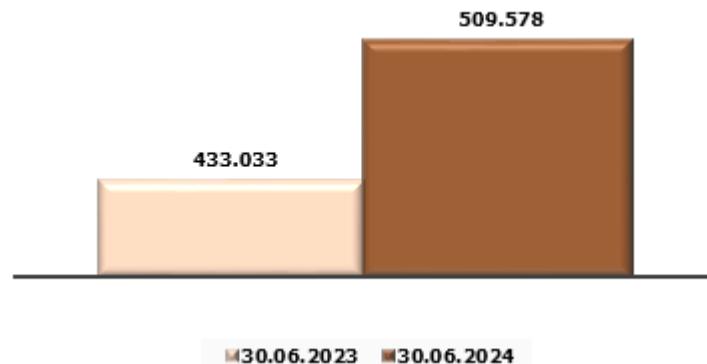


## 9.5. Lucro Líquido

A Celesc apresentou, no primeiro semestre de 2024, um Lucro Líquido de R\$509,6 milhões, representando um aumento de 17,7% se comparado ao mesmo período de 2023, cujo valor foi de R\$433,0 milhões.

## Comentário do Desempenho

### Lucro Líquido



### 9.6. EBITDA

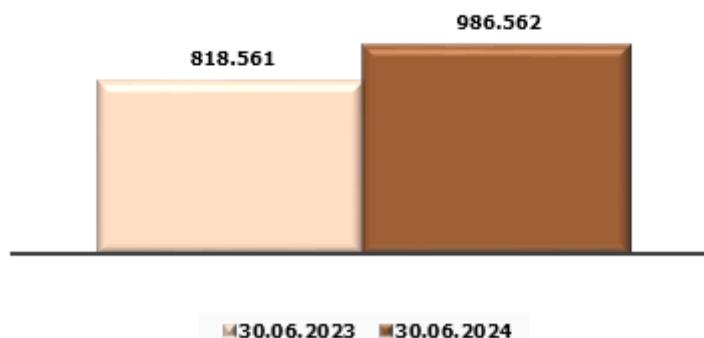
A Companhia divulga o EBITDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. Ele deve ter como base os números apresentados nas demonstrações financeiras, não podendo ser excluídos quaisquer itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas.

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – LAJIDA ou EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA (R\$/mil)	30.06.2024	Consolidado 30.06.2023
Lucro Líquido	509.578	433.033
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	203.003	159.257
Resultado Financeiro	105.176	73.092
Depreciação e Amortização	168.805	153.179
<b>EBITDA</b>	<b>986.562</b>	<b>818.561</b>

O EBITDA no primeiro semestre de 2024 atingiu o valor de R\$986,6 milhões, aproximadamente, 20,5% superior ao mesmo período de 2023, que foi de R\$818,6 milhões.

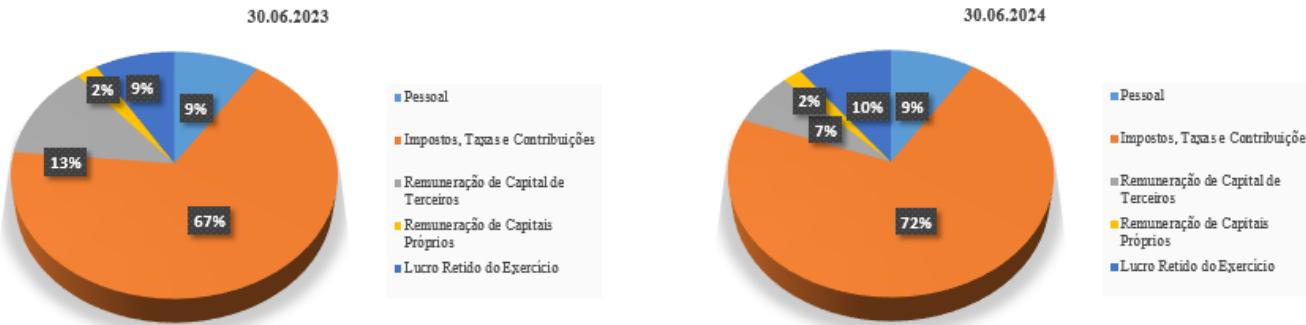
### Ebtida



### 9.7. Valor Adicionado

Toda a riqueza gerada pela Companhia foi distribuída para os componentes “Pessoal”, “Impostos, Taxas e Contribuições”, “Remuneração do Capital de Terceiros” e “Remuneração do Capital Próprio”, permanecendo uma parte como “Lucro Retido do Exercício”, nas seguintes proporções:

## Comentário do Desempenho



## 9.8. Índices Econômico-Financeiros

Abaixo, mais alguns índices do desempenho Econômico-Financeiro:

Índices	Consolidado	
	30.06.2024	30.06.2023
Liquidez Geral	0,76	0,79
Liquidez Corrente	0,99	0,95
Rentabilidade do Patrimônio Líquido Médio	16,21%	14,23%
Endividamento Geral	73,03%	72,86%

## 10. GESTÃO DA INADIMPLÊNCIA

A partir de 2024, a Celesc D decidiu adotar uma nova metodologia na medição da inadimplência, com o objetivo principal de aprimorar a precisão das análises e garantir uma melhor aderência à realidade operacional da empresa.

Anteriormente, até dezembro de 2023, a empresa utilizava como referência a comparação entre a inadimplência e a Receita Operacional Bruta (ROB) acumulada ao longo de 12 meses. No entanto, essa abordagem não capturava de forma precisa a realidade da inadimplência, o que fez a Companhia buscar por uma metodologia mais robusta e alinhada aos seus objetivos. Dessa forma, o novo critério para cálculo da inadimplência contempla as seguintes premissas:

**Indicador de Inadimplência até 90 dias:** Este indicador compara as faturas inadimplentes vencidas até 90 dias com a ROB acumulada dos últimos 3 meses.

**Indicador de Inadimplência acima de 90 dias:** Este indicador compara as faturas inadimplentes vencidas acima de 90 dias até o limite de 5 anos, com a ROB acumulada do 4º ao 60º mês.

**Indicador de Inadimplência Total:** Este indicador compara todas as faturas inadimplentes vencidas até 5 anos com a ROB acumulada dos últimos 60 meses.

Classes	Inadimplência até 90 Dias										Variação 2T24	
	2T23		3T23		4T23		1T24		2T24			
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB		
Residencial	176.968	5,56%	147.414	5,09%	163.481	4,93%	234.452	6,15%	276.873	7,92%	+1,77 p.p	
Industrial	29.643	0,93%	26.306	0,91%	30.089	0,91%	35.454	0,93%	37.983	1,09%	+0,16 p.p	
Comercial	49.934	1,57%	40.570	1,40%	48.897	1,47%	66.453	1,74%	99.691	2,85%	+1,11 p.p	
Rural	13.338	0,42%	11.479	0,40%	16.098	0,49%	19.183	0,50%	24.295	0,70%	+0,20 p.p	
Poder Público	422	0,01%	1.736	0,06%	5.218	0,16%	2.577	0,07%	25.045	0,72%	+0,65 p.p	
Iluminação Pública	2	0,00%	4	0,00%	24	0,00%	18	0,00%	19.477	0,56%	+0,56 p.p	
Serviço Público	87	0,00%	153	0,01%	92	0,00%	44	0,00%	16.423	0,47%	+0,47 p.p	
Suprimentos	1.077	0,03%	1.186	0,04%	261	0,01%	29	0,00%	3.944	0,11%	+0,11 p.p	
Enc. Uso Rede Elétrica	2.653	0,08%	3.530	0,12%	2.425	0,07%	3.437	0,09%	25.896	0,74%	+0,65 p.p	
Diversos Créditos	13.529	0,43%	12.496	0,43%	8.788	0,26%	10.934	0,29%	11.243	0,32%	+0,03 p.p	
Serviço Taxado	1.207	0,04%	1.073	0,04%	974	0,03%	1.009	0,03%	941	0,03%	0,00 p.p	
Participação Financeira	2.242	0,07%	1.238	0,04%	1.090	0,03%	4.465	0,12%	3.223	0,09%	-0,03 p.p	
<b>Total</b>	<b>291.102</b>	<b>9,14%</b>	<b>247.185</b>	<b>8,54%</b>	<b>277.437</b>	<b>8,36%</b>	<b>378.055</b>	<b>9,92%</b>	<b>545.034</b>	<b>15,60%</b>	<b>+5,68 p.p</b>	
<b>ROB 1º ao 3º Mês</b>	<b>3.181.293</b>		<b>2.896.612</b>		<b>3.316.457</b>		<b>3.811.825</b>		<b>3.493.968</b>			
<b>R\$ Mil</b>												

## Comentário do Desempenho

Classes	Inadimplência Acima de 90 Dias										Variação 2T24	
	2T23		3T23		4T23		1T24		2T24			
	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	ROB		
Residencial	227.208	0,40%	237.078	0,41%	240.776	0,42%	244.518	0,42%	267.445	0,45%	+0,03 p.p	
Industrial	76.056	0,13%	77.847	0,14%	78.757	0,14%	80.992	0,14%	83.613	0,14%	0,00 p.p	
Comercial	116.326	0,20%	122.080	0,21%	123.793	0,21%	126.623	0,22%	134.462	0,23%	+0,01 p.p	
Rural	11.370	0,02%	12.529	0,02%	12.861	0,02%	12.935	0,02%	14.588	0,02%	0,00 p.p	
Poder Público	259	0,00%	268	0,00%	1.386	0,00%	5.406	0,01%	447	0,00%	-0,01 p.p	
Illuminação Pública	896	0,00%	607	0,00%	284	0,00%	106	0,00%	5	0,00%	0,00 p.p	
Serviço Público	22	0,00%	20	0,00%	19	0,00%	21	0,00%	29	0,00%	0,00 p.p	
Suprimentos	35	0,00%	35	0,00%	35	0,00%	35	0,00%	0	0,00%	0,00 p.p	
Enc. Uso Rede Elétrica	1.481	0,00%	1.436	0,00%	1.577	0,00%	1.600	0,00%	1.942	0,00%	0,00 p.p	
Diversos Créditos	26.072	0,05%	25.298	0,04%	25.783	0,04%	24.503	0,04%	26.109	0,04%	0,00 p.p	
Serviço Taxado	4.105	0,01%	4.138	0,01%	4.171	0,01%	4.255	0,01%	4.389	0,01%	0,00 p.p	
Participação Financeira	1.041	0,00%	2.239	0,00%	2.633	0,00%	2.825	0,00%	3.523	0,01%	+0,01 p.p	
<b>Total</b>	<b>464.871</b>	<b>0,81%</b>	<b>483.575</b>	<b>0,83%</b>	<b>492.075</b>	<b>0,84%</b>	<b>503.819</b>	<b>0,86%</b>	<b>536.552</b>	<b>0,90%</b>	<b>+0,04 p.p</b>	
<b>ROB 4º ao 60º Mês</b>	<b>56.976.473</b>		<b>57.608.598</b>		<b>57.684.549</b>		<b>57.827.057</b>		<b>58.970.799</b>			
<b>R\$ Mil</b>												

Classes	Inadimplência Total										Variação 2T24	
	2T23		3T23		4T23		1T24		2T24			
	%	ROB	%	ROB	%	ROB	%	ROB	%	ROB		
Residencial	404.176	0,67%	384.492	0,64%	404.257	0,66%	478.970	0,78%	544.318	<b>0,87%</b>	+0,09 p.p	
Industrial	105.698	0,18%	104.153	0,17%	108.846	0,18%	116.447	0,19%	121.596	<b>0,19%</b>	0,00 p.p	
Comercial	166.259	0,28%	162.650	0,27%	172.690	0,28%	193.076	0,31%	234.153	<b>0,37%</b>	+0,06 p.p	
Rural	24.708	0,04%	24.009	0,04%	28.959	0,05%	32.118	0,05%	38.883	<b>0,06%</b>	+0,01 p.p	
Poder Público	681	0,00%	2.004	0,00%	6.604	0,01%	7.983	0,01%	25.493	<b>0,04%</b>	+0,03 p.p	
Illuminação Pública	898	0,00%	611	0,00%	307	0,00%	123	0,00%	19.482	<b>0,03%</b>	+0,03 p.p	
Serviço Público	110	0,00%	173	0,00%	111	0,00%	65	0,00%	16.452	<b>0,03%</b>	+0,03 p.p	
Suprimentos	1.113	0,00%	1.222	0,00%	297	0,00%	65	0,00%	3.944	<b>0,01%</b>	+0,01 p.p	
Enc. Uso Rede Elétrica	4.133	0,01%	4.966	0,01%	4.003	0,01%	5.037	0,01%	27.837	<b>0,04%</b>	+0,03 p.p	
Diversos Créditos	39.601	0,07%	37.795	0,06%	34.571	0,06%	35.436	0,06%	37.353	<b>0,06%</b>	0,00 p.p	
Serviço Taxado	5.312	0,01%	5.211	0,01%	5.145	0,01%	5.264	0,01%	5.330	<b>0,01%</b>	0,00 p.p	
Participação Financeira	3.283	0,01%	3.477	0,01%	3.722	0,01%	7.291	0,01%	6.746	<b>0,01%</b>	0,00 p.p	
<b>Total</b>	<b>755.972</b>	<b>1,27%</b>	<b>730.763</b>	<b>1,21%</b>	<b>769.512</b>	<b>1,27%</b>	<b>881.875</b>	<b>1,43%</b>	<b>1.081.587</b>	<b>1,72%</b>	<b>+0,29 p.p</b>	
<b>ROB 1º ao 60º Mês</b>	<b>60.157.766</b>		<b>60.505.210</b>		<b>61.001.006</b>		<b>61.638.882</b>		<b>62.464.767</b>			
<b>R\$ Mil</b>												

Entre os dias 28 de abril e 6 de maio, a Celesc D realizou a transição do seu sistema comercial. Esse novo sistema proporcionará uma gama de benefícios, oferecendo uma experiência mais ágil aos seus clientes.

Devido a implantação e a integração de novas tecnologias, o sistema vem enfrentando dificuldades técnicas, impactando em alguns processos operacionais. Contudo, há um plano bem estruturado de gestão e suporte técnico com estratégias adequadas, uma abordagem dinâmica e foco em soluções eficazes, com o qual a empresa vem superando esses desafios sem comprometer sua continuidade. A chave está em identificar os problemas rapidamente, implementar medidas corretivas e garantir que a empresa continue a operar de maneira eficiente e sustentável.

O aumento no saldo de Contas a Receber, o crescimento da inadimplência na faixa de 0 a 90 dias e o expressivo saldo na conta Arrecadação a Classificar são indicadores dessas inconsistências e requerem a adoção de medidas corretivas breves, mitigando riscos e garantindo a saúde financeira da empresa.

Diante disso, visando não prejudicar seus clientes e de forma proativa, a Administração optou por não realizar ações de cobrança, como negativação, protesto e suspensão de fornecimento de energia, até que o sistema esteja estável.

Entre os motivos que impactaram o aumento momentâneo da inadimplência, podemos citar:

- Clientes com dificuldades de pagamento por erro no código de barras das faturas;
- Diferimento massivo da data de vencimento de faturas, mantendo a data original da emissão;
- Não efetivação de algumas faturas em débito automático;
- Processamento parcial da arrecadação de faturas coletivas pagas (poder público, serviço público);
- Processamento parcial da arrecadação de faturas da COSIP;

## Comentário do Desempenho

- Não emissão das faturas coletivas de grandes consumidores.

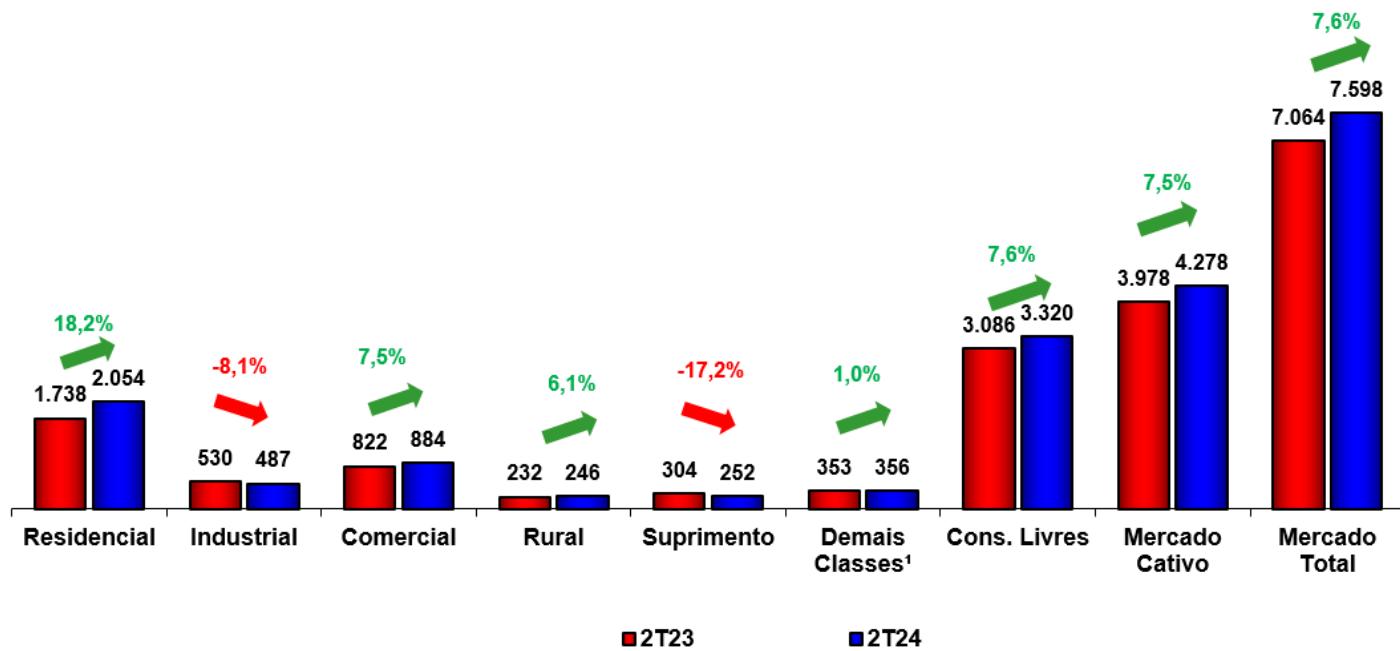
A Celesc está trabalhando para resolver essas questões e espera que a situação esteja regularizada até o final do ano.

## 11. BALANÇO ENERGÉTICO

O mercado cativo da Celesc D apresentou aumento de 7,5% no primeiro semestre de 2024, em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 4.278 GWh. Com relação ao mercado total, incluindo consumidores livres, o aumento no consumo de energia elétrica foi de 7,6%, atingindo 7.598 GWh.

O consumo livre, na área de concessão da Celesc D, aumentou em 7,6%, passando de 3.086 GWh para 3.320 GWh, comparando os seis primeiros meses de 2023 e 2024.

No gráfico a seguir, podem ser observados os valores de consumo de cada classe no mercado cativo, como também o do mercado total em GWh:



**Comentário do Desempenho**
**12. MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA**
**MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Descrição	2024		2023		Variação Vertical				Variação Horizontal	
					2º Trim 2024	Acum 2024	2º Trim 2023	Acum 2023	2º Trim 24-23	Acum 24-23
	2º Trim	Acumulado	2º Trim	Acumulado						
<b>Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil</b>										
Residencial	1.439.834	3.070.789	1.174.660	2.626.134	49,8%	50,1%	45,6%	47,0%	22,6%	16,9%
Industrial	350.822	720.748	376.683	744.561	12,1%	11,8%	14,6%	13,3%	-6,9%	-3,2%
Comercial	656.560	1.390.100	593.435	1.297.884	22,7%	22,7%	23,1%	23,2%	10,6%	7,1%
Rural	176.033	373.534	153.961	349.834	6,1%	6,1%	6,0%	6,3%	14,3%	6,8%
Poder Público	98.629	198.426	85.424	172.609	3,4%	3,2%	3,3%	3,1%	15,5%	15,0%
Iluminação Pública	57.760	116.080	58.454	116.158	2,0%	1,9%	2,3%	2,1%	-1,2%	-0,1%
Serviço Público	49.825	101.944	49.698	101.956	1,7%	1,7%	1,9%	1,8%	0,3%	0,0%
Suprimento	63.796	160.464	81.743	176.335	2,2%	2,6%	3,2%	3,2%	-22,0%	-9,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2.893.259</b>	<b>6.132.085</b>	<b>2.574.058</b>	<b>5.585.471</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>12,4%</b>	<b>9,8%</b>
<b>Consumo por Classe em MWh</b>										
Residencial	2.053.781	4.328.436	1.738.041	3.817.360	48,0%	48,4%	43,7%	44,9%	18,2%	13,4%
Industrial	487.024	983.857	530.055	1.047.150	11,4%	11,0%	13,3%	12,3%	-8,1%	-6,0%
Comercial	883.517	1.858.240	821.608	1.792.089	20,7%	20,8%	20,7%	21,1%	7,5%	3,7%
Rural	245.931	525.895	231.710	521.224	5,7%	5,9%	5,8%	6,1%	6,1%	0,9%
Poder Público	139.324	278.516	124.273	251.421	3,3%	3,1%	3,1%	3,0%	12,1%	10,8%
Iluminação Pública	141.914	289.123	148.706	293.886	3,3%	3,2%	3,7%	3,5%	-4,6%	-1,6%
Serviço Público	75.218	154.053	79.825	163.466	1,8%	1,7%	2,0%	1,9%	-5,8%	-5,8%
Suprimento	251.670	521.821	303.960	616.190	5,9%	5,8%	7,6%	7,2%	-17,2%	-15,3%
<b>TOTAL</b>	<b>4.278.379</b>	<b>8.939.941</b>	<b>3.978.178</b>	<b>8.502.786</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>7,5%</b>	<b>5,1%</b>

**13. INDICADORES DE RESILIÊNCIA DA REDE**

O indicador de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC da Celesc D acumulado no primeiro semestre de 2024 foi de 4,37 horas, o que equivale a 53,7% do limite estabelecido pela ANEEL para o ciclo regulatório. No mesmo período, o indicador de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC ficou em 2,85 interrupções, o que representou 60,9% do limite regulatório estabelecido.

**DEC**

**FEC**


## Comentário do Desempenho

### 14. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 77: “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

### 15. AUDTORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 14 de agosto de 2024.

A Administração

**Notas Explicativas**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO**  
**Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

<b>Ativo</b>	<b>NE</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>30.06.2024</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>30.06.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
<b>Circulante</b>		<b>319.240</b>	<b>343.407</b>	<b>3.491.325</b>	<b>3.409.987</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	71.610	56.671	605.891	906.196
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	2.161.668	1.952.160
Estoques	10	-	-	22.895	23.270
IRPJ e CSLL a Recuperar	11	52.011	61.925	203.241	94.572
Demais tributos a Recuperar	11	-	-	188.916	173.012
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	12.1	195.332	224.298	6.676	9.667
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	13.2	-	-	42.971	41.569
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	14.3	-	-	18.829	18.215
Outros	12.2	287	513	240.238	191.326
<b>Não Circulante</b>		<b>3.268.318</b>	<b>2.857.432</b>	<b>8.944.780</b>	<b>8.892.274</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>96.886</b>	<b>98.561</b>	<b>3.446.989</b>	<b>3.600.036</b>
Títulos e Valores Mobiliários		208	208	208	208
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	10.881	25.307
Tributos Diferidos	17	-	-	804.617	854.645
Tributos a Recuperar	11	-	-	419.208	473.524
Depósitos Judiciais	27	96.678	98.353	429.780	421.346
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	-	-	902.687	778.341
Ativo Financeiro Setorial	13.1	-	-	-	94.538
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	13.2	-	-	323.915	317.792
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	14.3	-	-	147.187	144.366
Ativo de Contrato	15	-	-	394.658	486.893
Outros	12.2	-	-	13.848	3.076
<b>Investimentos</b>	18	<b>3.167.934</b>	<b>2.755.000</b>	<b>406.427</b>	<b>388.828</b>
<b>Imobilizado</b>	19	<b>314</b>	<b>436</b>	<b>210.225</b>	<b>193.249</b>
<b>Intangível</b>	20	<b>3.184</b>	<b>3.435</b>	<b>4.881.139</b>	<b>4.710.161</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.587.558</b>	<b>3.200.839</b>	<b>12.436.105</b>	<b>12.302.261</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

**Notas Explicativas**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO**  
**Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

<b>Passivo</b>	<b>NE</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>30.06.2024</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>30.06.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
<b>Circulante</b>		<b>204.637</b>	<b>235.342</b>	<b>3.529.596</b>	<b>3.730.676</b>
Fornecedores	21	459	1.438	894.672	1.089.092
Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	491.157	356.136
Debêntures	23	-	-	167.354	166.193
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	24	2.319	1.820	207.073	224.899
IRPJ e CSLL a Recolher	25	102	1.692	183.547	26.676
Demais Tributos a Recolher	25	8.626	17.460	306.702	280.071
Dividendos e JCP Declarados	30	190.329	211.329	190.329	211.329
Taxas Regulamentares	26	-	-	66.483	73.509
Passivo de Arrendamento	19	242	233	6.790	10.836
Benefícios a Empregados	28	-	-	211.434	272.597
Passivo Financeiro Setorial	13.1	-	-	667.818	903.863
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	29	-	-	-	7.596
Outros	12	2.560	1.370	136.237	107.879
<b>Não Circulante</b>		<b>28.482</b>	<b>32.930</b>	<b>5.552.070</b>	<b>5.639.018</b>
Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	1.518.445	1.618.529
Debêntures	23	-	-	963.435	1.030.413
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	24	-	-	15.778	27.899
Tributos Diferidos	17	-	-	103.086	98.092
Taxas Regulamentares	26	-	-	89.614	84.045
Tributos a Recolher	25	-	-	21.120	-
Passivo de Arrendamento	19	85	208	4.768	6.195
Provisão para Contingências	27	28.397	32.722	495.392	517.468
Benefícios a Empregados	28	-	-	1.926.497	1.923.225
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	29	-	-	321.660	333.152
Passivo Financeiro Setorial	13.1	-	-	92.275	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>30</b>	<b>3.354.439</b>	<b>2.932.567</b>	<b>3.354.439</b>	<b>2.932.567</b>
Capital Social	30.1	2.480.000	2.480.000	2.480.000	2.480.000
Reservas de Capital	30.2	316	316	316	316
Reservas de Lucros	30.2	1.865.645	1.865.645	1.865.645	1.865.645
Ajuste de Avaliação Patrimonial	30.4	(1.414.925)	(1.414.647)	(1.414.925)	(1.414.647)
Lucros Acumulados		423.403	-	423.403	-
Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	30.3	-	1.253	-	1.253
<b>Total do Passivo</b>		<b>3.587.558</b>	<b>3.200.839</b>	<b>12.436.105</b>	<b>12.302.261</b>

**As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas**

## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023  
 (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Trimestre Atual		Acumulado do Período	Controladora (Reclassificado)	
		01.04.2024	01.01.2024		01.04.2023	Acumulado do Período
		a	a		a	a
		30.06.2024	30.06.2024		30.06.2023	30.06.2023
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>31</b>	-	-		-	-
<b>Custos de Vendas /Serviços Prestados</b>	<b>31</b>	-	-		-	-
<b>Lucro Bruto</b>		-	-		-	-
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>276.055</b>	<b>508.696</b>		<b>212.129</b>	<b>433.125</b>
Despesas com Vendas	31	-	-		-	-
Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa	31	-	-		-	-
Despesas Gerais e Administrativas	31	(9.610)	(16.497)		(9.036)	(15.016)
Outras Receitas	31	4.240	3.458		3.259	8.236
Outras Despesas	31	325	(610)		(3.139)	(6.230)
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	18	281.100	522.345		221.045	446.135
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro</b>		<b>276.055</b>	<b>508.696</b>		<b>212.129</b>	<b>433.125</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>31</b>	<b>1.614</b>	<b>(4)</b>		<b>2.841</b>	<b>(92)</b>
<b>Resultado Antes do IRPJ e da CSLL</b>		<b>277.669</b>	<b>508.692</b>		<b>214.970</b>	<b>433.033</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>17</b>	<b>(102)</b>	<b>886</b>		-	-
Corrente		(102)	(32)		-	-
Diferido		-	918		-	-
<b>Lucro Líquido do Período</b>		<b>277.567</b>	<b>509.578</b>		<b>214.970</b>	<b>433.033</b>
<b>Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia</b>						
<b>Durante o Período (expresso em R\$ por ação)</b>						
<b>Resultado Básico por Ação</b>	<b>30</b>					
Ações Ordinárias Nominativas			12,4664			10,5938
Ações Preferenciais Nominativas			13,7131			11,6532
<b>Resultado Diluído por Ação</b>	<b>30</b>					
Ações Ordinárias Nominativas			12,4664			10,5938
Ações Preferenciais Nominativas			13,7131			11,6532

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023  
 (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE			Consolidado (Reclassificado)	
		Trimestre	Acumulado do	Trimestre	Acumulado do
		Atual	Período	Atual	Período
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>31</b>	<b>2.619.505</b>	<b>5.220.020</b>	<b>2.556.269</b>	<b>5.130.747</b>
<b>Custos de Vendas / Serviços Prestados</b>	<b>31</b>	<b>(2.082.463)</b>	<b>(4.157.925)</b>	<b>(2.084.278)</b>	<b>(4.162.558)</b>
<b>Lucro Bruto</b>		<b>537.042</b>	<b>1.062.095</b>	<b>471.991</b>	<b>968.189</b>
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>(92.970)</b>	<b>(244.338)</b>	<b>(159.070)</b>	<b>(302.807)</b>
Despesas com Vendas	31	(30.621)	(60.149)	(29.868)	(59.301)
Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa	31	(37.879)	(66.311)	(25.968)	(56.524)
Despesas Gerais e Administrativas	31	(148.170)	(298.034)	(151.697)	(301.935)
Outras Receitas	31	99.898	208.602	106.875	200.412
Outras Despesas	31	9.305	(58.016)	(70.366)	(114.002)
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	18	14.497	29.570	11.954	28.543
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro</b>		<b>444.072</b>	<b>817.757</b>	<b>312.921</b>	<b>665.382</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>31</b>	<b>(55.636)</b>	<b>(105.176)</b>	<b>(20.196)</b>	<b>(73.092)</b>
<b>Resultado Antes do IRPJ e da CSLL</b>		<b>388.436</b>	<b>712.581</b>	<b>292.725</b>	<b>592.290</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>17</b>	<b>(110.869)</b>	<b>(203.003)</b>	<b>(77.755)</b>	<b>(159.257)</b>
Corrente		(102.725)	(175.006)	(53.278)	(110.589)
Diferido		(8.144)	(27.997)	(24.477)	(48.668)
<b>Lucro Líquido do Período</b>		<b>277.567</b>	<b>509.578</b>	<b>214.970</b>	<b>433.033</b>
<b>Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia</b>					
<b>Durante o Período (expresso em R\$ por ação)</b>					
<b>Resultado Básico por Ação</b>	<b>30</b>				
Ações Ordinárias Nominativas			12,4664		10,5938
Ações Preferenciais Nominativas			13,7131		11,6532
<b>Resultado Diluído por Ação</b>	<b>30</b>				
Ações Ordinárias Nominativas			12,4664		10,5938
Ações Preferenciais Nominativas			13,7131		11,6532

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

**Notas Explicativas**

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023  
 (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Trimestre Atual		Acumulado do Período		Controladora	
		01.04.2024	01.01.2024	a	a	01.04.2023	01.01.2023
		30.06.2024	30.06.2024			30.06.2023	30.06.2023
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>30</b>	<b>277.567</b>		<b>509.978</b>		<b>214.970</b>	<b>433.033</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes (ORA)</b>							
Itens que não serão reclassificados para o resultado		-		-		-	-
<b>Resultado Abrangente do Período</b>		<b>277.567</b>		<b>509.578</b>		<b>214.970</b>	<b>433.033</b>
Descrição	NE	Trimestre Atual		Acumulado do Período		Consolidado	
		01.04.2024	01.01.2024	a	a	01.04.2023	01.01.2023
		30.06.2024	30.06.2024			30.06.2023	30.06.2023
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>30</b>	<b>277.567</b>		<b>509.978</b>		<b>214.970</b>	<b>433.033</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes (ORA)</b>							
Itens que não serão reclassificados para o resultado		-		-		-	-
<b>Resultado Abrangente do Período</b>		<b>277.567</b>		<b>509.578</b>		<b>214.970</b>	<b>433.033</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

## Notas Explicativas

### **DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucro	Dividendos Adicionais à Disposição AGO	Ajuste Avaliação Patrimonial			Lucro Acumulado	Total
						Custo Atribuído	Benefícios a Empregados	Ajuste de Valor Justo		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.480.000</b>	<b>316</b>	<b>279.347</b>	<b>1.586.298</b>	<b>1.253</b>	<b>12.894</b>	<b>(1.290.280)</b>	<b>(137.261)</b>	-	<b>2.932.567</b>
<b>Transações de Capital com Acionistas</b>										
Juros Sobre Capital Próprio	30.3	-	-	-	-	-	-	-	(86.453)	<b>(86.453)</b>
Dividendos	30.3	-	-	-	-	(1.253)	-	-	-	<b>(1.253)</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>										
Lucro Líquido do Período	32	-	-	-	-	-	-	-	509.578	<b>509.578</b>
Realização do Custo Atribuído	30.4	-	-	-	-	(278)	-	-	278	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2024</b>	<b>2.480.000</b>	<b>316</b>	<b>279.347</b>	<b>1.586.298</b>	-	<b>12.616</b>	<b>(1.290.280)</b>	<b>(137.261)</b>	<b>423.403</b>	<b>3.354.439</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>										
<b>2.480.000</b>	<b>316</b>	<b>251.495</b>	<b>1.287.330</b>	<b>22.874</b>	<b>13.470</b>	<b>(1.035.048)</b>	<b>(137.261)</b>	-	<b>2.883.176</b>	
<b>Transações de Capital com Acionistas</b>										
Juros sobre Capital Próprio	30.3	-	-	-	-	-	-	-	(92.144)	<b>(92.144)</b>
Dividendos	30.3	-	-	-	-	(22.874)	-	-	-	<b>(22.874)</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>										
Lucro Líquido do Período	32	-	-	-	-	-	-	-	433.033	<b>433.033</b>
Realização do Custo Atribuído	30.4	-	-	-	-	(293)	-	-	293	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2023</b>	<b>2.480.000</b>	<b>316</b>	<b>251.495</b>	<b>1.287.330</b>	-	<b>13.177</b>	<b>(1.035.048)</b>	<b>(137.261)</b>	<b>341.182</b>	<b>3.201.191</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

## Notas Explicativas

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

**Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	NE	Controladora		Consolidado (Reclassificado)	
		30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>					
<b>Lucro Líquido de Período</b>		<b>509.578</b>	<b>433.033</b>	<b>509.578</b>	<b>433.033</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa Gerado pelas (Aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>(529.834)</b>	<b>(446.121)</b>	<b>647.206</b>	<b>990.287</b>
Depreciação e Amortização	19	1.107	1.118	168.805	153.179
Perda na alienação de Ativo Imobilizado/Intangível	19	-	-	46.877	28.626
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	18	(522.345)	(446.135)	(29.570)	(28.543)
Atualização Ativo Financeiro – VNR	14	-	-	(15.271)	(12.868)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	14	-	-	398	366.869
Juros e Variações Monetárias		(4.307)	(3.520)	213.530	233.601
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências		(3.403)	2.416	(33.954)	7.112
Despesas Atuariais	28	-	-	69.499	68.885
Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	19	-	-	88	556
Baixas de Direito de Uso de Ativos e Passivos de Arrendamento Líquidos		-	-	(43)	-
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa		-	-	66.311	56.524
Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga/Ind. Usina Pery	31.1	-	-	(42.467)	(42.911)
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social		(886)	-	203.003	159.257
<b>(Aumento)/Redução nos Ativos</b>		<b>15.215</b>	<b>(847)</b>	<b>(265.945)</b>	<b>652.703</b>
Contas a Receber		-	-	(256.876)	(27.806)
Tributos a Recuperar		9.914	(2.474)	(70.257)	232.189
Depósitos Judiciais		5.075	1.145	5.496	(16.015)
Estoques		-	-	375	(10.555)
Ativos Financeiros (Setoriais, Bonificação de Outorga)		-	-	119.518	491.090
Outras Variações nos Ativos		226	482	(64.201)	(16.200)
<b>(Redução) nos Passivos</b>		<b>(16.042)</b>	<b>(26.710)</b>	<b>(326.507)</b>	<b>(828.161)</b>
Fornecedores		(979)	(340)	(194.420)	(96.324)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		499	177	(29.947)	(23.984)
Tributos a Recolher		(16.752)	(26.498)	180.614	(67.362)
Passivos Financeiros Setoriais		-	-	(137.243)	(491.978)
Taxas Regulamentares		-	-	(6.030)	(3.372)
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores		-	-	(34.441)	(11.697)
Benefícios a Empregados		-	-	(133.398)	(133.747)
Passivo Bônus Escassez Hídrica		-	-	10	(24)
Outras Variações no Passivo		1.190	(49)	28.348	327
Juros Pagos	23.6	(15)	(3)	(180.178)	(171.342)
IR e CSLL Pagos		(68)	(2.896)	(131.255)	(34.738)
<b>Fluxo de Caixa Líquido (Aplicado nas) Proveniente das Atividades Operacionais</b>		<b>(21.166)</b>	<b>(43.544)</b>	<b>252.899</b>	<b>1.041.782</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>					
Adições Ativo Imobilizado	19	-	-	(23.235)	(22.224)
Adições Ativo Intangível	20	-	-	-	-
Adições Ativo Contrato	15	-	-	(396.904)	(874.318)
Integralização de Capital	18.2	-	-	-	(152)
Dividendos e JCP Recebidos		137.643	137.426	14.228	21.082
<b>Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades de Investimento</b>		<b>137.643</b>	<b>137.426</b>	<b>(405.911)</b>	<b>(875.612)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>					
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	72.809	137.655
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	(33.307)	(1.879)
Pagamento de Debêntures	23	-	-	(79.852)	(110.077)
Pagamento de JCP e Dividendos		(101.424)	(93.528)	(101.424)	(93.528)
Pagamento Passivo de Arrendamento	19	(114)	(141)	(5.519)	(5.264)
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento</b>		<b>(101.538)</b>	<b>(93.669)</b>	<b>(147.293)</b>	<b>(73.093)</b>
<b>Aumento (Redução) Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</b>		<b>14.939</b>	<b>213</b>	<b>(300.305)</b>	<b>93.077</b>
<b>Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes</b>	8	<b>56.671</b>	<b>48.205</b>	<b>906.196</b>	<b>940.684</b>
<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes</b>	8	<b>71.610</b>	<b>48.418</b>	<b>605.891</b>	<b>1.033.761</b>
<b>Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>14.939</b>	<b>213</b>	<b>(300.305)</b>	<b>93.077</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023  
 (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado (Reclassificado)	
		30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023
<b>Receitas</b>	31	<b>11.175</b>	<b>11.456</b>	<b>8.391.240</b>	<b>7.993.110</b>
Vendas Brutas de Produtos e Serviços		-	-	7.810.735	7.340.630
Receitas referentes à Construção de Ativos Próprios		-	-	420.139	530.695
Outras Receitas		11.175	11.456	226.677	178.309
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD		-	-	(66.311)	(56.524)
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>31</b>	<b>(9.646)</b>	<b>(10.221)</b>	<b>(4.325.749)</b>	<b>(4.394.133)</b>
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos		-	-	(3.611.941)	(3.550.713)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros		(9.646)	(10.221)	(293.669)	(312.725)
Custos referentes à Construção de Ativos Próprios		-	-	(420.139)	(530.695)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>1.529</b>	<b>1.235</b>	<b>4.065.491</b>	<b>3.598.977</b>
Depreciação, Amortização		(1.107)	(1.118)	(168.894)	(153.735)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>		<b>422</b>	<b>117</b>	<b>3.896.597</b>	<b>3.445.242</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>		<b>532.053</b>	<b>456.178</b>	<b>221.821</b>	<b>481.450</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	18	522.345	446.135	29.570	28.543
Receitas Financeiras	31	8.393	7.381	190.725	450.005
Outras Receitas		1.315	2.662	1.526	2.902
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>		<b>532.475</b>	<b>456.295</b>	<b>4.118.418</b>	<b>3.926.692</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>					
<b>Pessoal</b>	<b>24</b>	<b>(10.766)</b>	<b>(10.276)</b>	<b>(376.138)</b>	<b>(363.049)</b>
Remuneração Direta		(9.950)	(9.521)	(222.122)	(214.738)
Benefícios		(366)	(332)	(136.620)	(130.890)
FGTS		(450)	(423)	(17.396)	(17.421)
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>25</b>	<b>(12.133)</b>	<b>(12.819)</b>	<b>(2.947.036)</b>	<b>(2.640.223)</b>
Federais		(11.355)	(12.111)	(1.796.563)	(1.571.655)
Estaduais		-	-	(1.146.302)	(1.064.662)
Municipais		(778)	(708)	(4.171)	(3.906)
<b>Remuneração de Capital de Terceiros</b>	<b>31</b>	<b>2</b>	<b>(167)</b>	<b>(285.666)</b>	<b>(490.387)</b>
Juros		4	(146)	(281.773)	(486.011)
Aluguéis		(2)	(21)	(3.893)	(4.376)
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>30</b>	<b>(509.578)</b>	<b>(433.033)</b>	<b>(509.578)</b>	<b>(433.033)</b>
Juros s/ Capital Próprio – JCP		(86.453)	(92.144)	(86.453)	(92.144)
Lucro Retido do Período		(423.125)	(340.889)	(423.125)	(340.889)
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>		<b>(532.475)</b>	<b>(456.295)</b>	<b>(4.118.418)</b>	<b>(3.926.692)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

## Notas Explicativas

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (a “Companhia” e, em conjunto com suas subsidiárias integrais, o “Grupo”) é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada por meio do Decreto Estadual nº 22, em 9 de dezembro de 1955, com sede na avenida Itamarati, nº 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973 e hoje tem seus papéis negociados no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do capital total. O Capital Autorizado em seu estatuto é de R\$2,60 bilhões, sendo o Capital Social subscrito e integralizado de R\$2,48 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia, juntamente com suas controladas e coligadas, tem como atividades preponderantes a distribuição, a geração, a transmissão e a comercialização varejista e atacadista de energia elétrica.

No Balanço Patrimonial Consolidado, em 30 de junho de 2024, a Companhia apresentou um Capital Circulante Líquido – CCL negativo no valor de R\$38,3 milhões, resultando um índice de 0,99.

O CCL negativo e o consequente índice abaixo de 1,00 deriva, exclusivamente, da Celesc D, sobretudo, por uma parte significativa da dívida de empréstimos e financiamentos ter alcançado o status de curto prazo e pelo saldo do valor a devolver aos consumidores referente ao crédito da retirada do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, previsto na Lei Federal nº 14.385/2022, que foi contemplado nos reajustes tarifários anuais, também transferida de longo para curto prazo.

Obviamente, o saldo a devolver aos consumidores constante no passivo circulante tem sua correspondência no ativo circulante e isso não deveria afetar o CCL. Contudo, duas situações contribuíram negativamente para essa relação. A primeira delas é que o valor oferecido no último reajuste tarifário anual para devolução, que já está contemplado no passivo financeiro setorial, não gerou direito à compensação de seu correspondente tributo a recuperar pela limitação imposta na Portaria Normativa nº 14 do Ministério da Fazenda, de 5 de janeiro de 2024, que restrinuiu a utilização de créditos dessa natureza, cujo valor total fosse igual ou superior a R\$500 milhões. Dessa forma, o saldo classificado no ativo circulante contempla apenas o crédito de PIS/Cofins com base nas projeções de valores a serem compensados nos próximos doze meses, muito menor do saldo classificado no passivo circulante.

Além disso, a economia de caixa gerada pelos valores já compensados desses créditos foi utilizada para incremento na política de investimentos aprovada pela Administração, que contemplam aquisição de terrenos, realização de obras civis e benfeitorias, melhorias nas redes e linhas de distribuição de energia, incluindo telecomunicações, linhas, subestações, medidores e ramais, além de alcançar também itens relacionados à tecnologia da informação, máquina e equipamentos.

A Administração não observa riscos relacionados à continuidade das atividades, considerando que a preponderância disso decorre de possuir uma concessão de longo prazo, além de um patrimônio líquido significativo, de ter uma série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais e de manter o cumprimento das metas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para manutenção de seu contrato.

**Notas Explicativas****2. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS****2.1. Subsidiárias Integrais****2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D**

A Celesc D assinou, em 22 de julho de 1999, o Contrato de Concessão nº 56 para distribuição de energia elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cujo prazo de vigência era até 7 de julho de 2015.

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc D, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570/2005. Com o processo de desverticalização, em 2006, a atividade de distribuição foi repassada à Celesc D.

Em 9 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99, prorrogando assim a concessão por mais 30 anos, até 2045. O Contrato de Concessão, assim como o 5º Termo Aditivo que prorrogou a concessão, estão dentro do escopo do ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

A Celesc D é subsidiária integral da Companhia, atua no segmento de distribuição de energia elétrica e atende, total ou parcialmente, 285 municípios, contabilizando 3.427.206 unidades consumidoras. Do total atendido, 264 municípios constam no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná) e 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná). O atendimento a título precário ocorre, conforme regulamentação da ANEEL, por razões de conveniência técnica e econômica, decorrentes da inexistência de rede da concessionária titular da concessão. Adicionalmente, a Celesc D é responsável pelo suprimento de energia elétrica para atendimento de 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que atuam em municípios catarinenses não atendidos pela Celesc D.

**2.1.1.1. Ambiente Regulatório da Celesc D**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela ANEEL.

**a) Prorrogação da Concessão**

A Celesc D assinou, em 9 de dezembro de 2015, o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica, com vigência de 30 anos, no qual consta que, nos primeiros 5 (cinco) anos, haveria metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão. Além dos indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia, a Celesc D precisa estar atenta aos indicadores econômicos, que avaliam a qualidade e o potencial de pagamento da dívida em relação ao EBITDA gerado pela Empresa.

A Resolução Normativa ANEEL nº 896, publicada em 17 de novembro de 2020, alterada pela Resolução Normativa nº 948/2021, disciplinou a parametrização e a metodologia de apuração para os indicadores de concessão, que foram estabelecidos para os anos de 2021 até 2045:

Ano	Indicador	Critérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	1 ano	Aporte de capital Limitação de distribuição de dividendos e JCP Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
		2 anos consecutivos	Extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	1 ano	Plano de resultados
		2 anos consecutivos	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	Extinção da concessão

## Notas Explicativas

### b) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2023

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.244 e Nota Técnica nº 78/2023-STR/ANEEL, autorizou o valor do reajuste das tarifas a serem praticadas pela subsidiária Celesc D, a partir de 22 de agosto de 2023 até 21 de agosto de 2024.

No processo de Reajuste Tarifário a ANEEL considera os custos associados a prestação do serviço, custos de transmissão de energia e os encargos setoriais. Esses itens do reajuste fazem parte da Parcela A, na qual a Companhia não tem gerência na gestão, apenas repassando os custos já incorridos e projetados pela Agência Reguladora. Já a Parcela B reflete o valor disponível para custear suas operações e realizar os investimentos necessários em sua rede de distribuição.

No reajuste tarifário de 2023 o efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 2,30%.

Na composição da Receita Líquida a Parcela A (Custos não Gerenciáveis) participa com 80,60% e a Parcela B (Custo Gerenciável) com 19,4%.

A tabela a seguir detalha a composição dos itens do reajuste tarifário.

<b>Participação no Reajuste Tarifário 2023 (Resolução Homologatória ANEEL nº 3.244/2023)</b>		
Parcela A	Encargos Setoriais	1,31%
	Custos de Transmissão	3,15%
	Compra de Energia	-1,20%
	Receitas Irrecuperáveis	0,09%
	<b>Total Parcela A</b>	<b>3,16%</b>
Parcela B	<b>Total Parcela B</b>	<b>0,69%</b>
Reajuste Econômico (IRT), considerando variação tarifária da RTE		3,85%
Componentes Financeiros do Processo Atual		-6,42%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		4,87%
Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores		2,30%

### c) Bandeiras Tarifárias

O sistema de Bandeiras Tarifárias, implantado em 2015, permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores. Anteriormente, todo esse custo era repassado via tarifa somente no reajuste tarifário anual ou nas revisões tarifárias periódicas/extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

O acionamento de janeiro a junho de 2024, devido às condições favoráveis de geração de energia foi da bandeira verde, ou seja, sem acréscimo na fatura de energia. Os valores da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D de janeiro a maio de 2024 foram de R\$ 21,317 milhões. Os valores a serem repassados relativos à competência de junho serão divulgados pela Agência reguladora a partir de agosto de 2024.

Em 5 de março de 2024, a ANEEL aprovou o desfecho da Consulta Pública nº 26/2023 referente aos valores das Bandeiras Tarifárias para o ciclo 2023/2024. A decisão, naquele momento, foi tomada em razão do cenário hidrológico propício e da grande oferta de energia renovável no país, além da queda nos preços dos combustíveis fósseis no mercado internacional. A proposta de redução para a bandeira amarela foi de quase 37%, passando de R\$29,89/MWh para R\$18,85/MWh. Para a bandeira vermelha, patamar 1, a redução é de 31,3%, de R\$65/MWh para R\$44,63/MWh, e para o patamar 2 é de quase 20%, de R\$97,95/MWh para R\$78,77/MWh.

### d) Bônus de Itaipu

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória (REH) nº 3.093, de 16 de agosto de 2022, aprovou o diferimento dos pagamentos das distribuidoras à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional – ENBpar, referentes ao repasse da potência contratada de Itaipu, para fins de modicidade tarifária, nos termos do Decreto nº 11.027/2022.

## Notas Explicativas

Por meio do Despacho nº 1.192/2022 SGT/ANEEL, de 04 de maio de 2022, foi informado que o saldo da Conta de Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu em 2021 foi positivo em R\$ 947,8 milhões e que não haveria o rateio e o crédito do bônus de Itaipu nas faturas de energia elétrica dos consumidores em 2022, em função da utilização desse saldo para a modicidade tarifária, de acordo com o Artigo 16 do Decreto nº 11.027/2022.

A SGT/ANEEL (atual STR) procedeu ao rateio do Saldo da Conta de Comercialização de Itaipu entre as concessionárias, observando a necessidade de redução tarifária individual das distribuidoras, como um adiantamento para reforço de caixa, com o objetivo de complementar os pagamentos, do repasse da potência contratada de Itaipu.

Segundo os critérios de rateio, os recursos alocados para a Celesc D, alcançaram o montante de R\$ 239,5 milhões, cuja aplicação resultou em uma atenuação tarifária de 2,47%, no RTA de 2022.

Conforme §1º do Art. 3º da REH nº 3.093/2022, à recomposição dos valores à Conta de Comercialização de Energia de Itaipu associados ao Decreto nº 11.027/2022 seria realizada apenas a partir do processo tarifário de 2024, entretanto, a Celesc D em concordância com a relatoria do processo considerou a antecipação da devolução do montante correspondente no processo tarifário de 2023.

Com valores positivos, destaca-se no processo do RTA de 2023, a recomposição à Conta de Comercialização de Itaipu, referente a reversão do diferimento negativo, considerado no processo tarifário de 2022, associado ao repasse realizado pela Conta de Comercialização de Itaipu conforme Decreto nº 11.027/2022. O total do valor passivo financeiro, atualizado, foi de R\$271,23 milhões.

As quotas mensais foram definidas para os doze meses subsequentes ao respectivo processo tarifário de agosto de 2023, devendo ser recolhidas diretamente à ENBpar até o dia 10 do mês seguinte ao da competência. Os valores a serem recompostos observarão a remuneração pela taxa Selic do período, com perspectiva de conclusão em agosto de 2024. Até 30 de junho de 2024 foi repassado o valor total de R\$241,6 milhões.

### e) Exposição Contratual de 2014 – Despachos ANEEL nº 2.642/2015 e nº 2.078/2016

A Celesc D ingressou com ação judicial, objetivando questionar o Despacho ANEEL nº 2.078/2016 e assim obter o reconhecimento integral de exposições contratuais de energia como involuntárias, ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R\$256,6 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, que ocorreu em 22 de agosto de 2016. Em 2019, antes de ocorrer o processo de Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2019, foi proferida sentença de mérito contrária ao pleito da Celesc D. Diante dessa decisão, restou à Celesc D recorrer para discutir o assunto em segunda instância, sendo que ainda se aguarda decisão de mérito dos desembargadores.

Junto à ANEEL, a Celesc D solicitou diferimento do valor (que seria deduzido de sua cobertura tarifária) em 5 processos tarifários, encerrando-se no reajuste tarifário anual de 2023.

Reitera-se que a discussão em âmbito judicial permanece em segunda instância.

#### 2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc G, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570/2005, decorrente do processo de desverticalização do setor elétrico.

A Celesc G é subsidiária integral da Companhia e atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção, comercialização e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

##### 2.1.2.1. Ambiente Regulatório da Celesc G

###### a) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG 2023/2024

Em 18 de julho de 2023, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.225, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2023/2024,

## Notas Explicativas

nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R\$19,2 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

<b>Usinas</b>	<b>Receita Anual (R\$/mil)</b>	<b>Receita Mensal (R\$/mil)</b>
	<b>Ciclo 2023/2024</b>	<b>Ciclo 2023/2024</b>
UHE Pery	27.779	2.315
UHE Garcia	12.773	1.064
UHE Bracinho	16.405	1.367
UHE Cedros	11.766	980
UHE Palmeiras	25.010	2.084
UHE Salto	8.343	695

### 2.1.2.2. Parque Gerador da Celesc G

Em 30 de junho de 2024, a Celesc G possui um parque gerador próprio formado por treze usinas de fonte hídrica, dentre as quais, doze em operação comercial e uma em processo de reativação. Também possui, em operação comercial, quatro empreendimentos de fonte solar fotovoltaica no modelo Geração Distribuída Remota. Todas estão localizadas no estado de Santa Catarina.

A Celesc G detém participação minoritária em mais seis empreendimentos de geração desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial. Tais usinas também estão localizadas no estado de Santa Catarina.

A capacidade instalada total da Celesc G, em operação comercial, é de 132,01MW, sendo 120,77MW referentes ao parque próprio e 11,24MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada a participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos. A central geradora hidrelétrica em processo de reativação agrega 1,00MW de potência instalada ao parque gerador próprio da Celesc G.

A Celesc G também conta com um Centro de Operação da Geração – COG, que é responsável pela supervisão, acompanhamento e operação centralizada e remota das centrais geradoras da Celesc G. O COG opera e supervisiona todo o parque gerador próprio, em turnos que cobrem 24 horas por dia, sete dias por semana.

Todas as usinas hídricas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente às usinas que geraram abaixo da sua garantia física.

Conforme estabelece o parágrafo 2º, art. 2º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, a "Garantia Física" é a quantidade máxima de energia elétrica associada ao empreendimento, incluindo importação, que poderá ser utilizada para comprovação de atendimento de carga ou comercialização por meio de contratos.

De acordo com a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, Garantia Física de Cotas é a alocação de cotas de energia e de potência da usina hidrelétrica às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN, definida pela Aneel, conforme regulamento do poder concedente.

## Notas Explicativas

### a) Parque Gerador Próprio em Operação Comercial – 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física(MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitibanos/SC	07/07/2054*	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053*	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	06/11/2053*	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	03/01/2053*	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053*	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053*	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	31/05/2039*	13,92	6,77	(***)
CGH Caveiras	Lages/SC	(**)	3,83	2,77	(***)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(**)	2,60	2,03	(***)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(**)	0,52	0,50	(***)
CGH Piraí	Joinville/SC	(**)	0,78	0,45	(***)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(**)	0,42	0,22	(***)
<b>Total</b>			<b>115,27</b>	<b>70,16</b>	

(\*) Usinas que aderiram à repactuação do risco hidrológico conforme REN ANEEL nº 895/2020 e receberam extensão de 7 anos ao prazo de concessão, exceto Celso Ramos que recebeu extensão 4,2 anos de concessão.

(\*\*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016).

(\*\*\*) Não se aplica.

### b) Parque Gerador de Fonte Solar Fotovoltaica – 100% Celesc G

UFV GD Remota	Localização	Entrada em Operação Comercial	Potência Instalada (MW)
UFV Lages I	Lages/SC	fev/2023	1,00
UFV Campos Novos	Campos Novos/SC	set/2023	1,00
UFV São José do Cedro	São José do Cedro/SC	dez/2023	2,50
UFV Lages II	Lages/SC	jun/2024	1,00
<b>Total</b>			<b>5,50</b>

### c) Parque Gerador de Fonte Hídrica com Participação Minoritária

Os resultados das participações da Celesc G, em outros empreendimentos, são contabilizados no Grupo por meio da equivalência patrimonial.

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Partic. Celesc G	Equiv. Pot. Inst. (MW)	Equiv. Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	04/06/2044	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
CGH Prata (CRF)*	Bandeirante/SC	(**)	3,00	1,68	26,07%	0,78	0,44
CGH Belmonte (CRF)*	Belmonte/SC	(**)	3,60	1,84	26,07%	0,94	0,48
CGH Bandeirante (CRF)*	Bandeirante/SC	(**)	3,00	1,76	26,07%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	04/09/2045	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	17/07/2048	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
<b>Total</b>			<b>31,78</b>	<b>17,74</b>		<b>11,24</b>	<b>6,27</b>

(\*) O Complexo Energético Rio das Flores – CRF, é formado pelas CGHs Prata, Belmonte e Bandeirante.

(\*\*) Usinas com potência igual ou inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão.

### d) Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

O Plano de Negócio em Geração Distribuída, prevê a implantação de projetos solares fotovoltaicos, a serem instalados na área de concessão da distribuidora do Grupo Celesc. Os projetos que se encontram em implantação são listados abaixo:

UFV GD Remota	Localização	Potência Inst. (MW)	Prev. Ent. Operação	Status
UFV Modelo	Modelo/SC	2,50	Ago/2024	Em construção
UFV Videira	Videira/SC	1,00	Ago/2024	Em construção
UFV Capivari	Capivari de Baixo/SC	3,00	Set/2024	Em construção
Novas UFVs	Oeste de Santa Catarina	2,00	Mar/2025	Em contratação
<b>Total</b>		<b>8,50</b>		

Todos os projetos estão contemplados dentro da janela regulatória prevista na Lei 14.300/2022, denominada como GD I nos termos da regulamentação, a qual traz a manutenção das regras atuais

## Notas Explicativas

do sistema de compensação de energia até 31 de dezembro de 2045. Esse fator possibilita auferir maior rentabilidade no modelo de fazendas solares praticado pela Celesc G.

Quanto aos empreendimentos hídricos, a tabela a seguir apresenta os projetos de ampliação/reactivação das usinas próprias e os respectivos estágios de desenvolvimento. Quanto à garantia física (nova ou incremental), a Empresa busca obter em média 50% de fator de capacidade total da usina após a ampliação/reactivação, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares.

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Inst. (MW)	Acréscimo de Pot. (MW)	Pot. Final (MW)	Prev. Ent. Operação	Status
CGH Maruim	São José/SC	(*)	0,00	1,00	1,00	2024	Em construção
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053	6,28	23,00	29,28	(**)	Aguardando Outorga MME
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	5,57	9,40	(**)	Licenciamento Ambiental
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	8,40	10,60	19,00	(**)	Revisão de Projeto Básico
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	24,60	0,50	25,10	(**)	Revisão de Projeto Básico
<b>Total</b>			<b>43,11</b>	<b>40,67</b>	<b>83,78</b>		

(\*) Usinas com potência inferior a 5 MW médios estão dispensadas do ato de concessão.

(\*\*) Depende de trâmites regulatórios, ambientais ou construtivos.

## e) Transmissão

A Celesc G possui participação acionária em um empreendimento de transmissão de energia elétrica, contabilizados na Companhia por meio da equivalência patrimonial.

A EDP Transmissão Aliança SC é uma parceria entre Celesc G (10%) e EDP Energias do Brasil (90%), formada a partir do êxito no Leilão de Transmissão nº 05/2016, realizado em abril de 2017, contendo cinco trechos de linhas de transmissão de 230 e 525kV e uma subestação 525/230kV, conforme quadro abaixo:

Empreendimento	Localização	Termo Final da Concessão	Potência de Transformação (MVA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc G
EDP – Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

A Receita Anual Permitida – RAP dessa concessão para o ciclo 2024/2025, a partir de 1º de junho de 2024, nos termos da Resolução Homologatória nº 3.348/2024, foi estabelecida no valor de R\$256,65 milhões.

### 2.1.2.2.1. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio de Fonte Hídrica

#### a) Ampliação da UHE Salto Weissbach

O projeto de ampliação da UHE Salto Weissbach está aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.117, de 21 de maio de 2018. Aproveitando-se do mesmo reservatório, o projeto prevê a construção de um novo circuito de geração, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas novas unidades geradoras com potência de 11,5 MW cada, totalizando uma ampliação de 23,0 MW, que somada à potência das quatro unidades existentes na casa de força atual, resultará na potência total de 29,28 MW.

## Notas Explicativas

Ano	Ato Legal	Ação
05/2018	Despacho nº 1.117/2018	Despacho de Registro de Adequabilidade aos Estudos de Inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo.
06/2022	LAI nº 3.454/2022	Obtenção da Licença Ambiental de Instalação junto ao Instituto do Meio Ambiente (IMA) de Santa Catarina.
05/2023	Portaria nº 12/2023	Obtenção da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e da Economia Verde – SEMAE, de Santa Catarina.
06/2023	Despacho nº 2.079/2023	Homologação, pela ANEEL, dos parâmetros para cálculo da revisão da garantia física, pela ANEEL e encaminhamento do processo à EPE – Empresa de Pesquisa Energética
09/2023	S/N	Emissão, pela EPE, do Relatório de Avaliação Técnica e Econômica do Projeto de Ampliação e envio ao MME - Ministério de Minas e Energia.
01/2024	S/N	Análise, pelo MME, do Relatório emitido pela EPE e dos parâmetros calculados pela ANEEL referente à garantia física. Encaminhamento à ANEEL para definição da tarifa de ampliação.
05/2024	S/N	Conclusão do cálculo da tarifa de ampliação pela ANEEL. Dado não disponível. Encaminhamento ao MME para análise, visando emissão da Outorga de Autorização.

A usina opera no regime de cotas, então a energia decorrente da ampliação será integralmente destinada a esse regime. No momento, aguarda-se, da ANEEL, a divulgação da tarifa de ampliação, para posteriormente se obter a emissão da outorga pelo MME.

### b) Ampliação da CGH Caveiras

O projeto de ampliação da CGH Caveiras se encontra em licenciamento ambiental. Sua concepção prevê a construção de nova casa de força e sistema adutor.

Ano	Ato Legal	Ação
2018	Despacho nº 3.005/2018	Conferiu o registro de inventário à Celesc G, pelo prazo de 630 dias, contados da sua publicação
09/2020	Despacho nº 2.752/2020	Aprovou a revisão dos Estudos de Inventário do rio Caveiras e garantiu à Celesc G o direito de preferência referente ao aproveitamento hidrelétrico
12/2020	Despacho nº 3.592/2020	Conferiu à Celesc G o Despacho de Registro de Intenção à Outorga de Autorização – DRI PCH.
04/2022	Despacho nº 1.102/2022	A ANEEL decidiu registrar a compatibilidade do Sumário Executivo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico e com o uso do potencial hidráulico por meio da emissão de Despacho de Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo - DRS-PCH da PCH Caveiras, com 9.400 kW de Potência Instalada.

Com a aprovação do Projeto Básico de Ampliação, deu-se início ao licenciamento ambiental junto ao IMA. A Celesc G aguarda o andamento das tratativas junto ao órgão ambiental para que se avance nas etapas de obtenção da outorga junto à ANEEL e aprovação do Plano de Negócio visando o processo licitatório e construção.

### c) Ampliação da UHE Palmeiras

Ao final do segundo trimestre de 2024, encontra-se em assinatura o contrato para Consolidação do Projeto Básico de Ampliação. Sua concepção prevê a construção de uma CGH (Central Geradora Hidrelétrica) com aproveitamento hidrelétrico na barragem Rio Bonito, que hoje tem a função de reservatório de acumulação da UHE Palmeiras. Sua potência projetada é de 0,5MW.

Após a conclusão da consolidação do Projeto Básico de Ampliação, serão encaminhadas as tratativas para autorizações regulatórias, ambientais e administrativas, visando a implantação do novo empreendimento.

## Notas Explicativas

### 2.2. Demais Participações da Controladora

Investimentos	Classificação	Descrição	Reconhecimento	Participação
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS	Controlada em Conjunto	Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural. Possui contrato firmado em 28 de março de 1994 com vigência de 50 anos (2044).	Equivalência Patrimonial	17%.
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	Coligada	Concessão para exploração das linhas de transmissão. Possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 088/2000, com vigência de 30 anos (2030).	Equivalência Patrimonial	30,88%
Dona Francisca Energética S.A – DFESA	Coligada	Concessionária produtora independente de energia elétrica. Possui o contrato de concessão nº 188/98, com vigência de 39 anos (2037).	Equivalência Patrimonial	23,03%
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan	Instrumento Patrimonial	Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, para exploração dos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável.	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.	10,92%

## 3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nessas Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas conforme as práticas contábeis do Brasil e em IFRS, são descritas a seguir:

### 3.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e devem ser lidas em conjunto com as últimas Demonstrações Financeiras Anuais individuais e consolidadas do Grupo, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, previamente divulgadas. Aplicam-se também à elaboração, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, requerida pela legislação societária brasileira, é apresentada em sua forma e conteúdo de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, como informação suplementar para fins de IFRS.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As Informações Contábeis Intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de agosto de 2024, conforme estabelece o item 17 da Resolução CVM nº 105/2022.

### 3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em IFRS e BRGAAP, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

### 3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas

## Notas Explicativas

seguintes notas explicativas:

- NE 4 – Base de consolidação: determinação se possui controle e influência significativa sobre uma investida;
- NE 6 – Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.
- NE 19 – Imobilizado: previsão da vida útil dos ativos;
- NE 19.3 – Prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- NE 20 – Ativo Intangível Indenizável: previsão da vida útil dos ativos;
- NE 27 – Contingências: as estimativas de risco.

As estimativas contábeis são reavaliadas de forma contínua e alteradas quando há evidência de melhor prática impactando nas mensurações, são reconhecidas de forma prospectiva. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE 6 – Instrumentos financeiros: previsão de fluxos de caixa;
- NE 9.2 – Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NE 13.1 – Ativos/Passivos Financeiros Setoriais: previsão de valores que serão inseridos nos processos de reajuste/revisão tarifária;
- NE 13.2 – Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga: previsão dos fluxos de caixa nos próximos ciclos pela Receita Anual de Geração – RAG;
- NE 14.1 – Ativo Financeiro Indenizável – Celesc D: previsão dos fluxos de caixa e do saldo indenizável ao final do contrato de concessão;
- NE 14.3 – Ativo Financeiro Indenizável – Celesc G: previsão dos fluxos de caixa e do saldo indenizável dos bens não totalmente depreciados no final dos contratos de concessão;
- NE 15 – Ativo de Contrato: alocação dos custos, as obrigações de performance e previsão de fluxos de caixa;
- NE 17.3 – Realização do IRPJ e CSLL Diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros;
- NE 19 – Imobilizado: taxa de depreciação;
- NE 19.3 – Prazo do arrendamento: taxas aplicadas e razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- NE 20 – Ativo Intangível: projeção dos fluxos de caixa;
- NE 27 – Contingências: desembolsos financeiros são determinados pela Administração, considerando, ainda, as jurisprudências e o conhecimento do corpo técnico interno e externo;
- NE 28 – Benefícios a Empregados – CPC 33: premissas atuariais, taxa de desconto e previsão de fluxos de caixa;
- NEs 9 e 31.1 – Receita Não Faturada – Celesc D: estimativa de consumo e da tarifa das classes;
- NE 29 – PIS/COFINS a Restituir a Consumidores: previsão dos valores a serem restituídos nos processos tarifários, impacto nos fluxos de caixa e metodologia de atualização do passivo;
- NE 31.2 – Custos e Despesas Operacionais: previsão dos valores faturados pela CCEE.

## 4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras Anuais individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, publicada em 28 de março de 2024, contemplando a adoção dos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024.

### 4.1. Base de Mensuração

As Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR; e imobilizado da Celesc G, que foi avaliado a valor justo (custo atribuído), na adoção inicial do CPC 27.

### 4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

O pronunciamento técnico CPC 23/IAS 8, que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, estabelece que ajustes ou erros podem ocorrer no registro, na mensuração, na apresentação ou na divulgação de elementos das demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas**

Estabelece, ainda, que a entidade deve corrigir os erros materiais de períodos anteriores retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações contábeis, cuja autorização para publicação ocorra após a descoberta de tais erros, definindo como uma das alternativas a reapresentação dos valores comparativos para o período anterior apresentado em que tenha ocorrido o erro.

A Companhia revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações, objetivando suas construções de forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis.

#### **4.2.1. Reclassificação das Cifras Comparativas da Demonstração do Fluxo de Caixa**

O Grupo optou por utilizar o lucro líquido como ponto de partida para apresentar os fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. Este é o ponto de partida previsto no CPC 03/IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa, muito embora o exemplo disponibilizado no anexo à norma contábil seja iniciado com um valor diferente – ‘Lucro antes do imposto de renda e contribuição social’. Como o anexo é apenas ilustrativo, e, portanto, não tem o mesmo status que a norma contábil, consideramos mais apropriado seguir a norma.

<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>30.06.2023</b>	<b>Reclassificação*</b>	<b>Consolidado</b>
			<b>30.06.2023 (Reclassificada)</b>
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>592.290</b>	<b>(592.290)</b>	<b>-</b>
<b>Lucro Líquido do Período (i)</b>	<b>-</b>	<b>433.033</b>	<b>433.033</b>
<b>Ajustes para Conciliar o Resultado do Período com Recursos Provenientes de Atividades Operacionais</b>	<b>831.030</b>	<b>-</b>	<b>990.287</b>
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	159.257	159.257
Depreciação e Amortização	153.179	-	153.179
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	28.626	-	28.626
Resultado da Equivalência Patrimonial	(28.543)	-	(28.543)
Atualização Ativo Financeiro – VNR	(12.868)	-	(12.868)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	366.869	-	366.869
Juros e Variações Monetárias	233.601	-	233.601
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	7.112	-	7.112
Despesas Atuariais	68.885	-	68.885
Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	556	-	556
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Dúvida	56.524	-	56.524
Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga	(42.911)	-	(42.911)
<b>Aumento (Redução) nos Ativos</b>	<b>652.703</b>	<b>-</b>	<b>652.703</b>
Contas a Receber	(27.806)	-	(27.806)
Tributos a Recuperar	232.189	-	232.189
Depósitos Judiciais	(16.015)	-	(16.015)
Estoques	(10.555)	-	(10.555)
Ativos Financeiros (Setoriais, Bonificação de Outorga)	491.090	-	491.090
Outras Variações nos Ativos	(16.200)	-	(16.200)
<b>Aumento (Redução) nos Passivos</b>	<b>(828.161)</b>	<b>-</b>	<b>(828.161)</b>
Fornecedores	(96.324)	-	(96.324)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	(23.984)	-	(23.984)
Tributos a Recolher	(67.362)	-	(67.362)
Passivos Financeiros	(491.978)	-	(491.978)
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	(11.697)	-	(11.697)
Taxas Regulamentares	(3.372)	-	(3.372)
Benefícios a Empregados	(133.747)	-	(133.747)
Passivo Bônus Escassez Hídrica	(24)	-	(24)
Outras Variações no Passivo	327	-	327
<b>Caixa Gerado pelas (Aplicados nas) Atividades Operações</b>	<b>1.247.862</b>	<b>-</b>	<b>1.247.862</b>
Juros Pagos	(171.342)	-	(171.342)
IR e CSLL Pagos	(34.738)	-	(34.738)
<b>Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais</b>	<b>1.041.782</b>	<b>-</b>	<b>1.041.782</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>			
Adições Ativo Imobilizado/ Intangível/ Contrato	(896.542)	-	(896.542)
Integralização/Redução de Capital	(152)	-	(152)
Dividendos e JCP Recebidos	21.082	-	21.082
<b>Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento</b>	<b>(875.612)</b>	<b>-</b>	<b>(875.612)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(1.879)	-	(1.879)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	137.655	-	137.655
Pagamento de Debêntures	(110.077)	-	(110.077)
Pagamento de JCP e Dividendos	(93.528)	-	(93.528)
Pagamento Passivo de Arrendamento	(5.264)	-	(5.264)
<b>Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento</b>	<b>(73.093)</b>	<b>-</b>	<b>(73.093)</b>
<b>Aumento (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>93.077</b>	<b>-</b>	<b>93.077</b>
<b>Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes</b>	<b>940.684</b>	<b>-</b>	<b>940.684</b>
<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes</b>	<b>1.033.761</b>	<b>-</b>	<b>1.033.761</b>
<b>Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>93.077</b>	<b>-</b>	<b>93.077</b>

\* Não auditado

## Notas Explicativas

### 4.2.2. Reclassificação das Cifras Comparativas da Demonstração do Resultado do Período

Os valores reclassificados na DRE e DVA, são decorrentes da melhor aplicação do CPC 47 (R20)/IFRS 15 – Receita de contrato com clientes, segregando os custos de infraestrutura da concessão dos custos gerais e administrativos, além disso, as obrigações especiais que representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, que não são passivos onerosos da Celesc D, portanto não fazem parte do custo de construção. Ressalta-se, que não afetou o resultado, considerando que tal valor representa igualmente a receita de construção.

Para fins de atendimento das exigências do CPC 26 (R1)/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, as perdas estimadas de créditos foram segregadas das Despesas com Vendas, assim como as Outras Receitas e Outras Despesas foram apresentadas em linhas separadas.

Descrição	30.06.2023	Reclassificação*	Consolidado
			30.06.2023 (Reclassificada)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>5.206.816</b>	<b>(76.069)</b>	<b>5.130.747</b>
Receita de Construção	584.540	(76.069)	508.471
<b>Custos de Vendas /Serviços Prestados</b>	<b>(4.238.627)</b>	<b>76.069</b>	<b>(4.162.558)</b>
Custo de Construção	(584.540)	<b>76.069</b>	(508.471)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>968.189</b>	-	<b>968.189</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(302.807)</b>	-	<b>(302.807)</b>
Despesas com Vendas	(115.825)	56.524	(59.301)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(56.524)	(56.524)
Despesas Gerais e Administrativas	(301.935)	-	(301.935)
Outras Receitas e Despesas (Líquidas)	86.410	(86.410)	-
Outras Receitas	-	200.412	200.412
Outras Despesas	-	(114.002)	(114.002)
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	28.543	-	28.543
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>665.382</b>	-	<b>665.382</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(73.092)</b>	-	<b>(73.092)</b>
<b>Resultado Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>592.290</b>	-	<b>592.290</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(159.257)</b>	-	<b>(159.257)</b>
Corrente	(110.589)	-	(110.589)
Diferido	(48.668)	-	(48.668)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>433.033</b>	-	<b>433.033</b>

\* Não auditado.

### 4.2.3. Reclassificação das Cifras Comparativas da Demonstração do Valor Adicionado

Os valores reclassificados na DVA, são decorrentes da melhor aplicação do CPC 47 (R20)/IFRS 15 – Receita de contrato com clientes, conforme descrito acima, e da aplicação do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Com base no pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as receitas, diferentemente dos critérios contábeis, também incluem valores que não transitam pela demonstração do resultado.

Na Celesc G, tem-se a receita de construção de ativos próprios. Esta receita considera os custos relativos à construção destes ativos, incluindo os juros pagos ou creditados, que tenham sido incorporados aos valores dos ativos de infraestrutura da concessão, no montante de R\$22,22 milhões.

## Notas Explanatórias

Descrição	30.06.2023	Reclassificação*	Consolidado
			30.06.2023 (Reclassificada)
<b>Receitas</b>	<b>8.046.955</b>	<b>(53.845)</b>	<b>7.993.110</b>
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	7.340.630	-	7.340.630
Receitas referentes à Construção de Ativos Próprios	584.540	(53.845)	530.695
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Dúvida - PECLD	(56.524)	-	(56.524)
Outras Receitas	178.309	-	178.309
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(4.447.978)</b>	<b>53.845</b>	<b>(4.394.133)</b>
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	(3.550.713)	-	(3.550.713)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros	(312.725)	-	(312.725)
Custos referentes à Construção de Ativos Próprios	(584.540)	53.845	(530.695)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>3.598.977</b>	-	<b>3.598.977</b>
Depreciação, Amortização	(153.735)	-	(153.735)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>	<b>3.445.242</b>	-	<b>3.445.242</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>481.450</b>	-	<b>481.450</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	28.543	-	28.543
Receitas Financeiras	450.005	-	450.005
Outras Receitas	2.902	-	2.902
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>3.926.692</b>	-	<b>3.926.692</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>			
<b>Pessoal</b>	<b>(363.049)</b>	-	<b>(363.049)</b>
Remuneração Direta	(214.738)	-	(214.738)
Benefícios	(130.890)	-	(130.890)
FGTS	(17.421)	-	(17.421)
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>(2.640.223)</b>	-	<b>(2.640.223)</b>
Federais	(1.571.655)	-	(1.571.655)
Estaduais	(1.064.662)	-	(1.064.662)
Municipais	(3.906)	-	(3.906)
<b>Remuneração de Capital de Terceiros</b>	<b>(490.387)</b>	-	<b>(490.387)</b>
Juros	(486.011)	-	(486.011)
Aluguéis	(4.376)	-	(4.376)
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>(433.033)</b>	-	<b>(433.033)</b>
Juros s/ Capital Próprio - JCP	(92.144)	-	(92.144)
Lucro Retido do Período	(340.889)	-	(340.889)
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>	<b>(3.926.692)</b>	-	<b>(3.926.692)</b>

\* Não auditado

### 4.3. Novas Normas e Interpretações

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB e entraram em vigor no período de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) no Brasil.

Norma	CPC Correspondente	Alteração	Aplicação
IAS 1	CPC 26	Classificação dos passivos como circulante ou não circulante	01/01/2024
IAS 1	CPC 26	Classificação dos passivos não circulantes com <i>Covenants</i>	01/01/2024
IFRS 7	CPC 40	Novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores	01/01/2024
IFRS 16	CPC 06	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01/01/2024
IFRS 10	CPC 36	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua coligada ou <i>Joint Venture</i>	Ainda não definida pelo IASB

A Administração realizou uma análise e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da aplicação das alterações às normas.

## Notas Explicativas

### 5. GESTÃO DE RISCO

Os negócios do Grupo estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### 5.1. Risco Financeiro

##### 5.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros e compromete o planejamento econômico-financeiro previsto pela Administração.

O Grupo adota a regra de lançar para perda definitiva por redução ao valor recuperável de contas a receber, os valores vencidos há mais de 5 anos, considerando que a possibilidade de êxito no recebimento é remota, mesmo tendo iniciado o processo de cobrança por meio administrativo e/judicial.

A legislação fiscal presume que a perda definitiva do crédito ocorre quando transpassados os prazos e cumpridas as exigências legais, podendo o contribuinte, a partir de então, deduzir o respectivo valor do imposto de renda e contribuição social a pagar.

As perdas efetivas sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

Descrição	NE	30.06.2024	30.06.2023
Perda efetiva no recebimento de créditos	9.2	(31.141)	(23.270)
<b>Total</b>		(31.141)	(23.270)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	8	71.610	56.671	605.891	906.196
Contas a Receber de Clientes (b)	9	-	-	2.172.549	1.977.467
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga (c)	13.2	-	-	366.886	359.361
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery (d)	14.3	-	-	166.016	162.581
Títulos e Valores Mobiliários (e)		208	208	208	208
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (f)	14	-	-	902.687	778.341
Ativo Financeiro Setorial (f)	13.1	-	-	-	94.538
<b>Total</b>		<b>71.818</b>	<b>56.879</b>	<b>4.214.237</b>	<b>4.278.692</b>

a) O Grupo administra o risco de crédito aplicando a maior parte de seus recursos em instituições bancárias federais. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal possuem Rating AAA.

b) O Grupo atua na gestão de contas a receber, implementando políticas de cobrança, suspensão de fornecimento, condições de parcelamentos de débitos, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares. (NE 9.2)

c) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, na Celesc G, visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o resarcimento do valor pago por meio da Receita Anual de Geração - RAG, atualizado, durante o prazo da concessão.

d) A Administração considera reduzido esse risco, na Celesc G, visto que o valor, atualizado, do resarcimento dos bens não depreciados totalmente na Usina Pery no final da concessão em 2017, vem sendo inseridos na Receita Anual de Geração - RAG 2021, até o final do prazo da nova concessão.

e) A Companhia considera esse risco de crédito decorrente da possibilidade de incorrer em perdas resultantes do *valuation* e do recebimento de dividendos desses investimentos temporários. Esse tipo de risco envolve fatores externos e a Administração acompanha periodicamente suas variações ocorridas.

f) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que o contrato de concessão da Celesc D assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos e investimentos não recuperados por meio de tarifa.

## Notas Explicativas

### 5.1.2. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com caixa ou outro ativo financeiro. O objetivo do Grupo ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, submetidas à apreciação da Administração. Além disso, ocorre anualmente a aprovação do orçamento operacional e de capital para o próximo exercício pela Administração.

O Grupo, por meio de controle do fluxo de caixa, monitora os recursos a serem liquidados, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em liquidez imediata e a aderência à política de manter um nível de caixa mínimo.

O risco de liquidez, considera a redução na arrecadação de clientes, a impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são as estimativas dos fluxos de caixa contratados não descontados em 30 de junho de 2024.

**Consolidado**

Descrição	Taxas % (i)	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Contas a Receber (líquido de PECLD)		2.039.833	67.222	54.613	10.543	338	<b>2.172.549</b>
Caixa e Equivalente de Caixa		605.891	-	-	-	-	<b>605.891</b>
Depósitos Judiciais		-	-	-	429.780	-	<b>429.780</b>
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)		51.093	-	-	-	-	<b>51.093</b>
Ativo Financeiro – Bonificação Outorga	IPCA	3.779	7.463	32.259	144.374	238.340	<b>426.215</b>
Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico	IPCA	1.653	3.265	14.143	63.885	110.208	<b>193.154</b>
<b>Total Ativo</b>		<b>2.702.249</b>	<b>77.950</b>	<b>101.015</b>	<b>648.582</b>	<b>348.886</b>	<b>3.878.682</b>
Empréstimos Bancário CDI	CDI + 0,8% a 1,65% a.a.	24.367	138.214	235.990	321.210	-	<b>719.781</b>
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE		-	-	1.830	131.511	272.933	<b>406.274</b>
Eletrobras	5% a.a.	74	146	593	-	-	<b>813</b>
Finame	6% a.a.	12	24	-	-	-	<b>36</b>
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,65% a 2,6% a.a.	14.146	25.565	122.766	617.420	-	<b>779.897</b>
Debêntures - Celesc D	IPCA + 6,53% a.a.	-	-	1.948	199.801	629.981	<b>831.730</b>
Entidade de Previdência Privada		21.847	21.180	95.309	508.317	1.361.623	<b>2.008.276</b>
Debêntures – Celesc G	IPCA + 4,3% a.a.	-	-	6.250	26.972	11.216	<b>44.438</b>
Fornecedores		648.239	245.074	1.359	-	-	<b>894.672</b>
Passivo Financeiro Setorial	SELIC	55.886	112.247	520.272	118.894	-	<b>807.299</b>
Reserva Matemática a Amortizar	IPCA + 6% a.a.	22.454	22.333	34.395	-	-	<b>79.182</b>
BID	CDI + 0,71% a 1,88% a.a.	30.896	-	70.190	358.906	1.736.819	<b>2.196.811</b>
<b>Total Passivo</b>		<b>817.921</b>	<b>564.783</b>	<b>1.090.902</b>	<b>2.283.031</b>	<b>4.012.572</b>	<b>8.769.209</b>

(i) Fontes <https://www.portaldefinancas.com> e LCA Consultoria Econômica

### 5.1.3. Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, como taxas de câmbio e de juros, afetarão os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

As debêntures e os empréstimos (nacional e estrangeiro) captados pela Celesc D e as debêntures captados pela Celesc G, possuem regras contratuais para os passivos financeiros, fundamentalmente atrelados a essas exposições. Em 30 de junho de 2024, o Grupo possui risco de mercado associado ao CDI, IPCA e SELIC. Deve-se considerar ainda à oscilação da taxa de inflação, podendo ter um custo maior na realização das operações.

## Notas Explicativas

O risco de variação cambial, atrelado as alterações da moeda americana, relacionados aos pagamentos de energia comprada de Itaipu, são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo dos ativos/passivos setoriais.

### 5.1.4. Análise de Sensibilidade

A Companhia está exposta a risco de variações das taxas de juros pela oscilação do mercado nacional, sobretudo em seu resultado financeiro líquido, que é composto pelas receitas atreladas às aplicações financeiras e aos ativos e financeiros setoriais, entre outros componentes, e pelas despesas financeiras advindas dos empréstimos, financiamento e debêntures, além dos passivos financeiros setoriais e outros fatores.

Além disso, também está exposta às variações das taxas de inflação, que atualizam outros componentes, que também geram efeito no resultado financeiro líquido.

Com base nisso, a Companhia estimou uma variação das taxas de juros de 8,25% e das taxas de inflação de 3,50% para os próximos 12 meses, num cenário provável. Considerou, também, um cenário possível, com outras estimativas, e o resultado dessa avaliação está demonstrado no quadro abaixo:

Índices	Efeitos das Contas sobre o Resultado	NE	Saldo	Consolidado	
				Cenário Provável	Cenário Possível
<b>CDI / Selic</b>				<b>8,25%</b>	<b>13,25%</b>
	Aplicações Financeiras	8	487.116	527.303	551.659
	Empréstimos	22	(2.008.765)	(2.174.488)	(2.274.926)
	Debêntures	23	(684.874)	(741.376)	(775.620)
	Passivo Financeiro Setorial	13.1	(760.093)	(822.801)	(860.805)
<b>Total</b>			<b>(2.966.616)</b>	<b>(3.211.362)</b>	<b>(3.359.692)</b>
<b>IPCA</b>				<b>3,50%</b>	<b>7,10%</b>
	Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	900.266	931.775	964.184
	Debêntures	23	(445.915)	(461.522)	(477.575)
	Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	13.2	366.886	379.727	392.935
	Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	14.3	166.016	171.827	177.803
	Reserva Matemática a Amortizar	28	(78.424)	(81.169)	(83.992)
<b>Total</b>			<b>908.829</b>	<b>940.638</b>	<b>973.356</b>

Fonte das Taxas Utilizadas: LCA Consultoria Econômica

### 5.2. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimos de curto e longo prazo e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela a seguir apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

## Notas Explanatórias

Descrição	NE nº	30.06.2024	Consolidado 31.12.2023
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	22	668.196	671.494
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	22	1.341.406	1.303.171
Debêntures	23	1.130.789	1.196.606
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(605.891)	(906.196)
<b>Dívida Líquida</b>		<b>2.534.500</b>	<b>2.265.075</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>3.354.439</b>	<b>2.932.567</b>
<b>Total do Capital</b>		<b>5.888.939</b>	<b>5.197.642</b>
<b>Índice de Alavancagem Financeira (%)</b>		<b>43,04%</b>	<b>43,58%</b>

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

### 6.1. Estimativa do Valor Justo

Para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, a Companhia divulga, por nível, na seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, como preços, ou indiretamente, como derivados dos preços (Nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para mensurar os instrumentos financeiros ao valor justo incluem:

- Abordagem de Mercado;
- Abordagem de Custo;
- Abordagem de Receita;
- Outras técnicas.

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 30 de junho de 2024:

	NE	Nível	Consolidado			
			Valor contábil	Valor justo	30.06.2024	
					31.12.2023	Valor contábil
<b>Ativos Financeiros:</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			<b>902.687</b>	<b>902.687</b>	<b>778.341</b>	<b>778.341</b>
Ativo Indenizatório (concessão de distribuição) (d)	14	3	900.266	900.266	775.920	775.920
Ativo Indenizatório (concessão de geração) (d)	14	3	2.421	2.421	2.421	2.421
<b>Custo amortizado</b>			<b>3.362.435</b>	<b>3.362.435</b>	<b>3.551.236</b>	<b>3.551.236</b>
Caixa e equivalentes de caixa (e)	8		605.891	605.891	906.196	906.196
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (e)			51.093	51.093	51.093	51.093
Contas a Receber de Clientes (a)	9		2.172.549	2.172.549	1.977.467	1.977.467
Ativo Financeiro Setorial (e)	13		-	-	94.538	94.538
Ativo Financeiro Bonificação de outorga (e)	13.2		366.886	366.886	359.361	359.361
Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico Us Pery (e)	14		166.016	166.016	162.581	162.581
<b>Valor justo por meio do resultado abrangente</b>			<b>208</b>	<b>208</b>	<b>208</b>	<b>208</b>
Outros (c)	1		208	208	208	208
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>4.265.330</b>	<b>4.265.330</b>	<b>4.329.785</b>	<b>4.329.785</b>
<b>Passivos Financeiros:</b>						
<b>Custo amortizado</b>			<b>5.339.275</b>	<b>5.294.896</b>	<b>5.748.433</b>	<b>5.732.205</b>
Passivo Financeiro Setorial (e)	13		760.093	760.093	903.863	903.863
PIS e Cofins a restituir para consumidores (e)	29		321.660	321.660	340.748	340.748
Fornecedores (e)	21		894.672	894.672	1.089.092	1.089.092
Empréstimos e financiamentos (b)	22		2.009.602	1.953.624	1.974.665	1.932.416
Debêntures (b)	23		1.130.789	1.142.388	1.196.606	1.222.627
Dividendos e JSCP (e)	12		190.329	190.329	211.329	211.329
Encargos Setoriais – CDE (e)	26		32.130	32.130	32.130	32.130
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>5.339.275</b>	<b>5.294.896</b>	<b>5.748.433</b>	<b>5.732.205</b>

## Notas Explanativas

### Apuração dos valores justos:

- Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a provisão por redução ao valor recuperável, estejam próximos de seus valores justos.
- O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.
- Para a conta Outros, os investimentos temporários são avaliados por VJORA, calculado conforme cotações de preço publicadas em mercado ativo.
- Para os ativos financeiros indenizáveis, avaliados por VJR, os valores justos são similares aos valores contábeis.
- O valor justo é estimado próximo ao seu valor contábil. A Celesc G aguarda a definição por parte da ANEEL em relação a solicitação feita de indenização de ativos das usinas que não estavam totalmente depreciados.

## 7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

	<b>Consolidado</b>	
<b>Contas a Receber de Clientes</b>	<b>30.06.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	942.313	983.213
Grupo 2 – Clientes com atraso entre 01 e 90 dias	948.204	718.165
Grupo 3 – Clientes com atraso superior a 90 dias	664.204	627.608
<b>Subtotal</b>	<b>2.554.721</b>	<b>2.328.986</b>
PECLD com clientes (9.2)	(382.172)	(351.519)
<b>Total</b>	<b>2.172.549</b>	<b>1.977.467</b>

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

## 8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Inclui o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2024</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>30.06.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Recursos em Banco e em Caixa	28	6	118.775	115.183
Aplicações Financeiras	71.582	56.665	487.116	791.013
<b>Total</b>	<b>71.610</b>	<b>56.671</b>	<b>605.891</b>	<b>906.196</b>

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos se referem a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos. Em 2023, os títulos também eram CDBs, remunerados em média pela taxa de 96% da variação do CDI.

Em decorrência da troca do sistema comercial, ocorrida em maio de 2024, alguns faturamentos não foram realizados ou ocorreram com erros, que impossibilitaram a arrecadação e, consequentemente, afetaram o caixa da Celesc D. Além disso, visando não prejudicar os clientes e de forma proativa, a Administração postergou vencimentos de faturas desse período de transição pelo prazo de 60 dias, sem aplicação de multas e juros aos consumidores impactados. Essa ação também refletiu na arrecadação e também contribuiu para a redução dos recursos registrados na rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa.

## Notas Explicativas

### 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

#### 9.1. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

As contas a receber de clientes correspondem, principalmente, aos valores a receber de clientes pelo fornecimento, suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD.

Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado
				30.06.2024
<b>Consumidores (i)</b>	<b>778.943</b>	<b>499.787</b>	<b>501.959</b>	<b>1.780.689</b>
Residencial	397.305	276.873	267.445	941.623
Industrial	100.884	37.983	84.983	223.850
Comércio	163.766	99.691	134.462	397.919
Rural	47.566	24.295	14.588	86.449
Poder Público	36.013	25.045	447	61.505
Iluminação Pública	18.231	19.477	5	37.713
Serviço Público	15.178	16.423	29	31.630
<b>Suprimento a Outras Concessionárias</b>	<b>168.895</b>	<b>40.410</b>	<b>39.093</b>	<b>248.398</b>
Concessionárias e Permissionárias	230.769	29.841	1.942	262.552
Transações no Âmbito da CCEE (ii)	1.551	-	-	1.551
Outros Créditos (iii)	5.210	10.569	37.151	52.930
Arrecadação em Processo de Classificação (i)	(68.635)	-	-	(68.635)
<b>Total</b>	<b>947.838</b>	<b>540.197</b>	<b>541.052</b>	<b>2.029.087</b>
Receita Não Faturada	525.634	-	-	525.634
PECLD com Clientes	(8.326)	(12.478)	(361.368)	(382.172)
<b>Total Contas a Receber de Clientes – Líquido</b>	<b>1.465.146</b>	<b>527.719</b>	<b>179.684</b>	<b>2.172.549</b>
<b>Circulante</b>				<b>2.161.668</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>10.881</b>

(i) O aumento no saldo na conta Arrecadação a Classificar é indicativo das inconsistências no processamento parcial da arrecadação de algumas faturas, decorrentes da transição para o novo sistema comercial.

Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado
				31.12.2023
<b>Consumidores (i)</b>	<b>760.343</b>	<b>263.898</b>	<b>459.245</b>	<b>1.483.486</b>
Residencial	385.461	163.481	240.776	789.718
Industrial	83.756	30.089	80.127	193.972
Comércio	159.743	48.897	123.793	332.433
Rural	53.162	16.098	12.861	82.121
Poder Público	44.658	5.218	1.386	51.262
Iluminação Pública	17.294	23	283	17.600
Serviço Público	16.269	92	19	16.380
<b>Suprimento a Outras Concessionárias</b>	<b>232.550</b>	<b>7.622</b>	<b>37.400</b>	<b>277.572</b>
Concessionárias e Permissionárias	232.398	3.070	1.613	237.081
Transações no Âmbito da CCEE (ii)	152	-	-	152
Outros Créditos (iii)	-	4.552	35.787	40.339
<b>Total</b>	<b>992.893</b>	<b>271.520</b>	<b>496.645</b>	<b>1.761.058</b>
Receita Não Faturada	567.928	-	-	567.928
PECLD com Clientes	(8.414)	(6.989)	(336.116)	(351.519)
<b>Total Contas a Receber de Clientes – Líquido</b>	<b>1.552.407</b>	<b>264.531</b>	<b>160.529</b>	<b>1.977.467</b>
<b>Circulante</b>				<b>1.952.160</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>25.307</b>

- (i) Os saldos por classe de consumidores são a somatória do faturamento e do parcelamento de débitos. Os parcelamentos estão a valor presente, considerando o montante e a taxa de juro de 1,0% a.m.
- (ii) Saldo a receber originário de liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE.
- (iii) Os valores são referentes, principalmente, ao serviço cobrável (taxado), participação financeira do consumidor e parcelamento de fatura no cartão de crédito.

**Notas Explicativas****9.2. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD**

Na Celesc D as perdas de crédito esperadas são determinadas por aplicar uma matriz de provisionamento que considera todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A composição do saldo da PECLD, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

<b>Consumidores</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Residencial	182.729	166.340
Industrial	80.125	75.914
Comércio, Serviços e Outras	81.985	73.810
Rural	6.220	5.542
Poder Público	202	222
Iluminação Pública	19	284
Serviço Público	76	19
Concessionárias e Permissionárias	290	195
Consumidores Livres	3.297	2.365
Outros	27.229	26.828
<b>Total Circulante</b>	<b>382.172</b>	<b>351.519</b>

Na controlada Celesc G, a inadimplência é de R\$1,37 milhões é decorrente de um cliente da classe industrial que se encontra em recuperação judicial, este valor está totalmente lançado em perdas estimadas. A Celesc G mantém a ação judicial para cobrança.

A seguir a demonstração da movimentação do saldo de PECLD ocorrida:

<b>Descrição</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>Total</b>	
<b>Saldo em 31.12.2023</b>		<b>351.519</b>
Provisão/Reversão Constituída no Período		61.794
Perda efetiva de contas a receber		(31.141)
<b>Saldo em 30.06.2024</b>		<b>382.172</b>

A Celesc D, utiliza a matriz de provisões como expediente prático para estimar suas perdas de crédito esperadas ao longo dos próximos doze meses, tendo sido atualizada no mês de dezembro de 2023. As perdas de crédito esperadas consideram sua experiência histórica, ajustando-a para melhor refletir as informações sobre as condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras, sem desconsiderar as informações de mercado sobre o risco de crédito.

Para elaboração da matriz de inadimplência foi utilizado relatório extraído e enviado mensalmente para a ANEEL com os valores faturados e não recebidos. O objetivo do relatório é demonstrar os valores não recebidos (vencidos e vincendos) de cada faturamento até a data competência escolhida e definir o ponto de estabilização da curva de envelhecimento da fatura, o *Aging*.

A seguir, são apresentados os valores e os percentuais de perdas esperadas segregados por classe de consumo, aplicados no reconhecimento da Celesc D:

<b>Saldo de Recebíveis</b> <b>Aging / Meses</b>	<b>Concessio- nárias e Permissio- nárias</b>	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
A vencer	230.336	397.305	101.274	163.766	47.566	36.013	18.231	15.178
Vencidos 0 a 3 meses	29.840	276.873	37.983	99.691	24.295	25.045	19.477	16.423
Vencidos 3 a 6 meses	345	36.982	6.786	12.983	2.937	230	1	10
Vencidos 6 a 12 meses	164	35.452	8.526	14.732	2.178	14	0	3
Vencidos 12 a 18 meses	121	37.295	10.154	17.197	2.866	13	1	2
Vencidos 18 a 24 meses	132	26.955	6.424	15.245	1.445	1	0	9
Vencidos 24 a 36 meses	0	57.447	12.668	27.626	2.590	51	0	2
Vencidos 36 a 48 meses	623	39.780	20.698	24.544	1.394	82	0	0
Vencidos 48 a 60 meses	557	28.334	10.980	15.025	1.077	15	0	2
Vencidos há + 60 meses	0	5.200	7.377	7.110	101	41	3	1
<b>Total</b>	<b>262.118</b>	<b>941.623</b>	<b>222.870</b>	<b>397.919</b>	<b>86.449</b>	<b>61.505</b>	<b>37.713</b>	<b>31.630</b>

## Notas Explicativas

Expectativa de Perda	Geral	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
A vencer	0,55%	0,73%	0,39%	0,57%	0,17%	0,01%	0,00%	0,01%
Vencidos 0 a 3 meses	2,76%	2,37%	3,45%	3,17%	0,94%	0,11%	0,07%	0,32%
Vencidos 3 a 6 meses	26,02%	22,05%	54,01%	26,57%	7,53%	4,71%	15,06%	45,78%
Vencidos 6 a 12 meses	45,75%	39,96%	76,32%	37,49%	18,46%	12,08%	100,00%	71,62%
Vencidos 12 a 18 meses	60,54%	54,79%	91,37%	46,53%	34,64%	18,03%	100,00%	86,98%
Vencidos 18 a 24 meses	70,42%	68,75%	96,42%	52,89%	45,54%	46,42%	100,00%	86,98%
Vencidos 24 a 36 meses	76,72%	77,56%	96,51%	57,81%	58,80%	56,74%	100,00%	90,11%
Vencidos 36 a 48 meses	84,98%	86,20%	99,62%	68,92%	73,83%	85,34%	100,00%	90,11%
Vencidos 48 a 60 meses	90,61%	92,64%	99,89%	81,63%	87,12%	100,00%	100,00%	90,11%
Vencidos há + 60 meses	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

A aplicação da matriz em outras contas a receber, que não sejam faturas de energia, são os percentuais denominados Classe Geral.

### i) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da *Generation Scaling Factor – GSF*

A Celesc G manteve favorável até 31 de julho de 2023, liminar que determinava à CCEE limitar a redução das garantias físicas de suas usinas expostas ao risco hidrológico, pela incidência do *GSF*, ao percentual máximo de 5%, referente às CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Rio do Peixe, Piraí e São Lourenço, quando foi prolatada sentença desfavorável revogando a concessão de tutela e julgando improcedentes os pedidos, desta forma foi interposta: a) Apelação para fins de reforma da sentença e; b) Pedido de Afeito Suspensivo a Apelação, ambas ainda sem julgamento.

A Celesc G aguarda uma solução para as CGHs, não contempladas na repactuação do risco hidrológico da Lei nº 14.052/2020, sem nenhuma liminar e sem mais nenhum passivo associado a ela.

## 10. ESTOQUES

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações de geração e, principalmente, de distribuição de energia.

Descrição	Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023
Almoxarifado Distribuição	22.824	23.202
Almoxarifado Geração	68	68
Outros	3	-
<b>Total</b>	<b>22.895</b>	<b>23.270</b>

## 11. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos de IRPJ e CSLL a compensar na Controladora são decorrentes do reconhecimento de saldo negativo de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras além do IRRF incidente sobre o JCP creditados por suas participadas. Nas controladas os saldos são decorrentes de saldo negativo de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras, crédito de IRPJ referente a Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem de incentivos fiscais), aplicações financeiras e o recolhimento de IRPJ e CSLL por estimativa realizado durante o primeiro trimestre.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
IRPJ e CSLL a compensar	52.011	61.925	203.241	94.572
<b>Total</b>	<b>52.011</b>	<b>61.925</b>	<b>203.241</b>	<b>94.572</b>

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no ativo não circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em até 48 meses.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo)	-	-	535.391	584.061
ICMS	-	-	51.505	61.482
PIS/COFINS (i)	-	-	20.489	-
Outros	-	-	739	993
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>608.124</b>	<b>646.536</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>188.916</b>	<b>173.012</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>419.208</b>	<b>473.524</b>

## Notas Explicativas

(i) O valor a recuperar do PIS/COFINS é decorrente de revisão nos processos de apuração destes tributos, na Celesc D, no exercício de 2023.

### 11.1. PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo) - 2ª ação

	Controladora	Consolidado
<b>Descrição</b>		
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>-</b>	<b>584.061</b>
Atualização financeira	-	22.430
Baixa por utilização do crédito	-	(71.100)
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>-</b>	<b>535.391</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>142.201</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>393.190</b>

Em 9 de julho de 2019, a Celesc D ingressou com uma segunda ação, pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante. A ação foi julgada procedente em primeira instância, reconhecendo o direito da concessionária de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, a partir de 1º de janeiro de 2015, decisão confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região ao analisar o recurso interposto pela União – Fazenda Nacional.

Entretanto, em decorrência da modulação dos efeitos da decisão proferida houve, em juízo de retratação, a limitação do direito à repetição do indébito, a partir de 15 de março de 2017, data do julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706 pelo Supremo Tribunal Federal. O processo transitou em julgado, em 26 de maio de 2022, e a obtenção da habilitação dos créditos pela Receita Federal ocorreu em 27 de dezembro de 2022, iniciando em fevereiro de 2023 os processos de compensações dos tributos vincendos com o crédito habilitado.

Em 05 de janeiro de 2024, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria Normativa nº 14, limitando a utilização de créditos cujo valor total seja igual ou superior a R\$500,0 milhões, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado para compensação de débitos próprios, no prazo mínimo de sessenta meses.

Em decorrência das compensações futuras deste saldo, a Celesc D classificou para o ativo circulante o crédito de PIS/COFINS com base nas projeções de valores a serem compensados nos próximos doze meses.

## 12. DIVIDENDOS/JCP A RECEBER E OUTROS

### 12.1. Dividendos e JCP a Receber

<b>Descrição</b>	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
Dividendos Rondinha	-	-	270	-
Dividendos Xavantina	-	-	178	-
Dividendos SCGÁS	-	1.367	-	1.367
Dividendos ECTE	-	3.123	-	3.123
Dividendos DFESA	-	514	-	514
Dividendos Casan	1.315	-	1.315	-
JCP Celesc G	21.808	43.616	-	-
JCP Celesc D	170.809	174.528	-	-
JCP SCGÁS	1.400	1.150	1.400	1.150
JCP EDP Transmissão Aliança	-	-	3.513	3.513
<b>Total Circulante</b>	<b>195.332</b>	<b>224.298</b>	<b>6.676</b>	<b>9.667</b>

## Notas Explicativas

### 12.2. Outros Ativos e Passivos – Circulantes e Não Circulantes

#### 12.2.1 Outros Ativos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	-	-	51.093	51.093
ICMS ST (i)	-	-	43.834	37.537
Compartilhamento de Infraestrutura (ii)	-	-	60.401	44.301
Adiantamento Proinfa (iii)	-	-	23.101	24.873
Diferença Reembolso CDE	-	-	23.315	-
Programa Baixa Renda	-	-	6.798	6.645
Despesas Pagas Antecipadamente (iv)	57	442	1.963	3.114
Conta Bandeiras	-	-	3.977	3.684
Destinado a Alienação	-	-	3.585	3.075
Pessoal a Disposição	-	-	815	794
Adiantamentos Diversos (v)	82	71	17.836	7.795
Bônus Escassez Hídrica	-	-	1.138	1.138
Taxas Regulamentares a Compensar	-	-	-	8.156
Alienação de Bens e Direitos	-	-	10.344	-
Outros Créditos (vi)	148	-	5.886	2.197
<b>Total</b>	<b>287</b>	<b>513</b>	<b>254.086</b>	<b>194.402</b>
<b>Circulante</b>	<b>287</b>	<b>513</b>	<b>240.238</b>	<b>191.326</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.848</b>	<b>3.076</b>

#### (i) ICMS Substituição Tributária - ST

Valores a receber dos Consumidores Livres provenientes da cobrança de tributos nas faturas de energia elétrica vinculados ao Convênio/CONFAZ nº 77, de 5 de agosto de 2011, líquidos de perdas estimadas de recebimento.

#### (ii) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

#### (iii) Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Refere-se ao adiantamento do encargo regulamentado pelo Decreto nº 5.025/2004, na Celesc D, que tem como objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

#### (iv) Despesas Pagas Antecipadamente

Correspondem, principalmente, aos prêmios de seguros no valor de R\$1,6 milhões.

#### (v) Adiantamentos diversos

As principais despesas antecipadas são adiantamentos de salário (R\$578,6 mil), de 13º salário (R\$8,7 milhões), férias (R\$1,6 milhões) e vale-alimentação (R\$6,6 milhões).

#### (vi) Outros Créditos

Correspondem principalmente a valores a receber de multa contratual com fornecedores e danos causados por terceiros ao patrimônio da Companhia.

## Notas Explicativas

### 12.2.2. Outros Passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
Empregados à Disposição	725	830	-	-
Partes Relacionadas/Celos	83	-	11.257	33
Partes Relacionadas/Governo de SC	-	-	-	5.846
Cosip	-	-	65.080	42.053
Contrato Convênios	-	-	10.729	13.200
Diferença Subsídio CDE	-	-	195	3.283
Obrigações com Empregados	-	-	48	634
Faturas de Energia Pagas em Duplicidade	-	-	12.561	8.616
Bônus Itaipu	-	-	130	133
Créditos a Pagar ao Consumidor	-	-	15.613	5.553
Créditos de ICMS em Processo de Pagamento	-	-	5.858	5.264
Penalidade DIC/FIC	-	-	830	1.838
Bônus Escassez Hídrica	-	-	1.156	1.146
Acionistas	205	205	205	205
Contrato Cobrança Serviços Terceiros	1.345	120	1.345	120
Pagamento Despesas Judiciais	-	14	-	14
Seguro a Pagar	-	-	-	404
Cauções em Garantia	202	201	586	277
Outros	-	-	10.644	19.260
<b>Total Circulante</b>	<b>2.560</b>	<b>1.370</b>	<b>136.237</b>	<b>107.879</b>

## 13. ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

### 13.1. Ativo/Passivo Financeiro Setorial

O Ativo/Passivo Financeiro Setorial é composto por valores oriundos da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e aqueles realmente incorridos durante a vigência da tarifa. Para esta parcela deve haver a neutralidade em relação ao desempenho da empresa, seja ela um ativo ou passivo financeiro, sendo integralmente repassados ao consumidor como adição ou redução da tarifa.

Descrição	31.12.2023	Consolidado								
		Apro- priação	Amorti- zação	Remune- ração	Transfe- rência	30.06.2024	Saldo em Amortização (i)	Saldo em Constituição (ii)	Circulante	Não circulante
<b>Ativo Financeiro Setorial</b>	<b>569.899</b>	<b>(7.630)</b>	<b>(119.525)</b>	<b>39.144</b>	-	<b>481.888</b>	<b>32.719</b>	<b>449.169</b>	<b>417.008</b>	<b>64.880</b>
Aquisição de Energia	229.668	(147.958)	(13.752)	16.089	-	84.047	3.748	80.299	72.448	11.599
Transporte Rede Básica (a)	199.340	58.660	(73.224)	14.102	-	198.878	19.955	178.923	173.034	25.844
Transporte de Energia	24.167	6.706	(8.825)	1.714	-	23.762	2.406	21.356	20.677	3.085
ESS	52.214	49.289	(14.913)	4.946	-	91.536	4.064	87.472	78.901	12.635
CDE	3.374	73.248	-	2.505	-	79.127	-	79.127	67.698	11.429
Neutralidade Parcela A	18.115	(17.842)	-	(273)	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	41.034	(30.839)	(7.882)	(36)	-	2.277	2.277	-	2.277	-
Outros	1.987	1.106	(929)	97	-	2.261	269	1.992	1.973	288
<b>Passivo Financeiro Setorial</b>	<b>(1.379.224)</b>	<b>(616.089)</b>	<b>869.933</b>	<b>(56.556)</b>	<b>(60.045)</b>	<b>(1.241.981)</b>	<b>(248.896)</b>	<b>(993.085)</b>	<b>(1.084.826)</b>	<b>(157.155)</b>
Custo Energia de Itaipu (b)	(195.985)	(52.460)	123.196	(12.767)	-	(138.016)	(33.575)	(104.441)	(122.930)	(15.086)
Proinfa	(20.890)	(8.865)	17.181	(1.415)	-	(13.989)	(4.682)	(9.307)	(12.645)	(1.344)
CDE	(9.228)	-	7.590	(430)	-	(2.068)	(2.068)	-	(2.068)	-
Neutralidade Parcela A (c)	(54.160)	(216.196)	42.020	(9.210)	-	(237.546)	(12.140)	(225.406)	(204.987)	(32.559)
Sobrecontratação de Energia	(56.241)	(100.148)	43.635	(6.515)	-	(119.269)	(12.607)	(106.662)	(103.862)	(15.407)
Devoluções Tarifárias (d)	(589.070)	(34.937)	427.906	(1.496)	-	(197.597)	(123.618)	(73.979)	(173.202)	(24.395)
Bandeiras Tarifárias	(174)	174	-	-	-	-	-	-	-	-
Risco Hidrológico (e)	(406.468)	(199.766)	180.648	(22.131)	-	(447.717)	(52.187)	(395.530)	(390.585)	(57.132)
CDE Modacidade Eletrobras	(31.876)	-	22.729	(2.425)	(60.045)	(71.617)	(6.566)	(65.051)	(62.221)	(9.396)
Outros	(15.132)	(3.891)	5.028	(167)	-	(14.162)	(1.453)	(12.709)	(12.326)	(1.836)
<b>Saldo Ativos/ (Passivos)</b>	<b>(809.325)</b>	<b>(623.719)</b>	<b>750.408</b>	<b>(17.412)</b>	<b>(60.045)</b>	<b>(760.093)</b>	<b>(216.177)</b>	<b>(543.916)</b>	<b>(667.818)</b>	<b>(92.275)</b>

O saldo do passivo financeiro setorial em constituição é em função da cobertura tarifária estar menos aderente em relação aos custos incorridos, ou seja, uma cobertura tarifária que cobriu todos os custos gerando um excedente a ser devolvido no RTA de 2024.

(i) Saldo em amortização – corresponde a amortização em 12 meses dos itens incluídos no RTA de agosto de 2023.

(ii) Saldo em constituição – corresponde a constituição, ativa ou passiva, dos itens que serão incluídos no próximo RTA que ocorrerá em agosto de 2024:

- a) Transporte rede básica: O saldo observado no período se refere ao efeito do aumento das Tarifas de Transmissão (TUST), que remunera os custos de Rede Básica e outros de encargos de transmissão.

## Notas Explicativas

- b) Custo da energia de Itaipu: Os custos de energia elétrica de Itaipu atribuídos mensalmente às distribuidoras são valorados de acordo com o câmbio do dólar. Sendo que a tarifa de Itaipu foi reduzida em dólar e o câmbio neste período apresentou uma desvalorização em relação ao real. A formação do saldo advém das variações na taxa cambial do dólar.
- c) Neutralidade da Parcela A: No período em análise houve um crescimento de mercado no qual a distribuidora está inserida, levando a uma maior arrecadação dos Encargos Setoriais.
- d) Devoluções Tarifárias correspondem, principalmente, ao PIS/COFINS sobre base de cálculo do ICMS que vem sendo devolvido ao consumidor (NE 29).
- e) Risco Hidrológico – Antecipação: Os valores em constituição, referem-se a cobertura tarifária dos custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário anterior, que fazem frente aos custos do GSF para as usinas hidrelétricas.

Composição do saldo do período segregado por RTA:

	<b>Consolidado</b>	
<b>Descrição</b>	<b>30.06.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
CVA 2023 – Período de 23.08.2022 a 22.08.2023	(10.152)	(45.295)
CVA 2024 – Período de 23.08.2023 a 22.08.2024	333.429	327.955
<b>Total – CVA</b>	<b>323.277</b>	<b>282.660</b>
Outros Itens – Período de 23.08.2022 a 22.08.2023	(206.025)	(919.178)
Outros Itens – Período de 23.08.2023 a 22.08.2024	(877.345)	(172.807)
<b>Total – Outros Itens – CVA</b>	<b>(1.083.370)</b>	<b>(1.091.985)</b>
<b>Total</b>	<b>(760.093)</b>	<b>(809.325)</b>

## 13.2. Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga

Em 2016, a Celesc G pagou R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e conforme regras do Edital de Leilão Aneel nº 12/2015, referentes às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. A devolução desse montante está inclusa na RAG dessas usinas e será resarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago do Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, por meio da RAG homologada anualmente pela ANEEL; pelos juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR; e a atualização monetária pelo IPCA.

	<b>Consolidado</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Usina Garcia</b>	<b>Usina Bracinho</b>	<b>Usina Cedros</b>	<b>Usina Salto</b>	<b>Usina Palmeiras</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>52.350</b>	<b>75.332</b>	<b>57.429</b>	<b>34.873</b>	<b>139.377</b>	<b>359.361</b>
Atualização Monetária	1.259	1.813	1.383	837	3.361	8.653
Juros	3.133	4.571	3.369	2.373	7.349	20.795
Amortização	(3.299)	(4.764)	(3.535)	(2.425)	(7.900)	(21.923)
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>53.443</b>	<b>76.952</b>	<b>58.646</b>	<b>35.658</b>	<b>142.187</b>	<b>366.886</b>
<b>Circulante</b>						<b>42.971</b>
<b>Não Circulante</b>						<b>323.915</b>

A amortização do ativo financeiro Bonificação de Outorga ocorre em contrapartida ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica.

## 14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO

	<b>Consolidado</b>	
<b>Descrição</b>	<b>30.06.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
<b>Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia</b>	<b>900.266</b>	<b>775.920</b>
Em Serviço	900.266	775.920
<b>Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia</b>	<b>168.437</b>	<b>165.002</b>
Ativo Indenizável	2.421	2.421
Ativo Indenizável – Projeto Básico Usina Pery	166.016	162.581
<b>Total</b>	<b>1.068.703</b>	<b>940.922</b>
<b>Circulante</b>	<b>18.829</b>	<b>18.215</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.049.874</b>	<b>922.707</b>

**Notas Explicativas****14.1. Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia**

As obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico, líquidos das obrigações especiais, são contabilizadas como Ativos de Contrato.

À medida que essas obras são concluídas, em virtude da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurca seus bens vinculados à concessão em Ativo Intangível e Ativo Financeiro Indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, o Ativo Financeiro Indenizável, refere-se ao valor justo dos investimentos realizados, vinculados à concessão, correspondente ao direito estabelecido de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente no término da concessão.

A parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão é bifurcada para o Ativo Intangível, sendo amortizada até o final da concessão.

<b>Descrição</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>775.920</b>
(+) Transferência de Ativo de Contrato	109.419
(+) Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável - Concessão (i)	15.271
(-) Resgate	(344)
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>900.266</b>
(i) IPCA	

O reconhecimento do valor justo do Ativo Financeiro Indenizável da concessão de distribuição é contabilizado como receita operacional bruta.

**14.2. Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia**

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa – REN nº 596/2013, definiu os detalhes das regras de indenização do valor residual dos ativos vinculados às concessões. A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculos estabelecidos pela REN, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Conforme a REN nº 942/2021, a documentação comprobatória das melhorias deveria ser protocolada em até 1 (um) ano contado da vigência da norma. Em relação a este ponto, a Celesc G contratou empresa credenciada na ANEEL e protocolou Laudo de Avaliação confeccionado.

Com significativa duração em sua discussão, o processo de indenização dessas concessões ainda está em tramitação na Agência Reguladora, cujos aspectos infra legais não discutem o direito definido. Vale destacar que a ANEEL solicitou, em 2023, o envio de dados complementares com vistas à validação do laudo enviado e à definição do valor de indenização.

Os saldos dos ativos financeiros requeridos na indenização estão apresentados na tabela seguir:

<b>Usinas</b>	<b>30.06.2024</b>	<b>Consolidado</b>	<b>31.12.2023</b>
UHE Bracinho	85	85	85
UHE Cedros	195	195	195
UHE Salto	1.906	1.906	1.906
UHE Palmeiras	235	235	235
<b>Total</b>	<b>2.421</b>		<b>2.421</b>

**14.3. Ativo Financeiro Indenizável – Projeto Básico Usina Pery**

Em 2017, a concessão da Usina Pery – UHE Pery foi prorrogada nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, pelo regime de cotas da garantia física de energia e de potência, ocasião na qual foi assinado com o Ministério de Minas e Energia - MME, em 7 de julho de 2017, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013 – ANEEL. A concessão foi prorrogada pelo período de 30 anos com termo final em 9 de julho de 2047.

**Notas Explicativas**

Entretanto, durante os processos de homologação das Receitas Anuais de Geração – RAG, nos anos de 2018, 2019 e 2020, a ANEEL optou por reajustar o Custo de Melhorias da Gestão dos Ativos de Geração – GAG Melhorias, sem definir a remuneração para a indenização dos investimentos dos bens reversíveis não amortizados e não depreciados da concessão anterior, com base no que estabelece o artigo 15 da Lei Federal nº 12.783/2013, nos termos do artigo 3º da Portaria MME nº 257, de 5 de julho de 2017. Por meio do Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, a ANEEL homologou o direito à Celesc G de receber indenização do Projeto Básico da Usina Pery no montante de R\$114,5 milhões incorporada na RAG, retroativo a 1º de julho de 2018, atualizado pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR.

Em 30 de junho de 2024, o saldo atualizado é de R\$166,0 milhões. O saldo é amortizado mensalmente, em contrapartida ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica, até o final do prazo final de concessão que ocorrerá em julho de 2047, conforme valores homologados na RAG anualmente, sendo que, para o ciclo de 2023/2024, R\$19,2 milhões se referem à indenização.

<b>Descrição</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>Usina Pery</b>
Atualização Monetária	3.919
Juros	9.100
Amortização	(9.584)
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>166.016</b>
<b>Circulante</b>	<b>18.829</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>147.187</b>

**15. ATIVO DE CONTRATO**

Referem-se aos valores do ativo em construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico e líquidos das obrigações especiais, relacionados ao Contrato de Concessão de distribuição de energia, sendo classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, os referidos ativos de contrato são transferidos para Ativo Financeiro Indenizável ou Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração. Os referidos ativos de contrato são bifurcados como Ativo Financeiro Indenizável, no escopo do pronunciamento CPC 48/IFRS 9, ou como intangível, conforme a forma de remuneração descrita no ICPC 01/IFRIC 12.

<b>Descrição</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>486.893</b>
(-) Transferências para Ativo Intangível	(379.666)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(109.419)
(+) Adições de Ativo de Contrato - Bens Infraestrutura da Distribuição	451.865
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Administrativos	56.411
(-) Obrigações Especiais em Curso – OE	(111.372)
(-) Baixa de Ativo de Contrato para Resultado	(54)
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>394.658</b>

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não são passivos onerosos ou créditos do acionista.

**16. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas e os saldos constantes no ativo e no passivo, circulante e não circulante, estão demonstrados na tabela a seguir:

## Notas Explanatórias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Contas a Receber	Outros Débitos	Contas a Receber	Outros Débitos
<b>Fundação de Segurança (i)</b>				
<b>CELOS</b>				
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	-	2.132.977
Faturamento Energia	-	-	6	-
<b>Coligadas e Controladas em Conjunto</b>				
<b>DFESA (ii)</b>				
Compra de Energia	-	-	-	1.356
Dividendos e JCP	514	-	514	-
<b>SC Gás</b>				
Dividendos e JCP	2.517	-	2.517	-
<b>EDP</b>				
Dividendos e JCP	-	-	3.513	-
<b>ECTE</b>				
Dividendos e JCP	3.123	-	3.123	-
<b>Controladas</b>				
<b>Celesc G</b>				
Dividendos e JCP	43.616	-	-	-
<b>Celesc D (iii)</b>				
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	324	-	-
Pessoal à Disposição	-	830	-	-
Dividendos e JCP	174.528	-	-	-
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>224.298</b>	<b>1.154</b>	<b>9.673</b>	<b>2.134.333</b>
<b>Fundação de Segurança</b>				
<b>CELOS</b>				
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	83	-	2.086.700
Faturamento Energia	-	-	5	-
<b>Coligadas e Controladas em Conjunto</b>				
<b>DFESA</b>				
Compra de Energia	-	-	-	1.356
Dividendos e JCP	-	-	-	-
<b>SC Gás</b>				
Dividendos e JCP	1.400	-	1.400	-
<b>EDP</b>				
Dividendos e JCP	-	-	3.513	-
<b>ECTE</b>				
Dividendos e JCP	-	-	-	-
<b>Xavantina</b>				
Dividendos e JCP	-	-	178	-
<b>Rondinha</b>				
Dividendos e JCP	-	-	270	-
<b>Controladas</b>				
<b>Celesc G</b>				
Dividendos e JCP	21.808	-	-	-
<b>Celesc D</b>				
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	135	-	-
Pessoal à Disposição	-	725	-	-
Dividendos e JCP	170.809	-	-	-
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>194.017</b>	<b>943</b>	<b>5.366</b>	<b>2.088.056</b>

As transações com partes relacionadas, envolvendo contas de resultado, estão demonstrados na tabela a seguir e os saldos representam a movimentação no 1º semestre:

## Notas Explicativas

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Despesas Operacionais	Outras Despesas	Receitas Financeiras	Despesas Operacionais	Receita de Vendas	Custo Revenda Convencional
<b>Fundação de Seguridade</b>						
<b>CELOS</b>						
Planos Previdenciários e Assistenciais	(10)	-	-	(72.589)	-	-
Faturamento de Energia	-	-	-	-	51	-
<b>Coligada</b>						
<b>DFESA</b>						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(7.224)
<b>Controlada</b>						
<b>Celesc D</b>						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(884)	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(4.399)	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>(4.409)</b>	<b>(884)</b>	<b>-</b>	<b>(72.589)</b>	<b>51</b>	<b>(7.224)</b>
Descrição	Controladora			Consolidado		
	Despesas Operacionais	Outras Despesas	Receitas Financeiras	Despesas Operacionais	Receita de Vendas	Custo Revenda Convencional
<b>Acionista Controlador</b>						
<b>Governo do Estado de SC</b>						
Receita de Vendas	-	-	-	-	53.741	-
<b>Fundação de Seguridade</b>						
<b>CELOS</b>						
Planos Previdenciários e Assistenciais	(3)	-	-	(79.972)	-	-
Faturamento de Energia	-	-	-	-	-	-
<b>Coligada</b>						
<b>DFESA</b>						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(7.184)
<b>Controlada</b>						
<b>Celesc D</b>						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(918)	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(4.030)	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 30.06.2023</b>	<b>(4.033)</b>	<b>(918)</b>	<b>-</b>	<b>(79.972)</b>	<b>53.741</b>	<b>(7.184)</b>

(i) A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celos de Previdência Complementar, fornecendo benefícios a seus empregados, de Contribuição Previdenciária, Plano Saúde e Outros benefícios. A Celos possui 8,63% das ações ordinárias da Companhia.

(ii) A DFESA, empresa coligada da Companhia, tem contrato de venda de energia de curto e longo prazo firmado com a Celesc G, para revenda. O contrato firmado entre as partes é pelo período de dez anos (2015-2025), para compra de 15,1862 MWmédios, ao valor de R\$120,00 (cento e vinte reis) por MWmédios.

(iii) A Celesc D cobra da Companhia um percentual, correspondendo a uma taxa, sobre a prestação de serviço de arrecadação de convênio por meio da fatura de energia.

A Companhia possui transações com seu acionista majoritário o Governo do Estado de Santa Catarina. Pelo fato do Governo ser um ente estatal e possuir o controle sobre o Grupo, a Companhia está isenta de divulgação das transações, saldos e compromissos, de acordo com o CPC 05 (R1)/IAS 24 - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Destaca-se que as transações efetuadas estão relacionadas ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio pela Companhia, a cobrança do fornecimento de energia e de pessoal à disposição pela Celesc D. Tem-se ainda a obrigatoriedade do recolhimento do ICMS devido e do ICMS de substituição tributária dos consumidores livres.

### 16.1. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

As remunerações dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) estão demonstradas a seguir:

## Notas Explanatórias

Descrição	30.06.2024	30.06.2023	Controladora		Consolidado	
			30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023
Honorários	5.093	3.136	5.093	3.136	5.093	3.136
Participação nos Lucros e/ou Resultados (i)	-	1.882	-	1.882	-	1.882
Encargos Sociais	1.228	838	1.228	838	1.228	838
Outros	641	657	641	657	641	657
<b>Total</b>	<b>6.962</b>	<b>6.513</b>	<b>6.962</b>	<b>6.513</b>	<b>6.962</b>	<b>6.513</b>

A estrutura e a composição dos órgãos estatutários das Subsidiárias Integrais Celesc D e Celesc G, são constituídos, obrigatoriamente, pelos membros eleitos para ocupar os respectivos cargos na Companhia.

(i) Fazem jus à participação nos lucros e/ou resultados (PLR) apenas os membros da Diretoria Executiva.

## 17. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

### 17.1. Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos líquidos:

Descrição	Controladora (i)		Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
Ativo	-	-	804.617	854.645
Passivo	-	-	(103.086)	(98.092)
<b>Tributo Diferido Líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>701.531</b>	<b>756.553</b>

Do total de R\$701,5 milhões de tributos diferidos líquidos, o valor de R\$804,6 milhões do ativo diferido é proveniente das diferenças temporárias da Celesc D, enquanto que o passivo diferido de R\$103,08 milhões se refere a Celesc G.

Diferenças Temporárias	Consolidado					
	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
Provisão p/ Contingências	160.109	166.543	-	-	160.109	166.543
Provisão p/ Perdas em Ativos	35.358	23.185	-	-	35.358	23.185
Benefício Pós-Emprego	714.369	722.102	-	-	714.369	722.102
Arrendamento – CPC 06	304	329	-	-	304	329
Custo Atribuído	-	-	6.499	6.643	(6.499)	(6.643)
IR e CS Diferidos sobre Prejuízo Fiscal	-	50.694	-	-	-	50.694
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	44.502	45.561	(44.502)	(45.561)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	54.832	56.138	(54.832)	(56.138)
Bonificação de Outorga	-	-	64.143	60.567	(64.143)	(60.567)
Ativo Financeiro Usina Pery	-	-	23.983	22.258	(23.983)	(22.258)
Repactuação Risco Hidrológico GSF	-	-	14.147	14.410	(14.147)	(14.410)
Outras Provisões	-	-	503	723	(503)	(723)
<b>Total</b>	<b>910.140</b>	<b>962.853</b>	<b>208.609</b>	<b>206.300</b>	<b>701.531</b>	<b>756.553</b>

### 17.2. Constituição de Tributo Diferido Ativo Sobre Prejuízo Fiscal

De acordo com o CPC 32/IAS12, a Controladora não registrou tributo diferido ativo sobre prejuízo fiscal no montante de R\$103,8 milhões, devido a improbabilidade de haver lucro tributável futuro disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

### 17.3. Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorrem não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse

## Notas Explicativas

modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 30 de junho de 2024 são:

Ano	Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023
2024	24.070	71.570
2025	13.823	13.854
2026	17.836	17.837
2027	16.044	16.046
Acima de 2028	838.367	843.546
<b>Total</b>	<b>910.140</b>	<b>962.853</b>

## 17.4. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído e os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	Total	
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>24.547</b>	
(-) Baixa do Custo Atribuído		(873)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)		297
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>23.971</b>	
(-) Baixa do Custo Atribuído		(420)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)		143
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>23.694</b>	

## 17.5. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação dos benefícios a empregados com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	Total	
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>1.172.309</b>	
(+) Adição dos Benefícios a empregados		386.716
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)		(131.483)
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>1.427.541</b>	
(+) Adição dos Benefícios a empregados		-
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)		-
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>1.427.541</b>	

## 17.6. Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

## Notas Explanatórias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023
<b>Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>508.691</b>	<b>433.033</b>	<b>712.581</b>	<b>592.290</b>
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(172.955)</b>	<b>(147.231)</b>	<b>(242.278)</b>	<b>(201.379)</b>
<b>Adições e Exclusões Permanentes</b>				
Equivalência Patrimonial	177.597	151.686	10.054	9.705
Benefício Fiscal	-	-	(67)	(627)
Incentivo Fiscal	-	-	3.164	3.600
Juros sobre Capital Próprio	(5.144)	(4.518)	28.274	30.302
Provisões Indedutíveis	1.134	(1.153)	1.134	(1.153)
Multas Indedutíveis	-	-	(4.716)	(2.573)
IRPJ/CSLL s/ Prejuízo Fiscal não constituído	49	(83)	49	(83)
Participação dos Administradores	(785)	(233)	(823)	(265)
Lei do Bem	-	-	518	1602
Outras Adições (Exclusões)	991	1.532	1.688	1614
<b>Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido</b>	<b>887</b>	<b>-</b>	<b>(203.003)</b>	<b>(159.257)</b>
Corrente	(31)	-	(175.006)	(110.589)
Diferido	918	-	(27.997)	(48.668)
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>-0,17%</b>	<b>0,00%</b>	<b>28,49%</b>	<b>26,89%</b>

O valor do IRPJ e CSLL Diferido da Controladora, R\$918 mil, é proveniente do reconhecimento no período de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não constituídos no ativo diferido em períodos anteriores, devido a improbabilidade de haver lucro tributável futuro disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas (NE 17.2).

Esse valor foi utilizado para pagamento de 50% do débito com a adesão ao programa da Autorregularização incentivada de tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (NE 25.1).

### 17.7. Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

#### 17.7.1. Procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1

Em 24 de setembro de 2018, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de ação fiscal no 0900100-2018-00117-1. Desse procedimento resultou, em 8 de janeiro de 2019, na lavratura do auto de infração no 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

- a) Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;
- b) Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69 da Lei Federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal se encontram dissociados das normas tributárias, doutrina e decisões judiciais em casos análogos. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 2020, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia, deu provimento parcial ao pedido, para o fim de cancelar as exigências referentes aos ajustes (adições) de que trata o art. 69 da Lei nº 12.973/2014, e à aplicação de multas isoladas por falta de recolhimento de estimativas, mantendo-se a exigência para se tributar os ajustes positivos relacionados ao CVA por regime de competência. O processo administrativo encerrou.

Em 20 de outubro de 2023, a Celesc propôs ação anulatória do crédito tributário mantido na esfera administrativa, oferecendo em garantia apólice de seguro, a qual foi aceita pelo fisco federal. O processo encontra-se em fase inicial de tramitação.

Por sua vez, em 07 de dezembro de 2023, a União – Fazenda Nacional propôs a execução fiscal da CDA

## Notas Explicativas

relativa ao tributo, cujo valor atualizado para aquela data é de R\$ 250,47 milhões. A execução fiscal encontra-se suspensa em decorrência da penhora dos direitos do seguro-garantia da ação anulatória precedente.

## 18. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
<b>Controladas</b>	<b>2.877.973</b>	<b>2.477.114</b>	-	-
Celesc D	2.051.860	1.696.328	-	-
Celesc G	826.113	780.786	-	-
<b>Controladas em Conjunto</b>	<b>152.978</b>	<b>151.145</b>	<b>152.978</b>	<b>151.145</b>
SCGÁS	152.978	151.145	152.978	151.145
<b>Coligadas</b>	<b>136.983</b>	<b>126.741</b>	<b>253.449</b>	<b>237.683</b>
ECTE	103.649	95.930	103.649	95.930
DFESA	33.334	30.811	33.334	30.811
SPEs	-	-	116.466	110.942
<b>Total</b>	<b>3.167.934</b>	<b>2.755.000</b>	<b>406.427</b>	<b>388.828</b>

### 18.1. Informações sobre Investimentos

Descrição	Controladora											
	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido		Lucro	
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante	Ativo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	Receitas	Lucro			
<b>Saldo em 31.12.2023</b>												
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.098.324	7.713.074	3.643.345	5.471.725	1.696.328	10.401.34	440.160		
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	189.575	798.882	73.308	134.363	780.786	183.051	95.654		
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	127.765	560.109	95.919	281.352	310.604	41.201	40.442		
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	672.633	456.543	270.907	144.067	714.200	2.144.261	156.299		
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	19.951	155.525	19.951	17.189	133.787	66.786	23.243		
<b>Saldo em 30.06.2024</b>												
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.185.392	7.719.621	3.466.977	5.386.176	2.051.860	5.133.600	453.820		
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	182.036	834.814	53.325	137.412	826.113	90.739	45.327		
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	145.704	549.832	156.780	203.159	335.597	25.897	26.883		
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	584.481	490.304	232.758	112.718	729.310	923.158	72.782		
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	23.177	151.273	19.538	10.174	144.738	33.302	10.951		
<b>Consolidado</b>												
Descrição	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido		Lucro ou Prejuízo	
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante	Ativo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro ou Prejuízo		
	<b>Saldo em 31.12.2023</b>											
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	127.765	560.109	95.919	281.352	310.604	41.201	40.442		
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	672.633	456.543	270.907	144.067	714.200	2.144.261	156.299		
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	19.951	155.525	19.951	17.189	133.787	66.786	23.243		
Rondinha Energética S.A.	13.332	32,50%	32,50%	3.547	41.782	866	-	44.463	8.289	3.262		
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	31.258	50.912	25.562	1.756	54.852	20.354	17.885		
Xavantina Energética S.A.	271	40,00%	40,00%	2.838	30.057	3.451	1.478	27.966	12.718	2.545		
Garça Branca Energética S.A.	24.669	49,00%	49,00%	884	54.728	2.141	13.884	39.587	5.393	(334)		
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,00%	290.527	2.263.026	132.319	1.851.460	569.774	330.534	61.290		
<b>Saldo em 30.06.2024</b>												
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	145.704	549.832	156.780	203.159	335.597	25.897	26.883		
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	584.481	490.304	232.758	112.718	729.310	923.158	72.782		
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	23.177	151.273	19.538	10.174	144.738	33.302	10.951		
Rondinha Energética S.A.	13.332	32,50%	32,50%	3.890	41.141	629	1.184	43.218	2.223	(414)		
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	33.716	50.093	25.588	1.716	56.505	8.040	6.703		
Xavantina Energética S.A.	271	40,00%	40,00%	3.191	29.231	3.967	360	28.095	6.046	1.573		
Garça Branca Energética S.A.	24.669	49,00%	49,00%	1.337	53.718	1.701	13.355	39.999	2.663	415		
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,00%	301.646	2.277.961	155.817	1.856.086	567.704	114.130	39.259		

## Notas Explicativas

### 18.2. Movimentação dos Investimentos

Descrição	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Controladora Total
<b>Investimentos</b>	<b>1.696.328</b>	<b>780.786</b>	<b>95.930</b>	<b>121.414</b>	<b>30.811</b>	<b>2.725.269</b>
<b>Direito de Concessão</b>	-	-	-	<b>29.731</b>	-	<b>29.731</b>
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>1.696.328</b>	<b>780.786</b>	<b>95.930</b>	<b>151.145</b>	<b>30.811</b>	<b>2.755.000</b>
Dividendos e JCP Creditados	(98.288)	-	(584)	(9.805)	-	(108.677)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(734)	-	(734)
Resultado de Equivalência Patrimonial	453820	45.327	8.303	12.372	2.523	522.345
<b>Investimentos</b>	<b>2.051.860</b>	<b>826.113</b>	<b>103.649</b>	<b>123.981</b>	<b>33.334</b>	<b>3.138.937</b>
<b>Direito de Concessão</b>	-	-	-	<b>28.997</b>	-	<b>28.997</b>
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>2.051.860</b>	<b>826.113</b>	<b>103.649</b>	<b>152.978</b>	<b>33.334</b>	<b>3.167.934</b>

Descrição	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Consolidado Total
<b>Investimentos</b>	<b>95.930</b>	<b>121.414</b>	<b>30.811</b>	<b>110.660</b>	<b>358.815</b>
<b>Direito de Concessão</b>	-	<b>29.731</b>	-	-	<b>29.731</b>
<b>Ágio</b>	-	-	-	<b>282</b>	<b>282</b>
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>95.930</b>	<b>151.145</b>	<b>30.811</b>	<b>110.942</b>	<b>388.828</b>
Dividendos e JCP Creditados	(584)	(9.805)	-	(848)	(11.237)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(734)	-	-	(734)
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.303	12.372	2.523	6.372	29.570
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>103.649</b>	<b>152.978</b>	<b>33.334</b>	<b>116.466</b>	<b>406.427</b>
<b>Investimentos</b>	<b>103.649</b>	<b>123.981</b>	<b>33.334</b>	<b>116.184</b>	<b>377.148</b>
<b>Direito de Concessão</b>	-	<b>28.997</b>	-	-	<b>28.997</b>
<b>Ágio</b>	-	-	-	<b>282</b>	<b>282</b>

### 18.3. Aquisição do Direito de Uso de Concessão

O saldo do direito de uso de concessão gerado na aquisição da SCGÁS, em 30 de junho de 2024, é de R\$29,0 milhões e, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$29,7 milhões. O direito de uso de concessão é amortizado pelo prazo da concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa, ou seja, até o ano de 2044.

## 19. IMOBILIZADO

### 19.1. Composição do Saldo

Descrição	Máquinas e Equipamentos	Outros	Ativos de Direito de Uso	Controladora Total
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>4</b>	-	<b>432</b>	<b>436</b>
Custo do Imobilizado	50	1	1.146	1.197
Depreciação Acumulada	(46)	(1)	(714)	(761)
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>4</b>	-	<b>432</b>	<b>436</b>
Depreciação	(4)	-	(118)	(122)
Custo do Imobilizado	50	1	1.146	1.197
Depreciação Acumulada	(50)	(1)	(832)	(883)
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	-	-	<b>314</b>	<b>314</b>
Taxa Média de Depreciação	16,00%		40,00%	

## Notas Explicativas

Descrição	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Consolidado	
							Ativos de Direito de Uso	Total
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>7.429</b>	<b>8.401</b>	<b>31</b>	<b>17.565</b>	<b>964</b>	<b>142.804</b>	<b>16.055</b>	<b>193.249</b>
Custo do Imobilizado	19.209	155.381	13.024	85.183	2.872	142.804	41.621	460.094
Provisão p/ Perdas	(4.452)	(23.299)	(564)	(3.259)	(17)	-	-	(31.591)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(123.681)	(12.429)	(64.359)	(1.891)	-	(23.903)	(233.591)
(-) Crédito PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	(1.663)	(1.663)
Depreciação Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>7.429</b>	<b>8.401</b>	<b>31</b>	<b>17.565</b>	<b>964</b>	<b>142.804</b>	<b>16.055</b>	<b>193.249</b>
Adições	-	-	-	-	-	23.235	420	23.655
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	-	-	-	(331)	(331)
Depreciação	-	(171)	(17)	(554)	(110)	-	(5.463)	(6.315)
(-) Crédito PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	(33)	(33)
Depreciação Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>7.429</b>	<b>8.230</b>	<b>14</b>	<b>17.011</b>	<b>854</b>	<b>166.039</b>	<b>10.648</b>	<b>210.225</b>
Custo do Imobilizado	19.209	155.381	13.024	85.183	2.872	166.039	41.710	483.418
Provisão p/ Perdas	(4.452)	(23.299)	(564)	(3.259)	(17)	-	-	(31.591)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(123.852)	(12.446)	(64.913)	(2.001)	-	(29.366)	(239.906)
(-) Crédito PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	(1.696)	(1.696)
Depreciação Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>7.429</b>	<b>8.230</b>	<b>14</b>	<b>17.011</b>	<b>854</b>	<b>166.039</b>	<b>10.648</b>	<b>210.225</b>
<b>Taxa Média de Depreciação</b>	<b>0,00%</b>	<b>3,39%</b>	<b>3,14%</b>	<b>3,14%</b>	<b>11,63%</b>	<b>0,00%</b>	<b>46,53%</b>	

### 19.2. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o período corrente são as seguintes:

	Consolidado	
	Percentuais (%)	
<b>Administração</b>		
Prédios e Construções	6,3	
Máquinas e Equipamentos	8,9	
Veículos	14,3	
Móveis e Utensílios	7,1	
<b>Operação</b>		
Prédios e Construções	3,1	
Máquinas e Equipamentos	3,0	
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3,4	
Veículos	12,6	
Móveis e Utensílios	4,7	

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, os ativos das Usinas Pery, Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho. Também são depreciados pela mesma Resolução as CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe, por possuírem contrato de registro.

Os ativos da Administração Central (prédios e construções, máquinas e equipamentos, veículos e móveis e utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

### 19.3. Ativos de Direito de Uso e Passivos de Arrendamentos

O Grupo efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, em contrapartida aos Ativos de Direito de Uso.

## Notas Explicativas

	Controladora	Consolidado
<b>ATIVO</b>		
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>432</b>	<b>16.055</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>432</b>	<b>16.055</b>
(+) Adições	-	420
(-) Depreciação	(118)	(5.463)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(33)
(-) Baixa	-	(331)
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>314</b>	<b>10.648</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>314</b>	<b>10.648</b>

Os montantes registrados no passivo estão ajustados a valor presente.

	Controladora	Consolidado
<b>PASSIVO</b>		
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>441</b>	<b>17.031</b>
<b>Circulante</b>	<b>233</b>	<b>10.836</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>208</b>	<b>6.195</b>
(+) Adições	-	420
(+) Juros Incorridos	15	580
(-) Baixas	-	(374)
(-) Pagamento Principal	(114)	(5.519)
(-) Juros Pagos	(15)	(580)
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>327</b>	<b>11.558</b>
<b>Circulante</b>	<b>242</b>	<b>6.790</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>85</b>	<b>4.768</b>

### 19.3.1. Vencimentos das Parcelas de Longo Prazo

Anos	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
2024	85	208	961	1.761
2025	-	-	725	756
2026	-	-	783	808
2027	-	-	829	873
2027+	-	-	1.470	1.997
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>208</b>	<b>4.768</b>	<b>6.195</b>

Os ativos reconhecidos possuem as seguintes especialidades:

- a) Edificações: referem-se aos contratos de aluguéis relativos às lojas de atendimento presencial, localizadas na área de concessão da distribuidora;
- b) Terrenos: referem-se aos terrenos onde estão instaladas torres de telecomunicação, subestação e almoxarifado;
- c) Veículos: referem-se ao contrato de aluguel dos veículos, de frota, utilizados na prestação dos serviços e os veículos utilizados pela Diretoria Executiva.

## 20. INTANGÍVEL

Descrição	Controladora	
	Direito de Concessão (iii)	3.435
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>3.435</b>	
Amortizações	(251)	
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>3.184</b>	
Custo Total	14.248	
Amortização Acumulada	(11.064)	
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>3.184</b>	
<b>Taxa Média Amortização</b>	<b>0,88%</b>	

## Notas Explicativas

Consolidado

Descrição	Ativo de Concessão Celesc D (i)	Softwares Adquiridos	Repatuação Risco Hidrológico GSF (ii)	Direito de Concessão (iii)	Itens em Andamento	Total
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>4.662.285</b>	<b>316</b>	<b>42.383</b>	<b>3.435</b>	<b>1.742</b>	<b>4.710.161</b>
Custo Total	7.619.686	7.445	45.879	14.248	1.742	7.689.000
Amortização Acumulada	(2.957.401)	(7.129)	(3.496)	(10.813)	-	(2.978.839)
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>4.662.285</b>	<b>316</b>	<b>42.383</b>	<b>3.435</b>	<b>1.742</b>	<b>4.710.161</b>
Baixas	(46.877)	-	-	-	-	(46.877)
Amortizações	(160.688)	(95)	(777)	(251)	-	(161.811)
Transferências (NE 15)	379.666	-	-	-	-	379.666
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>4.834.386</b>	<b>221</b>	<b>41.606</b>	<b>3.184</b>	<b>1.742</b>	<b>4.881.139</b>
Custo Total	7.952.475	7.445	45.879	14.248	1.742	8.021.789
Amortização Acumulada	(3.118.089)	(7.224)	(4.273)	(11.064)	-	(3.140.650)
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>4.834.386</b>	<b>221</b>	<b>41.606</b>	<b>3.184</b>	<b>1.742</b>	<b>4.881.139</b>
Taxa Média Amortização	4,4%	2,6%	3,4%	0,88%	0%	

(i) As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, essas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

(ii) A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente para as usinas repactuadas pelo risco hidrológico GSF, foi calculado pelo valor justo e reconhecido como Ativo Intangível. Esses ativos serão amortizados linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

A Aneel, por meio da Resolução Homologatória nº 3.242, de 15 de agosto de 2023, alterou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. De acordo com o Art. 19 da Lei nº. 13.360/2016, na ocorrência de atraso no início da operação comercial devido a situações caracterizadas pela ANEEL como excludentes de responsabilidade, o prazo de outorga da geração de energia elétrica é recomposto pela extensão da outorga pelo mesmo período do excludente de responsabilidade. O prazo de extensão das usinas da Celesc G, repactuadas pelo risco hidrológico em 2021, não sofreram alteração.

(iii) O direito de concessão gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa, ou seja, até 2042.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

## 21. FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
Energia Elétrica	-	-	534.524	622.213
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	229.723	219.218
Materiais e Serviços	459	1.438	91.635	171.274
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	-	-	38.790	76.387
<b>Total</b>	<b>459</b>	<b>1.438</b>	<b>894.672</b>	<b>1.089.092</b>

(i) A CCEE possui, entre suas atribuições, apurar o valor da liquidação dos agentes. No caso das distribuidoras, esse valor envolve, além da venda e compra no curto prazo, os encargos, o efeito do despacho de térmicas e também os impactos diversos de risco hidrológico. O risco hidrológico está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, aos contratos de cotas de garantia física e ao contrato com Itaipu, no qual o comprador assume essa condição.

## 22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem quatro classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Empréstimos da Eletrobras, (iii) Empréstimos Tipo Finame e (iv) Empréstimos – BID, e alguns destes são garantidos por recebíveis e aval da Companhia, conforme disposições contratuais.

O Grupo entende que o valor contábil dos empréstimos é uma aproximação razoável do valor justo e estão indexados a índices de mercado.

## Notas Explanatórias

		Consolidado	
Descrição		30.06.2024	31.12.2023
<b>Total Moeda Nacional</b>		<b>668.196</b>	<b>671.494</b>
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,65% a.a.	574.185	576.760
Empréstimos Bancários (i)	CDI + 0,8% a.a.	93.174	93.229
Empréstimos Eletrobras (ii)	5% a.a.	801	1.237
Empréstimos Finame (iii)	6% a 9,5% a.a.	36	268
<b>Circulante</b>		<b>393.196</b>	<b>258.631</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>275.000</b>	<b>412.863</b>
 <b>Total Moeda Estrangeira</b>		 <b>1.341.406</b>	 <b>1.303.171</b>
Empréstimos – BID (iv)	CDI+0,71% a 1,88% a.a.	1.341.406	1.303.171
<b>Circulante</b>		<b>97.961</b>	<b>97.505</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>1.243.445</b>	<b>1.205.666</b>

### i) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários se referem a contratações cujos recursos foram utilizados, exclusivamente, para reforço de caixa da Celesc D.

Em abril de 2019, por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, foram contratados R\$335,0 milhões junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 0,80% a.a. e exigibilidade mensal. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal. O início da amortização começou em novembro de 2020 e o final seria para abril de 2022, porém, em 2 de dezembro de 2021, ocorreu o aditamento do contrato e o prazo para liquidação do principal de R\$93,0 milhões passou a ser maio de 2023. Em ato contínuo realizado em maio de 2023, o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado em 18 meses, sendo mantida a sua liquidação prevista em parcela única ao final do contrato (*bullet*), passando a ser novembro de 2024. A taxa de juros foi mantida no percentual da contratação original, com exigibilidade mensal.

No mês de fevereiro de 2022, também por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, houve a contratação de mais R\$550,0 milhões, junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,65% a.a. e exigibilidade semestral. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal, que será liquidado em 4 parcelas semestrais, iniciando em agosto de 2023 e terminando em fevereiro de 2025. Em agosto de 2023 houve aditamento do contrato prorrogando o início da amortização para agosto de 2024, as demais parcelas permanecem semestralmente, e o término da amortização foi reprogramado para fevereiro de 2026. Não existem *covenants* relacionados a esses empréstimos.

### ii) Eletrobras

Os recursos dessa contratação foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. O contrato vigente possui carência de 24 meses, amortização em 120 parcelas mensais, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a. Possui anuência da ANEEL e o término está previsto para 30 de maio 2025. Não existem *covenants* relacionados a esses empréstimos.

### iii) Finame

Os recursos dessas contratações foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros de 6% a 9,5% a.a. São previstas 96 amortizações mensais para Finame do Banco do Brasil e 72 amortizações mensais para Finame da Caixa Econômica Federal. Os contratos de Finame da Caixa Econômica Federal foram liquidados em suas respectivas datas de liquidação. Atualmente, a Celesc D tem contrato vigente de Finame com o Banco do Brasil com taxa de juros de 6% ao ano. Todos os contratos possuem anuência da ANEEL. Não existem *covenants* relacionados a esses empréstimos.

### iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram uma operação de crédito externo denominada Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491).

O valor total da operação é de US\$276,1 milhões e o prazo para amortização é de 234 (duzentos e

## Notas Explicativas

trinta e quatro) meses, com uma carência de até 66 (sessenta e seis) meses, atingindo um prazo total de 300 (trezentos) meses.

A amortização é semestral pelo sistema constante, acrescida de spread, com atualização monetária calculada pela variação cambial. Além disso, existe a exigência de uma comissão de compromisso de até 0,5% ao ano sobre o saldo em dólar americano não desembolsado e de uma comissão de supervisão de até 1% do montante do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos de 5 (cinco) anos.

O empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de jurisdição da Celesc D.

As primeiras liberações ocorreram em 10 de dezembro de 2018 e 28 de janeiro de 2019, num montante de US\$80,1 milhões. Após isso, em 2 de maio de 2019, optou-se pela conversão dos valores liberados em moeda nacional e pela alteração da taxa de juros aplicada ao contrato, já considerando os custos do BID, não havendo mais, portanto, a incidência de variação cambial.

A opção de conversão em moeda nacional e a taxa de juros do contrato, mencionadas anteriormente, foram mantidas em todas as liberações.

Em 30 de abril de 2024, a Companhia concluiu a última liberação de recursos, sendo a última tranche no valor de US\$14,22 milhões. os quais foram convertidos utilizando a taxa de câmbio de R\$ 5,152 por dólar, resultando no valor de R\$73,3 milhões. Em consonância com o contrato estabelecido, a empresa optou por ajustar a taxa de juros aplicada a esta tranche, que passou a ser CDI + 0,70% a.a.

Abaixo, estão demonstradas todas as liberações ocorridas até 30 de junho de 2024, com datas, valores e taxas de juros aplicadas atualmente:

Datas	Valores em US\$	Taxa de Juros
10.12.2018	70.374	CDI + 0,89 a.a.
28.01.2019	9.704	CDI + 0,89 a.a.
07.10.2019	26.211	CDI + 0,94 a.a.
10.12.2019	9.768	CDI + 0,77 a.a.
09.06.2020	7.273	CDI + 1,14 a.a.
13.10.2020	35.000	CDI + 1,80 a.a.
19.03.2021	25.000	CDI + 1,88 a.a.
14.12.2021	50.000	CDI + 1,16 a.a.
28.06.2023	28.500	CDI + 0,71 a.a.
30.04.2024	14.221	CDI + 0,70 a.a.
<b>Total</b>	<b>276.051</b>	

Todas as taxas de juros já consideram os custos do BID e podem sofrer alguma variação em virtude de um dos componentes do *spread* ser variável e definido pelo próprio BID trimestralmente.

Cabe ressaltar que os desembolsos do financiamento contratado são processados conforme disposições no Contrato de Empréstimo nº 4404/OC-BR (BR-L1491), nos termos do Capítulo IV das Normas Gerais.

As demonstrações financeiras do Programa estão sujeitas à auditoria independente executada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina –TCE/SC, nos termos da Cláusula 5.02, das Disposições Especiais do referido Contrato.

### 22.1. Composição dos Vencimentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado								
	Nacional	Estrangeira	Total	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
Ano 2025	137.500	275.363	338.819	33.607	63.456	171.107	63.456	171.107	275.363
Ano 2026	137.500	137.500	200.956	67.213	63.456	204.713	67.213	204.713	137.500
Ano 2027	-	-	63.456	67.213	63.456	67.213	63.456	67.213	-
Ano 2028+	-	-	1.015.298	1.075.412	1.015.298	1.075.412	1.015.298	1.075.412	1.015.298
<b>Total</b>	<b>275.000</b>	<b>412.863</b>	<b>1.618.529</b>	<b>1.243.445</b>	<b>1.205.666</b>	<b>1.518.445</b>	<b>1.205.666</b>	<b>1.518.445</b>	<b>412.863</b>

## Notas Explicativas

### 22.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

Descrição	Circulante	Não Circulante	Consolidado
			Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>258.631</b>	<b>412.863</b>	<b>671.494</b>
Encargos Provisionados	38.707	-	38.707
Transferências	137.863	(137.863)	-
Amortizações de Principal	(667)	-	(667)
Pagamentos de Encargos	(41.338)	-	(41.338)
<b>Saldos em 30 de junho de 2024</b>	<b>393.196</b>	<b>275.000</b>	<b>668.196</b>

### 22.3. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID

Descrição	Circulante	Não Circulante	Consolidado
			Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>97.505</b>	<b>1.205.666</b>	<b>1.303.171</b>
Ingressos	-	72.809	72.809
Atualização Monetária	3.170	455	3.625
Encargos Provisionados	75.115	-	75.115
Transferências	35.485	(35.485)	-
Pagamento de Encargos	(80.674)	-	(80.674)
Pagamento de Principal	(32.640)	-	(32.640)
<b>Saldos em 30 de junho de 2024</b>	<b>97.961</b>	<b>1.243.445</b>	<b>1.341.406</b>

## 23. DEBÊNTURES

### 23.1. Debêntures 2021 – Celesc D

Em 15 de abril de 2021, a Celesc D emitiu 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$550,0 milhões. O vencimento dessas debêntures está previsto para 15 de abril de 2026 e os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa.

As debêntures são da espécie quirografária e sem preferência, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares. Adicionalmente, contam com garantia fidejussória, onde a Companhia (Celesc Holding) presta fiança em favor de seus titulares, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI Over (Extra-Grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 2,6 % ao ano.

A remuneração tem vencimento sempre no dia 15 dos meses subsequentes até o final da vigência e a amortização ocorre em 43 (quarenta e três) parcelas mensais consecutivas, a partir de outubro de 2022 e a segunda, de forma mensal, a partir de 15 de novembro de 2022, com os demais vencimentos ocorrendo sempre no dia 15 dos meses subsequentes até o final da vigência.

Até 30 de junho de 2024, foram pagos R\$192,0 milhões de remuneração e R\$268,6 milhões de principal.

Anualmente, até a data do vencimento, a Companhia, como garantidora, tem como compromisso contratual (*covenants*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3.

### 23.2. Debêntures 2023 – Celesc D

Em 15 de novembro de 2023, a Celesc D emitiu 800.000 (oitocentas mil) debêntures, sendo 400.000 (quatrocentas mil) da primeira série e 400.000 (quatrocentas mil) da segunda série, no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$800,0 milhões.

## Notas Explicativas

São da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76, sem preferência, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares. Adicionalmente, contam com garantia fidejussória adicional, onde a Companhia presta fiança em favor de seus titulares, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

Anualmente, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 até a data de vencimento, a Companhia, como garantidora, tem como compromisso contratual (*covenants*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3,5.

### 23.2.1. Primeira Série

As debêntures da primeira série têm prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, contados da data de emissão, vencendo em 15 de novembro de 2028. Não há incidência de atualização monetária e os juros remuneratórios correspondem à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro – DI de um dia, (over extra-grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 1,65% ao ano.

A remuneração dessas debêntures será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de maio de 2024 e o último em 15 de novembro de 2028. A amortização será feita semestralmente, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de novembro de 2026.

Até 30 de Junho de 2024, foram pagos R\$23,5 milhões de remuneração.

### 23.2.2. Segunda Série

As debêntures da segunda série têm prazo de vencimento de 7 (sete) anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2030. Possui incidência de atualização monetária, a partir da data de início de sua rentabilidade até sua integral liquidação, pela variação do IPCA, calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis, e os juros remuneratórios correspondem a 6,5279% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de maio de 2024 e o último em 15 de novembro de 2030. A amortização será feita anualmente, a partir do 5º (quinto) ano contado da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de novembro de 2028.

Até 30 de Junho de 2024, foram pagos R\$12,2 milhões de remuneração.

### 23.3. Debêntures 2020 – Celesc G

Em 10 de dezembro de 2020, a Celesc G emitiu 37.000 (trinta e sete mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$37,0 milhões. A atualização monetária foi estabelecida pela variação acumulada do IPCA, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversível em ações. A garantia fidejussória foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, na qual assume o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão. Possuem prazo de dez anos, contados da data de suas emissões, e juros remuneratórios de 4,30% ao ano, até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros teve início em junho de 2021, enquanto a amortizações começaram a ocorrer apenas em dezembro de 2023, ambos de forma semestral e consecutiva. Até 30 de junho de 2024, foram pagos R\$6,32 milhões de remuneração e R\$6,13 milhões de principal.

Anualmente, a Celesc G, como emissora, tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3,50. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o caixa e o equivalente de caixa foram superiores às dívidas de empréstimos e financiamentos em R\$58,2 milhões, tornando o resultado de Dívida Líquida

## Notas Explicativas

nulo para a relação. A Celesc G faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos covenants anuais do contrato.

### 23.4. Movimentação das Debêntures

Descrição	Consolidado
	Total
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>1.196.606</b>
Encargos Provisionados	70.104
Pagamentos Encargos	(57.586)
Pagamentos do Principal	(79.852)
Custos na Emissão de Debêntures	1.517
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>1.130.789</b>
<b>Circulante</b>	<b>167.354</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>963.435</b>

### 23.5. Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

Descrição	30.06.2024	31.12.2023	Consolidado
Ano 2024	1.535	2.918	
Ano 2025	3.044	3.044	
Ano 2026	2.388	2.388	
Ano 2027	2.124	2.652	
Ano 2028+	5.128	4.734	
<b>Total</b>	<b>14.219</b>	<b>15.736</b>	

### 23.6. Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Descrição	31.12.2023	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não afetam o Caixa (ii)	Controladora	
						30.06.2024	
Dividendos e JCP a Pagar	211.329	(101.424)	(101.424)	-	80.424	190.329	
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (NE 19.3)	441	(114)	(114)	(15)	15	327	
<b>Total</b>	<b>211.770</b>	<b>(101.538)</b>	<b>(101.538)</b>	<b>(15)</b>	<b>80.439</b>	<b>190.656</b>	

Descrição	31.12.2023	Ingressos de Recursos	Pagamentos do Principal	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros	Consolidado	
						30.06.2024	
Empréstimos e Financiamentos	1.974.665	72.809	(33.307)	39.502	(122.012)	117.447	2.009.602
Debêntures	1.196.606	-	(79.852)	(79.852)	(57.586)	71.621	1.130.789
Dividendos e JCP	211.329	-	(101.424)	(101.424)	-	80.424	190.329
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (NE 19.3)	17.031	-	(5.519)	(5.519)	(580)	626	11.558
<b>Total</b>	<b>3.399.631</b>	<b>72.809</b>	<b>(220.102)</b>	<b>(147.293)</b>	<b>(180.178)</b>	<b>270.118</b>	<b>3.342.278</b>

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os juros e variações monetárias provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$113,8 milhões. As debêntures totalizaram R\$71,6 milhões, sendo R\$1,5 milhões desse total referentes às custas com debêntures incorridas no primeiro semestre de 2024.

## Notas Explicativas

## 24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
Provisão e Encargos Sociais da Folha	1.973	1.493	138.759	120.932
Plano de Desligamento Incentivado – PDI	-	-	41.586	67.602
Consignação em Favor de Terceiros	-	-	4.830	11.025
Provisão Participação nos Lucros e nos Resultados – PLR	-	-	22.259	35.165
Folha de Pagamento Líquida	346	327	15.417	18.074
<b>Total</b>	<b>2.319</b>	<b>1.820</b>	<b>222.851</b>	<b>252.798</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.319</b>	<b>1.820</b>	<b>207.073</b>	<b>224.899</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.778</b>	<b>27.899</b>

## 24.1 Plano de Desligamento Incentivado – PDI

O programa faz parte da estratégia da Empresa para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores, com vistas à agregação de valor aos acionistas.

Em 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o regulamento do Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado pela primeira vez em dezembro de 2016. Nos anos seguintes, novas edições foram realizadas com os mesmos critérios e regulamentos, havendo alteração apenas no tempo mínimo de empresa como regra de elegibilidade.

Em 23 de abril de 2020, a Celesc D obteve aprovação para a realização de um Plano de Demissão Incentivada Emergencial, denominado PDI-E, para empregados com mais de 33 anos de trabalho. Desligaram-se da Celesc D 86 empregados.

O último PDI realizado (PDI 2021) teve seu prazo estendido até maio de 2023, e contou com um total de 197 saídas. A edição vigente (PDI 2023) foi aprovada em setembro de 2023 e os desligamentos iniciaram em novembro de 2023.

A indenização do PDI pode ser paga integralmente, em parcela única, desde que o empregado se inscreva no Plano de Contribuição Definida – CD da Celos. Caso queira receber em parcelas, a escolha deve ser feita entre 24, 36, 48 ou 60 parcelas.

O cálculo do valor da indenização leva em consideração uma parcela base, que representa várias rubricas da remuneração do empregado, incluindo habitualidade de função gratificada, atuação em área de risco, habitualidade do exercício de atuação em atividade com adicional de função, entre outras.

Leva em consideração, também, o benefício do vale alimentação, a contribuição para a previdência privada em seu percentual máximo, tempo faltante para completar 35 anos de efetivo serviço, limitado a 60 meses, décimo terceiro salário, férias, além de fatores de ajuste, que consideram o tempo empresa com base no número de anuênios e o tempo de efetivo serviço nos últimos 60 meses.

Os valores provisionados para pagamento das parcelas a vencer estão registrados na rubrica Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias no Passivo, cujos saldos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023
Circulante	25.808	39.704
Não Circulante	15.778	27.899
<b>Total</b>	<b>41.586</b>	<b>67.603</b>

Desde a implantação do programa até 30 de junho de 2024, ocorreram 1274 desligamentos, totalizando despesas no montante de R\$499,7 milhões.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de empregados desligados e o valor da despesa com o programa por ano.

## Notas Explanatórias

Anos	Consolidado	
	Quantidade de Empregados Desligados	Despesa PDI (R\$/Mil)
2016	61	16.183
2017	125	79.531
2018	181	68.737
2019	273	87.250
2020	303	112.847
2021	93	63.896
2022	141	60.084
2023	63	11.208
2024	34	-
<b>Totais</b>	<b>1274</b>	<b>499.736</b>

Em dezembro de cada ano, ocorrem atualizações das parcelas com base na variação do INPC dos últimos 12 meses.

## 25. TRIBUTOS

### 25.1. Tributos Federais – Outros Tributos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
IRRF S/ JCP	3.571	7.460	11.021	22.587
PIS e COFINS	4.939	9.862	57.670	51.870
Autorreg. Tributária Lei nº14.740/2023 (i)	-	-	29.225	-
Outros	21	34	2.359	3.206
<b>Total a pagar</b>	<b>8.531</b>	<b>17.356</b>	<b>100.275</b>	<b>77.663</b>
(-) Tributos a compensar	-	-	(555.879)	(584.061)
<b>Total</b>	<b>8.531</b>	<b>17.356</b>	<b>(455.604)</b>	<b>(506.398)</b>

#### (i) Autorregularização Tributária Lei nº14.740/2023

A Companhia avaliou a oportunidade e o Conselho de Administração, no dia 18 de março de 2024, aprovou a adesão ao programa de Autorregularização Incentivada de tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Na Celesc D, o valor constituído foi de R\$ 63,1 milhões, sendo liquidado R\$26,1 milhões com a utilização de crédito de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, R\$5,4 milhões pagos à vista mediante DARF e o saldo restante foi parcelado em 48 parcelas, conforme previsto no programa.

### 25.2. Tributos Federais – IRPJ/CSLL

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
IRPJ e CSLL	102	1.692	183.547	26.676
(-) IRPJ e CSLL a compensar	(52.011)	(61.925)	(203.241)	(94.572)
<b>Total</b>	<b>(51.909)</b>	<b>(60.233)</b>	<b>(19.694)</b>	<b>(67.896)</b>

### 25.3. Tributos Estaduais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
ICMS	-	-	225.652	199.357
<b>Total a Recolher</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>225.652</b>	<b>199.357</b>
(-) Tributos a Compensar	-	-	(51.506)	(61.482)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>174.146</b>	<b>137.875</b>

## Notas Explicativas

### 25.4. Tributos Municipais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
ISS	95	104	1.867	3.044
IPTU	-	-	28	7
<b>Total a Recolher</b>	<b>95</b>	<b>104</b>	<b>1.895</b>	<b>3.051</b>
(-) Tributos a Compensar	-	-	(739)	(993)
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>104</b>	<b>1.156</b>	<b>2.058</b>

## 26. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	31.12.2023	Atualização			30.06.2024
		Adições	Monetária	Pagamentos	
Programa Eficiência Energética – PEE	77.401	22.702	3.136	(18.801)	84.438
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	37.117	17.320	1.553	(17.820)	38.170
Parcelamento ECE (i)	9.659	-	223	(9.882)	-
Taxa de Fiscalização ANEEL	860	5.160	-	(5.160)	860
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (ii)	32.130	1.172.383	-	(1.172.383)	32.130
Compensação financeira utiliz. rec. hid. - CFURH	387	1.387	-	(1.275)	499
<b>Total</b>	<b>157.554</b>	<b>1.218.952</b>	<b>4.912</b>	<b>(1.225.321)</b>	<b>156.097</b>
<b>Circulante</b>	<b>73.509</b>	-	-	-	<b>66.483</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>84.045</b>	-	-	-	<b>89.614</b>

i) Encargo de Capacidade Emergencial – ECE, foi instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de cobrir o custo de contratação de usinas termelétricas emergenciais instaladas no País, disponíveis para gerar energia em caso de risco de desabastecimento. Esse custo foi pago por todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional, com exceção dos classificados como baixa renda.

ii) A partir do reajuste tarifário anual, ocorrido em agosto de 2023, a Celesc D iniciou o recolhimento do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE às contas CDE Escassez Hídrica e CDE GD.

### 26.1. Programa de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa & Desenvolvimento – P&D

Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, com exceção de algumas modalidades, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de suas receitas operacionais líquidas – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D. As distribuidoras devem aplicar, ainda, em Programas de Eficiência Energética – PEE, segundo regulamento estabelecido pela ANEEL.

Em 30 de março de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 229 e o Despacho nº 904, definindo a forma e os valores a serem repassados para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Os recolhimentos à CDE correspondem aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D e PEE na data-base de 31 de agosto de 2020 e 30% dos valores correntes referentes ao período de 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025. Até a competência de dezembro de 2025, os valores calculados serão repassados mensalmente, no dia 10 do segundo mês subsequente.

## 27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia revisitou seus procedimentos para estimativa de perdas com contingências, sejam elas judiciais, administrativas ou de qualquer outra natureza, sob a ótica do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os principais aspectos em relação à prática anterior, na qual os riscos eram avaliados somente quando ocorria o julgamento em primeira instância, são: a contemplação do reconhecimento de perdas para todas as estimativas prováveis de desembolso e as atualizações dos litígios pela aplicação de índice de correção do processo.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia apresentava os seguintes passivos e seus correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

## Notas Explicativas

### 27.1. Contingências Prováveis

Descrição	31.12.2023	Novas Provisões	Ajustes das Provisões	Pagamentos	Reversões	Atualização Financeira	Controladora	
							Ajuste Atual. Financ.	30.06.2024
Tributária	23.545	607	-	(3.028)	-	1.399	-	22.523
Cíveis	672	-	-	-	-	18	(1)	689
Regulatórias	8.505	-	(982)	-	-	119	(2.457)	5.185
<b>Total</b>	<b>32.722</b>	<b>607</b>	<b>(982)</b>	<b>(3.028)</b>	<b>-</b>	<b>1.536</b>	<b>(2.458)</b>	<b>28.397</b>

Descrição	31.12.2023	Novas Provisões	Ajustes das Provisões	Pagamentos	Reversões	Atualização Financeira	Consolidado	
							Ajuste Atual. Financ.	30.06.2024
Tributária	44.936	633	1.174	(3.043)	(2)	2.716	-	46.414
Trabalhistas	57.052	2.731	3.191	(3.888)	(1.816)	594	-	57.864
Cíveis	204.566	19.153	39.206	(40.617)	(7.100)	3.677	(1)	218.884
Regulatórias	77.767	-	1.819	-	(45.456)	4.125	(2.457)	35.798
Ambientais	133.147	15	68	(22)	-	3.224	-	136.432
<b>Total</b>	<b>517.468</b>	<b>22.532</b>	<b>45.458</b>	<b>(47.570)</b>	<b>(54.374)</b>	<b>14.336</b>	<b>(2.458)</b>	<b>495.392</b>

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

#### i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas ao recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

Na Controladora o processo mais relevante na esfera federal se refere a débitos inscritos em dívida ativa e objeto da Execução Fiscal nº 5012874-76.2021.4.04.7200, originários de PIS, IRPJ, IRRF, COFINS e CSLL, os quais foram excluídos de programa de parcelamento extraordinário e está em fase de levantamento de depósito. O valor atualizado do depósito é de aproximadamente R\$20,08 milhões. O valor da contingência atualizada é de R\$ 19,3 milhões. A PGFN requereu o levantamento desse valor.

#### ii) Contingências Trabalhistas

Na Celesc D o processo mais relevante diz respeito ao objeto de diferença salarial da categoria dos engenheiros no valor provisionado de R\$ 24,2 milhões. Além disso, temos os processos de incorporação da gratificação de função no valor de R\$ 5,0 milhões e horas extras no valor de R\$ 5,5 milhões.

#### iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas as ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, resarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, produção de aves, acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Celesc D, tais como: danos envolvendo perda de produções de fumicultores em torno de R\$14,1 milhões, ações de resarcimento para seguradoras em torno de R\$8,7 milhões, reclassificação tarifária de R\$4,08 milhões, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro) em aproximadamente R\$24,9 milhões, processo referente ao apagão no valor de R\$16 milhões, honorários advocatícios cobrado por escritório externo no valor de R\$8,05 milhões, cobrança indevida no valor de R\$4,65 milhões, Portarias da antiga agência reguladora DNAEE em torno de R\$12,49 milhões, CDI-OVER em torno de R\$13,4 milhões.

O provisionamento relevante existente é no montante de R\$55 milhões relacionado a ação movida pela empresa de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, no qual o poder judiciário julgou procedente o pedido de indenização de servidão e lucros cessantes causados pela incapacidade do aterro sanitário poder se expandir.

**Notas Explicativas****iv) Contingências Regulatórias**

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute, com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação setorial. A mais expressiva contingência regulatória se refere à exposição contratual de 2014.

Houve reversão de uma provisão regulatória referente a aplicação de multa (âmbito ANEEL) à Celesc D por não realizar obras necessárias para prestação de serviço adequado, além de não manter e operar de forma satisfatória instalações e equipamentos correspondentes. A classificação do risco de perda foi alterada para possível, tendo em vista que houve clara nulidade por cerceamento de defesa, quando o juiz de 1<sup>a</sup> instância indeferiu o pedido de produção de prova pericial. Além disso, a discussão extrapola questões eminentemente de direito, havendo necessidade de análise de fatos e provas.

**v) Contingências Ambientais**

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

Além disso, a Celesc D foi surpreendida pelo reversão do julgamento da apelação dos embargos à execução nº 5004476-82.2017.4.04.7200, pelo Tribunal Regional Federal da 4<sup>a</sup> Região, a qual determinou o pagamento da multa ambiental ao Ibama, de valor atualizado do provisionamento foi de R\$132,6 milhões, cuja Execução Fiscal foi garantida com o oferecimento de bens.

**27.2. Depósitos judiciais**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
Tributária	53.707	51.457	62.255	58.759
Trabalhistas	5.147	5.022	20.078	20.238
Cíveis	1.718	6.858	105.058	107.450
Regulatórias	36.106	35.016	240.959	233.457
Ambientais	-	-	1.430	1.442
<b>Saldo</b>	<b>96.678</b>	<b>98.353</b>	<b>429.780</b>	<b>421.346</b>

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>98.353</b>	<b>421.346</b>
Constituição	188	51.935
Atualização Financeira	3.400	13.930
Baixas	(5.263)	(57.431)
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>96.678</b>	<b>429.780</b>

Na Controladora, o depósito judicial mais relevante se refere a Execução Fiscal nº 5000685-32.2022.4.04.7200, em que é parte, no valor de R\$36,4 milhões, como forma de garantia do crédito tributário. A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal, sustentando a inexigibilidade do débito, em razão da existência de crédito apto à compensação. O processo aguarda manifestação das partes sobre o laudo pericial contábil.

Outro depósito judicial, também relevante na Companhia se refere à Ação Declaratória de Inexigibilidade de Crédito Tributário nº 5012891-49.2020.4.04.7200, no valor de R\$2 milhões, proposta pela Celesc visando declarar inexigíveis as CDA's nº 91.2.18.003117-26, 91.2.18.003118-07, 91.6.18.017006-01, 91.6.18.017009-46 e 91.7.18.002962-43, provenientes de saldo remanescente dos programas REFIS e PAES, as quais restaram incluídas no parcelamento da Lei nº 11.941/2009. O processo foi julgado improcedente em primeira instância, aguardando análise do recurso na Instância Superior.

## Notas Explicativas

Ainda na Celesc D, há dois depósitos judiciais referentes ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato com a EMEPLAN. Após levantamento parcial, os autos nº 5029579-87.2023.8.24.0023, o depósito atualizado é de R\$1,02 milhão, referente às verbas sucumbenciais. Também foi levantado parcialmente o depósito dos autos nº 5029535-68.2023.8.24.0023, o qual está no valor atualizado de R\$ 9,2 milhões de reais.

Na esfera trabalhista foi realizado depósito inicial no montante de R\$2,4 milhões sobre processo de empregado aposentado reintegrado por conta de decisão que tornou invalida a rescisão contratual. O valor é referente à remuneração devida desde o ato da rescisão. Deste valor já foi feito levantamento parcial, sendo que o saldo atualizado é de R\$ 1,09 milhão.

As baixas mais relevantes por perdas em depósitos judiciais são referentes as indenizações de fumicultores no Vale do Itajaí e Norte do Estado, resarcimentos de seguro, verbas rescisórias, intervalos intrajornada e interjonada de trabalho, inexistência de débito, dano moral, reequilíbrio econômico-financeiro contratual, alteração de classe de consumo e dano material.

A movimentação das constituições de depósitos judiciais no período é decorrente de pagamentos realizados para novas ações e, também, de ações já existentes.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários, regulatórios e ambientais em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

### 27.3. Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2024</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>30.06.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Tributárias (i)	57.196	72.186	322.572	352.052
Trabalhistas (ii)	-	-	44.586	39.127
Cíveis (iii)	4.999	5.755	418.274	451.448
Regulatórias (iv)	50	50	195.190	180.053
Ambientais (v)	-	-	16.462	27.895
<b>Total</b>	<b>62.245</b>	<b>77.991</b>	<b>997.084</b>	<b>1.050.575</b>

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

#### i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS/COFINS, e IRPJ/CSLL sobre receitas reconhecidas em ativos financeiros setoriais (CVA), oferecidas à tributação no período de apuração em que foram verificadas as diferenças positivas e registradas na escrituração contábil.

A Celesc recebeu Execução Fiscal nº 5032049-22.2022.4.04.7200, proposta pela União e que objetiva a cobrança de tributos diversos no valor de R\$40,7 milhões. A Companhia se opôs por meio de Embargos à Execução com apresentação de seguro-garantia judicial e efetuou o pagamento parcial do valor executado no montante de R\$24,0 milhões. Processo aguarda a manifestação do Juízo a respeito da realização de perícia contábil.

#### ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

## Notas Explicativas

### iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

Como valores mais relevantes, danos envolvendo perda de produções de fumicultores em torno de R\$93,6 milhões, tem-se R\$9,98 milhões relacionados a ilegalidade de utilização do índice CDI-Over como forma de correção de parcelamentos concedidos pela Celesc D, R\$147 milhões de danos morais/materiais, R\$17,77 milhões de reequilíbrio financeiro em contratos, ações de resarcimento para seguradoras em torno de R\$53 milhões.

### iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, dos quais a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute, com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

### v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

## 28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Descrição	30.06.2024	Consolidado 31.12.2023
<b>Planos Previdenciários</b>	<b>738.017</b>	<b>796.200</b>
Plano Misto e Plano Transitório (a)	738.017	796.200
<b>Planos Assistenciais</b>	<b>1.399.914</b>	<b>1.399.622</b>
Plano CELOS Saúde (b)	1.337.434	1.336.745
Outros Benefícios (c)	62.480	62.877
<b>Total</b>	<b>2.137.931</b>	<b>2.195.822</b>
<b>Circulante</b>	<b>211.434</b>	<b>272.597</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.926.497</b>	<b>1.923.225</b>

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes, representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

### a) Plano Misto e Plano Transitório

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores à transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

A dívida foi pactuada com a CELOS, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% a.a. e atualizados pelo IPCA, para cobertura dos Benefícios a Empregados do Plano Misto e Transitório, a partir de 30 de novembro de 2001. O saldo da dívida em 30 de junho de 2024 é de R\$78,4 milhões.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registra a atualização monetária e os juros no resultado financeiro.

## Notas Explicativas

### b) Plano CELOS Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

### c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio-deficiente, auxílio-funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

## 28.1. Resultados da Avaliação Atuarial

### 28.1.1. Obrigações Atuariais

Descrição	Consolidado					
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>2.481.674</b>	<b>648.748</b>	<b>1.159.625</b>	<b>1.677</b>	<b>54.430</b>	<b>4.346.154</b>
Custo do Serviço Corrente Líquido	1.584	-	(43.325)	153	-	(41.588)
Contrib. de Participante Realizadas no Exercício	30.262	17.459	67.963	-	-	115.684
Juros s/ Obrigação Atuarial	281.338	71.650	130.607	176	6.093	489.864
Benefícios Pagos no Exercício	(235.190)	(94.130)	(139.516)	(353)	(5.322)	(474.511)
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	29.460	82.900	203.841	293	7.676	324.170
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>2.589.128</b>	<b>726.627</b>	<b>1.379.195</b>	<b>1.946</b>	<b>62.877</b>	<b>4.759.773</b>

### 28.1.2. Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

Descrição	Consolidado					
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
<b>Passivo (Ativo) em 31.12.2022</b>	<b>482.960</b>	<b>257.786</b>	<b>1.106.999</b>	-	<b>54.430</b>	<b>1.902.175</b>
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	(2.077.203)	(442.352)	(42.450)	(14.057)	-	(2.576.062)
Obrigações Atuariais no Fim do Exercício	2.589.128	726.627	1.379.195	1.946	62.877	4.759.773
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Exercício	-	-	-	12.111	-	12.111
<b>Passivo (Ativo) em 31.12.2023</b>	<b>511.925</b>	<b>284.275</b>	<b>1.336.745</b>	-	<b>62.877</b>	<b>2.195.822</b>

### 28.1.3. Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Consolidado					
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Total	
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>1.998.714</b>	<b>390.962</b>	<b>52.626</b>	<b>13.529</b>	<b>2.455.831</b>	
Benefícios Pagos no Exercício Utilizando os Ativos do Plano	(235.190)	(94.130)	(139.516)	(353)	(469.189)	
Contribuições de Participantes Realizadas no Exercício	30.261	17.458	67.962	-	115.681	
Contribuições do Empregador Realizadas no Exercício	95.040	83.759	71.740	-	250.539	
Rendimentos Esperados dos Ativos	229.619	45.921	6.377	1.571	283.488	
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	(41.241)	(1.618)	(16.739)	(690)	(60.288)	
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>2.077.203</b>	<b>442.352</b>	<b>42.450</b>	<b>14.057</b>	<b>2.576.062</b>	

### 28.1.4. Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Período

Descrição	Consolidado	
	30.06.2024	30.06.2023
Plano Transitório	11.407	12.865
Plano Misto	22.605	26.651
Plano Médico	38.567	40.453
Outros Benefícios	2.928	3.123
<b>Total</b>	<b>75.507</b>	<b>83.092</b>
Despesa Pessoal	69.499	68.885
Despesa Financeira	6.008	14.207
<b>Total</b>	<b>75.507</b>	<b>83.092</b>

## Notas Explicativas

### 28.1.5. Premissas

Premissas	Taxa Real de Desconto Atuarial	HCCTR	Crescimento Salarial Empregados Ativos	Mortalidade Geral
Misto	5,36%	N.U.	7,10% AT-2000 por sexo desagravada em 5% AT 2000 (desagravada em 5%) segregada por N.U. sexo	
Transitório	5,33%	N.U.	3,90% AT- 2000 por sexo desagravada em 5%	
Pecúlio	5,36%	N.U.	N.A. N.A.	
Auxílio Deficiência	5,37%	N.U.	N.U. AT- 2000 por sexo desagravada em 5%	
Auxílio Funeral	5,47%	N.U.	3,90% AT- 2000 por sexo desagravada em 5%	
Benefício Mínimo	5,33%	N.U.	N.A. AT- 2000 por sexo desagravada em 5%	
Saúde	5,47%	3,50%		

N.U. – Não Utilizado

N.A. – Não Aplicável

### 28.1.6. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o efeito de alterações nas premissas atuariais significativas.

Premissas	Taxa Real de Desconto Atuarial		HCCTR	Crescimento Salarial Empregados Ativos		Mortalidade Geral	
	0,50%	-0,50%		0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%
	+1 ano	-1 ano					
Misto	(121.678)	132.178	-	-	586	(529)	64.567 (66.017)
Transitório	(25.265)	26.990	-	-	-	-	23.466 (23.549)
Pecúlio	(87)	94	-	-	-	-	(71) 77
Auxílio Deficiência	(321)	352	-	-	-	-	131 (133)
Auxílio Funeral	(1.059)	1.173	-	-	-	-	(528) 536
Benefício Mínimo	(1.443)	1.553	-	-	-	-	1.221 (1.213)
Saúde	(91.860)	102.764	97.170 (87.703)	-	-	-	59.129 (57.891)

### 28.1.7. Despesa Estimada para o Exercício de 2024

A estimativa da despesa para o exercício de 2024 está demonstrada a seguir:

Planos	Consolidado	
	Despesa a ser Reconhecida em 2024	
Plano Transitório	22.814	
Plano Misto	45.209	
Plano Pecúlio	167	
Plano Médico	77.134	
Outros	5.687	
<b>Total</b>	<b>151.011</b>	

### 28.1.8. Movimentação dos Benefícios a Empregados

Descrição	Plano Misto/Transitório	Consolidado		
		Plano CELOS Saúde	Outros Benefícios	Total
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>796.200</b>	<b>1.336.745</b>	<b>62.877</b>	<b>2.195.822</b>
Despesas/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	34.012	38.567	2.928	75.507
Benefícios Pagos Diretamente Pela Celesc D	(92.195)	(37.878)	(3.325)	(133.398)
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>738.017</b>	<b>1.337.434</b>	<b>62.480</b>	<b>2.137.931</b>

## 28.2. Plano de Equacionamento Celos – Plano Misto

Os planos previdenciários ofertados pela Celesc D são administrados pela Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS. Em decorrência da sua concepção, anteriores a versão 13 inclusive, quando há déficit acima dos limites definidos na legislação, em especial a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e da Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, os participantes e a patrocinadora, devem equacionar o plano, realizando "aportes" paritários para buscar o equilíbrio entre o ativo e passivo do plano previdenciário. Para os participantes este "aporte" ocorre através de desconto no benefício e para a patrocinadora através de contribuições extras.

## Notas Explicativas

No dia 15 de dezembro de 2023 o Conselho Deliberativo da CELOS aprovou para o Plano misto Cenário 2 - Equilíbrio Técnico Ajustado, atualizado no valor a equacionar de R\$252,7 milhões e alíquota de 4,85%.

Em 17 de janeiro de 2024 a CELOS protocolou correspondência sob nº 2.241.268.942.705 informando sobre o Plano de Equacionamento do Déficit referente ao exercício de 2022 juntamente com os documentos relevantes para avaliação. A patrocinadora Celesc D possui a obrigação financeira no valor de R\$126,4 milhões, que representa 50% (cinquenta por cento) do equacionamento do déficit 2022 do Plano Misto, a serem pagas em número de parcelas mensais e sucessivas até julho de 2039, sendo a primeira com vencimento em 06 de abril de 2024 e as demais no 5º dia útil dos meses subsequentes.

Os dispositivos legais vigentes tornam obrigatória a realização de equacionamentos dos déficits atuariais dos planos previdenciários cujo déficit ultrapassar os limites definidos na Resolução CGPC nº 26 de setembro de 2008, e alterações posteriores.

Com relação ao prazo de amortização, conforme disposições normativas dispostas na Resolução CNPC nº 30/2018, o prazo máximo deve equivaler a uma vez e meia o prazo de duração do passivo do plano de benefícios. Na Avaliação Atuarial de 2022, a duração do passivo, referente aos benefícios estruturados na modalidade BD, obtida por meio do sistema Venturo (Previc), foi de 10,3043 anos. Dessa forma, para efeito de cálculo, a Celos utilizou o prazo máximo permitido pelos normativos, equivalente há 185 meses.

### 28.3. Plano de Equacionamento Celos – Plano Transitório

No dia 15 de dezembro de 2023 o Conselho Deliberativo da CELOS aprovou para o Plano Transitório, Cenário 1 - Equilíbrio Técnico Ajustado, atualizado no valor a equacionar de R\$30,98 milhões e alíquota de 1,80%.

O déficit possui paridade contributiva, ou seja, a patrocinadora Celesc D é paritária com os assistidos, devendo, portanto, efetuar contribuição extraordinária de 50% (cinquenta por cento) do equacionamento do déficit 2022 do Plano Transitório, com prazo de amortização correspondente à liquidação do passivo atuarial (*duration*).

## 29. PIS/COFINS A RESTITUIR A CONSUMIDORES

### 29.1. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 1ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

Em 1º de abril de 2019, conforme narrativa já descrita na NE 11 de Tributos a Recuperar, a Celesc D obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em processo judicial, no qual foi reconhecido o direito a reaver os valores pagos a maior a título de PIS/COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos pagos. A decisão limitou os efeitos para o período de 13 de abril de 2007 até 31 de dezembro de 2014.

A Celesc D adotou entendimento de que todos os valores recuperados na ação judicial serão resarcidos aos consumidores mediante mecanismos a serem definidos pela ANEEL. Devido à sistemática adotada, os registros contábeis foram realizados entre Ativo (Tributos a Recuperar) e Passivo (PIS/COFINS a Restituir a Consumidores).

Com relação ao Passivo e a respectiva forma de devolução, destaca-se que, na Revisão Tarifária Periódica - RTP da Celesc D de 22 de agosto de 2021, a distribuidora antecipou de forma provisória, até que a ANEEL regulamentasse a forma de devolução para os consumidores da área de sua concessão a quantia de R\$795,0 milhões como componente financeiro negativo extraordinário baseado em parte do montante habilitado e em processo de homologação junto à Receita Federal do Brasil.

A Celesc D destacou a prerrogativa de pleitear ajustes futuros que equalizem eventuais diferenças financeiras entre o valor acima mencionado e a regulação editada pela ANEEL, bem como ajustes financeiros em processos tarifários subsequentes, no caso de ações propostas por consumidores individuais eventualmente não beneficiados pela devolução do PIS/COFINS.

No dia 28 de junho de 2022, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 14.385/2022, referente à devolução de créditos por redução de ICMS da base de PIS/COFINS aos clientes das distribuidoras.

## Notas Explicativas

Tal promulgação alterou a Lei nº 9.427/1996, que vigora então com o inciso II, do artigo 3º B, em que ficou definido que deverá ser considerada nos processos tarifários a integralidade dos valores dos créditos requeridos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a serem compensados até o processo tarifário subsequente. Ademais, no parágrafo 8º do artigo 3º, ficou estabelecido também que a ANEEL formulará critérios equitativos, considerando os procedimentos tarifários e as disposições contratuais aplicáveis.

Foi incluída no processo do Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2022, a devolução da integralidade dos valores dos créditos relativos à primeira ação judicial pela Celesc D aos consumidores, no montante de R\$806,3 milhões, gerando um efeito negativo de 8,32% na tarifa.

Desta forma, na contabilização da empresa, os valores a restituir aos consumidores foram atualizados nos termos da Lei nº 14.385/2022, que equiparou as atualizações dos valores a devolver aos consumidores à mesma regra aplicável pela legislação tributária, vinculada à taxa referencial da Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, calculada a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição, e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

Em linha com a política contábil adotada, a Celesc D, da mesma forma que atualizou os créditos tributários até o seu efetivo uso por meio de PERDCOMP, também o fez para atualização dos créditos a devolver para os seus consumidores.

No entanto, a metodologia de atualização dos valores utilizada pela ANEEL foi divergente da regra tributária na qual a Celesc, alinhada à legislação tributária vigente e conforme preconiza a Lei nº 14.385/2022, atualizou os valores chegando ao montante de R\$778,4 milhões.

Sobre a diferença, no valor de R\$27,9 milhões, foi constituído um débito na conta de Outros Passivos – PIS/Cofins a Restituir aos Consumidores em contrapartida ao Passivo Financeiro – CVA, ambos no Passivo Circulante, uma vez que o entendimento da Celesc D é de que os valores foram indevidamente atualizados e descontados no RTA de 2022 de forma precária.

A Administração enviou carta à ANEEL no âmbito do processo de RTA e também da Consulta Pública - CP nº 05/2021, com a manifestação de discordância quanto à metodologia provisória adotada pela Agência para atualização dos valores de forma que aguarda o estabelecimento dos critérios equitativos que se encontram em discussão.

Atualmente o processo nº 48500.001747/2020, encontra-se em tramitação na Procuradoria Federal.

### **29.2. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS**

No tocante a este processo, referente à 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS, o pedido de habilitação se demonstrou indicado como montante total do crédito atualizado até aquela data, o equivalente a R\$1,08 bilhão.

Conforme NE 11.1 – PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo), a Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias desta ação em fevereiro de 2023.

Neste sentido, em linha com a Lei nº 14.385/2022, houve a consideração de valores a serem devolvidos ao consumidor no RTA que ocorreu em agosto de 2023. O repasse do RTA de 2023 foi de R\$807,6 milhões trazendo um efeito redutor ao consumidor de -7,02%.

Devido a divergência na metodologia de atualização financeira, a Celesc D atualizou os valores chegando ao montante de R\$778,4 milhões.

No entanto, o valor inserido no RTA de 2023 foi maior do que o valor atualizado pela Celesc D como passivo e, nesse sentido, foi transferido o saldo atualizado em agosto de 2023, no valor de R\$782,1 milhões, da conta Outros Passivos – PIS/COFINS a Restituir a Consumidores (Passivo Não Circulante) para a conta Passivo Financeiro – CVA (Passivo Circulante). Sobre a diferença, no valor de R\$25,5 milhões, adotou-se a mesma prática contábil da 1ª ação.

## Notas Explicativas

Uma vez que a metodologia em relação a operacionalização do repasse continua sendo discutida pela ANEEL no âmbito da CP nº 05/2021, e diante da discordância da Celesc D quanto ao regramento adotado pela reguladora para atualização dos valores, houve novamente o registro feito pela ANEEL quanto à provisoriamente do tratamento para o repasse tarifário no RTA de 2023 por meio da Nota Técnica nº 7/2023-STR/ANEEL, de 14 de agosto de 2023, ressaltando que o tema ainda se encontra em discussão, de modo que eventuais ajustes serão levados em conta no fechamento do ato normativo, podendo ocorrer ajustes futuros dos valores.

A Celesc D considera o risco de perda da causa sobre a atualização como possível, não constituindo provisionamento dos valores discutidos.

## 30. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 30.1. Capital Social

O Capital Social Autorizado no Estatuto Social da Companhia é de R\$2,6 bilhões, representado por ações nominativas, sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais.

Do Capital Autorizado, encontram-se subscritos e integralizados R\$2,48 bilhões, representados por 38.571.591 ações nominativas sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais sem direito a voto.

As ações preferenciais receberão, com prioridade, o pagamento do dividendo mínimo, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado proporcionalmente à sua participação no capital social, pagando-se, em seguida às ordinárias, respeitado o mesmo critério de proporcionalidade destas espécies e classes de ações no capital social.

Às ações preferenciais é assegurado o direito de receber, prioritariamente, o reembolso de capital, no caso de dissolução da Companhia, sem prêmio.

### 30.2. Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros se refere à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme Orçamento de Capital proposto e aprovado pelos administradores, deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

### 30.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O valor do provento de 2024, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

Período	Tipo	Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento	Consolidado	
				Valor Total	
30.06.2024	DIV	ON	0,000000000	-	
		PN	0,000000000		
	JCP	ON	2,115004656	86.453	<b>86.453</b>
		PN	2,326505123		
			IR	(7.282)	
			JCP Líquido de IR	79.171	

## Notas Explicativas

O valor do provento de 2023, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

Período	Tipo	Valor do Provento por Ação*	Consolidado	
			Total Distribuído por Tipo de Provento	Valor Total
<b>30.06.2023</b>	DIV	ON 0,000000000 PN 0,000000000	-	<b>92.144</b>
	JCP	ON 2,254223300 PN 2,479645630	92.144	
		IR (7.660)	(7.660)	
		JCP líquido de IR 84.484	84.484	

\*Expresso em R\$.

Os Juros sobre Capital Próprio deliberados tiveram incidência de imposto de renda, conforme legislação aplicável, não sofreram atualização monetária, serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e deverão ser pagos em duas parcelas, de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, cujas datas serão definidas, oportunamente, pelo Conselho de Administração.

### 30.3.1. Composição do Resultado Básico e Diluído

O cálculo do resultado por ação básico e diluído em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Os dividendos serão distribuídos obedecida a seguinte ordem: a) o dividendo anual mínimo assegurado às ações preferenciais; b) o dividendo às ações ordinárias, até um percentual igual àquele assegurado às ações preferenciais. Uma vez distribuídos os dividendos previstos, as ações preferenciais, concorrerão em igualdade com ações ordinárias na eventual distribuição de dividendos adicionais. As ações preferenciais recebem pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária no recebimento de dividendo. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Descrição	30.06.2024	30.06.2023
<b>Média Ponderada de Ações (milhares)</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
<b>Resultado Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	193.568	164.492
Ações Preferenciais Nominativas – PN	316.010	268.541
<b>Total do Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia</b>	<b>509.578</b>	<b>433.033</b>
<b>Lucro por Ação Diluído</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	12,4664	10,5938
Ações Preferenciais Nominativas – PN	13,7131	11,6532

### 30.4. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O efeito desse grupo no Patrimônio Líquido é de R\$1,41 bilhão, em 30 de junho de 2024, e \$1,41 bilhões, em 31 de dezembro de 2023, composto da seguinte forma:

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
Custo Atribuído – Celesc G (a)	12.616	12.894
Ajuste Benefícios a Empregados – Celesc D (b)	(1.290.280)	(1.290.280)
Ajuste Valor Justo Outros Resultados Abrangentes (c)	(137.261)	(137.261)
<b>Total</b>	<b>(1.414.925)</b>	<b>(1.414.647)</b>

a) O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

## Notas Explicativas

b) Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes – ajuste de avaliação patrimonial.

c) Ajuste a valor justo do investimento temporário na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, avaliado por meio de outros resultados abrangentes.

## 31. RECEITAS E DESPESAS

### 31.1. Receita Operacional Líquida Consolidada

#### 31.1.1. Conciliação da Receita Operacional Líquida com a Receita Operacional Bruta

- Fornecimento de Energia Elétrica - Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.
- Suprimento de Energia Elétrica - Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos. A Celesc G, além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL.
- Disponibilização da Rede Elétrica - São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela Celesc D por meio de suas atividades.
- Energia de Curto Prazo - É um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.
- Receita de Construção - Refere-se à contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos ativos de contratos de concessão da Celesc D, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do plano de investimento da concessionária. No resultado ele é anulado pelo custo de construção, não havendo margem de construção.
- Doações e Subvenções - São reconhecidas conforme a essência dos contratos e ou convênios aplicáveis. O valor repassado pela Eletrobras é referente ao resarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013), até 30 de junho, foi de R\$306,6 milhões. Os demais valores se referem ao Programa de Baixa Renda, no montante de R\$20,7 milhões, ao fornecimento de Bandeiras CCRBT, no montante de R\$25,6 milhões e à diferença de reembolso CDE, no montante de R\$26,0 milhões.
- Outras Receitas Operacionais – Proveniente da atualização do ativo financeiro indenizável pelo IPCA.

## Notas Explanatórias

Descrição	Consolidado	
	30.06.2024	30.06.2023 (Reclassificado)
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>	<b>8.207.639</b>	<b>7.849.101</b>
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	3.561.308	3.133.000
Fornecimento não faturado (a)	(41.226)	(49.551)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	200.813	215.381
Suprimento não faturado (a)	431	(568)
Disponibilização da Rede Elétrica	3.632.121	3.511.582
Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	15.271	12.867
Receita Financeira	42.467	42.911
Renda de Prestação de Serviços	633	486
Energia Elétrica de Curto Prazo	24.408	82.402
Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro Setorial	(8.927)	55.249
Outras Receitas Operacionais	4.205	6.252
Doações e Subvenções (i)	378.931	330.618
Receita de Construção	396.904	508.471
Arrendamento e Aluguéis UFV	300	1
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(2.987.619)</b>	<b>(2.718.354)</b>
ICMS	(1.145.371)	(1.063.723)
PIS	(109.775)	(103.178)
COFINS	(505.631)	(475.242)
ISS	(1)	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.172.383)	(1.024.194)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(24.235)	(34.564)
Programa Eficiência Energética – PEE	(23.676)	(11.328)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(5.160)	(4.941)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(1.387)	(1178)
Outros Encargos	-	(6)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>5.220.020</b>	<b>5.130.747</b>

### 31.1.2. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor

Descrição	Consolidado					
	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023
Residencial	2.707.951	2.654.023	4.328.435	3.817.360	1.769.495	1.463.447
Industrial	139.627	136.089	5.705.008	5.495.395	446.268	448.595
Comercial	324.533	314.541	2.831.618	2.622.638	838.516	751.551
Rural	221.456	225.546	552.482	541.689	217.525	196.797
Poder Público	27.362	25.952	278.516	251.421	114.752	94.549
Iluminação Pública	1.342	1.131	289.123	293.887	68.311	65.948
Serviço Público	4.418	4.237	229.844	220.625	65.215	62.562
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>3.426.689</b>	<b>3.361.519</b>	<b>14.215.026</b>	<b>13.243.015</b>	<b>3.520.082</b>	<b>3.083.449</b>
Suprimento de Energia	158	139	1.577.464	1.515.367	201.244	214.813
<b>Total</b>	<b>3.426.847</b>	<b>3.361.658</b>	<b>15.792.490</b>	<b>14.758.382</b>	<b>3.721.326</b>	<b>3.298.262</b>

(i) Informações não auditadas

### 31.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas/(Receitas) Líquidas	30.06.2024 Total
						30.06.2024
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	2.188.384	-	-	-	-	2.188.384
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	1.103.410	-	-	-	-	1.103.410
Pessoal (c)	189.295	138.780	12.649	-	799	341.523
Administradores	-	6.962	-	-	-	6.962
Despesa Atuarial	-	69.499	-	-	-	69.499
Entidade de Previdência Privada (c)	9.050	6.056	505	-	-	15.611
Material	21.101	4.502	-	-	7.312	32.915
Custo de Construção	396.904	-	-	-	-	396.904
Custos e Serviços de Terceiros	85.955	58.565	33.944	-	595	179.059
Depreciação e Amortização	151.577	16.193	50	-	985	168.805
Provisões Líquidas	-	-	-	66.311	13.616	79.927
Arrendamento e Aluguéis	689	2.723	415	-	(210)	3.617
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	-	(144.491)	(144.491)
Outras (Receitas)/Despesas	11.560	(5.246)	12.586	-	(29.192)	(10.292)
<b>Total</b>	<b>4.157.925</b>	<b>298.034</b>	<b>60.149</b>	<b>66.311</b>	<b>(150.586)</b>	<b>4.431.833</b>

**Notas Explanatórias**

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas/ (Receitas) Líquidas	30.06.2023 (Reclassificado) Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	2.319.172	-	-	-	-	2.319.172
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	899.615	-	-	-	-	899.615
Pessoal (c)	173.739	140.244	14.298	-	626	328.907
Administradores	-	6.513	-	-	-	6.513
Despesa Atuarial	-	68.885	-	-	-	68.885
Entidade de Previdência Privada (c)	8.285	5.884	525	-	-	14.694
Material	18.930	4.188	-	-	8.331	31.449
Custo de Construção	508.471	-	-	-	-	508.471
Custos e Serviços de Terceiros	88.496	60.301	29.030	-	790	178.617
Depreciação e Amortização	134.622	17.386	186	-	985	153.179
Provisões Líquidas	-	-	-	56.524	61.552	118.076
Arrendamento e Aluguéis	689	3.932	147	-	(239)	4.529
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	-	(128.725)	(128.725)
Outras Receitas/Despesas	10.539	(5.398)	15.115	-	(29.730)	(9.474)
<b>Total</b>	<b>4.162.558</b>	<b>301.935</b>	<b>59.301</b>	<b>56.524</b>	<b>(86.410)</b>	<b>4.493.908</b>

**a) Energia Elétrica Comprada para Revenda**

Descrição	Consolidado	
	30.06.2024	30.06.2023
Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR	1.478.835	1.643.140
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	6.603	30.477
Itaipu Binacional	365.593	342.920
Contratos Bilaterais	50.901	25.740
Cotas de Energia Nuclear	111.446	105.043
Cotas de Garantia Física	250.135	254.360
Proinfa	138.607	147.472
PIS/COFINS	(213.736)	(229.980)
<b>Total</b>	<b>2.188.384</b>	<b>2.319.172</b>

A compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

**b) Encargos de Uso da Rede Elétrica**

Descrição	Consolidado	
	30.06.2024	30.06.2023
Encargo de Uso do Sistema	926.454	724.517
Encargos dos Serviços do Sistema – ESS	20.965	9.914
Encargos de Transporte de Itaipu	72.487	51.610
Encargo de Energia de Reserva – EER	195.972	205.270
PIS/COFINS	(112.468)	(91.696)
<b>Total</b>	<b>1.103.410</b>	<b>899.615</b>

**c) Pessoal e Previdência Privada**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023
<b>Pessoal</b>	<b>4.943</b>	<b>4.499</b>	<b>341.523</b>	<b>328.907</b>
Remunerações	4.699	4.266	165.981	155.023
Encargos Sociais	148	107	68.995	70.030
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	13.367	19.263
Benefícios Assistenciais	-	-	52.117	48.930
Provisões e Indenizações	38	59	40.961	35.558
Outros	58	67	102	103
<b>Previdência Privada – CELOS</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>15.611</b>	<b>14.694</b>
<b>Total</b>	<b>4.953</b>	<b>4.502</b>	<b>357.134</b>	<b>343.601</b>

## Notas Explicativas

### d) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

### 31.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>25</b>	<b>54</b>	<b>173.921</b>	<b>421.948</b>
Renda de Aplicações Financeiras	2.992	2.134	38.855	51.057
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	61.260	58.107
Variações Monetárias	-	-	7.417	20.740
Atualização Monetária s/ Ativos Financeiro Setoriais	-	-	37.452	47.885
Renda de Dividendos	1.315	2.662	1.315	2.662
Juros s/ Depósitos Judiciais	3.400	-	13.929	-
Atualização Trib. Recup. Exc ICMS PIS/COFINS (i)	-	-	22.430	251.551
Outras Receitas Financeiras	2.001	5.248	9.381	20.665
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(9.683)	(9.990)	(18.118)	(30.719)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(29)</b>	<b>(146)</b>	<b>(279.097)</b>	<b>(495.040)</b>
Encargos de Dívidas	-	-	(106.541)	(123.521)
Atualização Reserva Matemática a Amortizar	-	-	(6.008)	(14.207)
Imposto s/ Operações Financeiras – IOF	-	-	(4.705)	(1.021)
Variações Monetárias	-	-	(68.490)	(37.736)
Atualização Monetárias para Litígios	922	-	(11.878)	-
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(4.573)	(6.820)
Atualização Monetária s/ Passivos Financeiros	-	-	(54.509)	(49.624)
Atualização Vlr a Devolver Consum. Exc ICMS PIS/COFINS (i)	-	-	(15.375)	(255.880)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(3.276)	(3.168)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(15)	(3)	(580)	(920)
Outras Despesas Financeiras	(936)	(143)	(3.162)	(2.143)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(4)</b>	<b>(92)</b>	<b>(105.176)</b>	<b>(73.092)</b>

(i) Em 2023, houve o reconhecimento da atualização tributária acumulada do crédito recuperável da Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, referente à atualização financeira da 2ª ação judicial, da qual a Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias em fevereiro de 2023. Já em 2024, a Companhia vem reconhecendo a atualização mensal sobre o saldo existente.

A redução da despesa financeira converge com o parágrafo acima e decorre sobre as atualizações dos valores a devolver ao consumidor (via tarifa).

Destaca-se que sobre a receita financeira incidiu PIS/COFINS, gerando uma despesa de tributos de R\$14,0 milhões no primeiro trimestre de 2023.

### 32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, os resultados operacionais são mensalmente revistos pela Administração da Companhia e das controladas, responsáveis pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho e aderência ao plano diretor do Grupo.

O acompanhamento do desempenho de cada segmento tem como base as informações derivadas dos registros contábeis. Até 30 de junho de 2024, as vendas foram realizadas exclusivamente em território brasileiro e todos os ativos estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total registrada.

Em 30 de junho, as informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração, são as seguintes:

a) Controladora – A Celesc Holding tem como atribuição participação em outras empresas e a prestação de serviço de arrecadação de convênios nas faturas de energia.

b) Distribuição de energia - A Celesc D tem como atribuição prestar serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços

## Notas Explicativas

correlatos;

c) Geração de energia – A Celesc G tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica e solar.

Descrição	Segmentos Reportáveis			30.06.2024	
	Celesc D	Celesc G	Controladora	Ajustes de Consolidação	Total
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>5.133.600</b>	<b>90.739</b>	-	<b>(4.319)</b>	<b>5.220.020</b>
Custo das Vendas	(3.989.246)	(21.421)	-	4.319 (i)	(4.006.348)
Depreciação e Amortização	(150.127)	(1.450)	-	-	(151.577)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>994.227</b>	<b>67.868</b>	-	-	<b>1.062.095</b>
Despesas com Vendas	(126.170)	(290)	-	-	(126.460)
Despesas Gerais e Administrativas	(271.383)	(10.154)	(16.497)	-	(298.034)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	148.916	(1.178)	2.848	-	150.586
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	6.372	522.345	(499.147) (ii)	29.570
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>745.590</b>	<b>62.618</b>	<b>508.696</b>	<b>(499.147)</b>	<b>817.757</b>
Receitas Financeiras	168.937	4.959	25	- (iii)	173.921
Despesas Financeiras	(276.869)	(2.199)	(29)	- (iii)	(279.097)
<b>Resultado Financeiro, Líquido</b>	<b>(107.932)</b>	<b>2.760</b>	<b>(4)</b>	-	<b>(105.176)</b>
<b>Lucro Antes IRPJ e CSLL</b>	<b>637.658</b>	<b>65.378</b>	<b>508.692</b>	<b>(499.147)</b>	<b>712.581</b>
IRPJ e CSLL	(183.838)	(20.051)	886	-	(203.003)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>453.820</b>	<b>45.327</b>	<b>509.578</b>	<b>(499.147)</b>	<b>509.578</b>
<b>Total dos Ativos</b>	<b>10.095.013</b>	<b>1.016.850</b>	<b>3.587.558</b>		
<b>Total dos Passivos</b>	<b>8.853.153</b>	<b>190.737</b>	<b>233.119</b>		

Descrição	Segmentos Reportáveis			30.06.2023 (Reclassificado)	
	Celesc D	Celesc G	Controladora	Ajustes de Consolidação	Total
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>5.045.189</b>	<b>89.766</b>	-	<b>(4.208)</b>	<b>5.130.747</b>
Custo das Vendas	(4.011.912)	(20.232)	-	4.208 (i)	(4.207.936)
Depreciação e Amortização	(133.144)	(1.478)	-	-	(134.622)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>900.133</b>	<b>68.056</b>	-	-	<b>968.189</b>
Despesas com Vendas	(114.272)	(1.553)	-	-	(115.825)
Despesas Gerais e Administrativas	(278.097)	(8.822)	(15.016)	-	(301.935)
Outras Receitas/(Despesas) Líquidas	86.119	(1.715)	2.006	-	86.410
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	6.169	446.135	(423.761) (ii)	28.543
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>593.883</b>	<b>62.135</b>	<b>433.125</b>	<b>(423.761)</b>	<b>665.382</b>
Receitas Financeiras	418.656	9.390	54	(6.152) (iii)	421.948
Despesas Financeiras	(498.477)	(2.569)	(146)	6.152 (iii)	(495.040)
<b>Resultado Financeiro, Líquido</b>	<b>(79.821)</b>	<b>6.821</b>	<b>(92)</b>	-	<b>(73.092)</b>
<b>Lucro Antes IRPJ e CSLL</b>	<b>514.062</b>	<b>68.956</b>	<b>433.033</b>	<b>(423.761)</b>	<b>592.290</b>
IRPJ e CSLL	(137.974)	(21.283)	-	-	(159.257)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>376.088</b>	<b>47.673</b>	<b>433.033</b>	<b>(423.761)</b>	<b>433.033</b>
<b>Total dos Ativos</b>	<b>10.458.214</b>	<b>976.292</b>	<b>3.417.178</b>		
<b>Total dos Passivos</b>	<b>8.467.723</b>	<b>192.174</b>	<b>215.987</b>		

(i) Transações de compra e venda de energia entre a Celesc D e a Celesc G.

(ii) Equivalência patrimonial das subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G.

(iii) Juros referentes ao contrato de mútuo celebrado entre a Celesc D e a Celesc G.

## 33. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, já firmados com base em preços contratuais pré-determinados, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Consolidado 30.06.2024					
	2024	2025	2026	2027	2028	2028+
Compra de energia	2.030.988	4.092.196	4.230.830	4.131.453	4.265.322	44.561.196
Encargos de conexão e transporte de energia	991.052	2.059.207	2.131.954	2.204.593	2.279.328	35.938.606
<b>Total</b>	<b>3.022.040</b>	<b>6.151.403</b>	<b>6.362.784</b>	<b>6.336.046</b>	<b>6.544.650</b>	<b>80.499.802</b>

## Notas Explicativas

Descrição	Consolidado					
	31.12.2023					
	2024	2025	2026	2027	2028	2028+
Compra de energia	4.072.617	4.053.814	4.195.257	4.105.495	4.237.205	44.312.952
Encargos de conexão e transporte de energia	1.981.577	2.056.410	2.129.058	2.201.598	2.276.232	35.885.972
<b>Total</b>	<b>6.054.194</b>	<b>6.110.224</b>	<b>6.324.315</b>	<b>6.307.093</b>	<b>6.513.437</b>	<b>80.198.924</b>

## 34. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DAS SUBSIDIÁRIAS

### 34.1. Celeste D

#### 34.1.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	30.06.2024	31.12.2023
<b>Circulante</b>	<b>3.185.392</b>	<b>3.098.324</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	446.522	749.697
Contas a Receber de Clientes	2.147.362	1.935.736
Estoque	22.827	23.202
IRPJ e CSLL a Recuperar	139.445	25.809
Demais Tributos a Recuperar	187.231	171.322
Outros	242.005	192.558
<b>Não Circulante</b>	<b>7.719.621</b>	<b>7.713.074</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>2.874.901</b>	<b>3.035.166</b>
Contas a Receber de Clientes	10.881	25.307
Tributos Diferidos	804.617	854.645
Tributos a Recuperar	418.025	472.243
Depósitos Judiciais	332.606	322.544
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	900.266	775.920
Ativo de Contrato	394.658	486.893
Ativo Financeiro Setorial	-	94.538
Outros	13.848	3.076
<b>Imobilizado</b>	<b>10.334</b>	<b>15.623</b>
<b>Intangível</b>	<b>4.834.386</b>	<b>4.662.285</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>10.905.013</b>	<b>10.811.398</b>

#### 34.1.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	30.06.2024	31.12.2023
<b>Circulante</b>	<b>3.466.977</b>	<b>3.643.345</b>
Fornecedores	890.435	1.078.555
Empréstimos Moeda Nacional	393.196	258.631
Empréstimos Moeda Estrangeira	97.961	97.505
Debêntures	161.199	160.192
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	204.754	223.079
IRPJ e CSLL a Recolher	167.821	24.984
Demais Tributos a Recolher	296.700	252.864
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	170.809	174.528
Taxas Regulamentares	64.301	71.489
Passivo de Arrendamento	6.548	10.603
Benefícios a Empregados	211.434	272.597
Passivos Financeiro Setorial	667.818	903.863
Bônus Escassez Hídrica	-	1.146
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	-	7.596
Outros	134.001	105.713
<b>Não Circulante</b>	<b>5.386.176</b>	<b>5.471.725</b>
Empréstimos Moeda Nacional	275.000	412.863
Empréstimos Moeda Estrangeira	1.243.445	1.205.666
Debêntures	929.949	994.826
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	15.778	27.899
Taxas Regulamentares	88.807	83.387
Tributos a Recolher	21.120	-
Passivo de Arrendamento	4.683	5.987
Benefícios a Empregados	1.926.497	1.923.225
Provisão para Contingências	466.962	484.720
Passivo Financeiro Setorial	92.275	-
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	321.660	333.152
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.051.860</b>	<b>1.696.328</b>
Capital Social	1.580.000	1.580.000
Reservas de Lucro	1.406.608	1.406.608
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.290.280)	(1.290.280)
Lucros Acumulados	355.532	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>10.905.013</b>	<b>10.811.398</b>

## Notas Explicativas

### 34.1.3. Demonstração de Resultados

Descrição	30.06.2024	30.06.2023 (Reclassificado)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>5.133.600</b>	<b>5.045.189</b>
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	5.133.600	5.045.189
<b>Custos de Vendas</b>	<b>(4.139.373)</b>	<b>(4.145.056)</b>
Custo de Operação	(4.139.373)	(4.145.056)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>994.227</b>	<b>900.133</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(248.637)</b>	<b>(306.250)</b>
Despesas com Vendas	(59.859)	(59.064)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	(66.311)	(55.208)
Despesas Gerais e Administrativas	(271.383)	(278.097)
Outras Receitas	205.144	152.220
Outras Despesas	(56.228)	(66.101)
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>745.590</b>	<b>593.883</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(107.932)</b>	<b>(79.821)</b>
Receitas Financeiras	168.937	418.656
Despesas Financeiras	(276.869)	(498.477)
<b>Lucro Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>637.658</b>	<b>514.062</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(183.838)</b>	<b>(137.974)</b>
Corrente	(159.917)	(94.327)
Diferido	(23.921)	(43.647)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>453.820</b>	<b>376.088</b>

### 34.1.4. Receita Operacional

Descrição	30.06.2024	30.06.2023 (Reclassificado)
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>	<b>8.110.764</b>	<b>7.753.340</b>
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	3.548.885	3.119.529
Fornecimento Não Faturado (a)	(41.505)	(49.117)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	160.464	176.335
Ativos e (Passivos) Financeiros Setoriais	(8.927)	55.249
Disponibilização da Rede Elétrica	3.633.744	3.513.279
Energia de Curto Prazo	22.177	79.371
Renda de Prestação de Serviços	615	486
Doações e Subvenções	378.931	330.618
Receita de Construção	396.904	508.471
Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	15.271	12.867
Outras Receitas Operacionais	4.205	6.252
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(2.977.164)</b>	<b>(2.708.151)</b>
ICMS	(1.145.371)	(1.063.723)
PIS	(108.302)	(101.739)
COFINS	(498.844)	(468.616)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.172.383)	(1.024.194)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(23.676)	(33.985)
Programa Eficiência Energética – PEE	(23.676)	(11.328)
Taxa de Fiscalização - ANEEL	(4.912)	(4.560)
Outros Encargos	-	(6)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>5.133.600</b>	<b>5.045.189</b>

#### a) Receita de Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023
Residencial	2.707.951	2.654.023	4.328.435	3.817.360	1.769.495	1.463.447
Industrial	139.612	136.073	5.653.606	5.449.139	435.575	437.766
Comercial	324.528	314.540	2.817.209	2.612.211	836.507	749.343
Rural	221.456	225.546	552.482	541.689	217.525	196.797
Poder Público	27.362	25.952	278.516	251.421	114.752	94.549
Iluminação Pública	1.342	1.131	289.123	293.887	68.311	65.948
Serviço Público	4.418	4.237	229.844	220.625	65.215	62.562
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>3.426.669</b>	<b>3.361.502</b>	<b>14.149.215</b>	<b>13.186.332</b>	<b>3.507.380</b>	<b>3.070.412</b>
Suprimento de Energia	77	54	1.250.556	1.196.998	160.464	176.335
<b>Total</b>	<b>3.426.746</b>	<b>3.361.556</b>	<b>15.399.771</b>	<b>14.383.330</b>	<b>3.667.844</b>	<b>3.246.747</b>

(i) Informações não revisadas

## Notas Explicativas

### 34.1.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Estimativa de Perdas de Crédito	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	30.06.2024 Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	3.280.581	-	-	-	-	3.280.581
Pessoal	187.762	126.373	12.649	-	799	327.583
Despesa Atuarial	-	69.499	-	-	-	69.499
Entidade Previdência Privada	9.050	6.046	505	-	-	15.601
Material	21.013	4.446	-	-	6.876	32.335
Custo de Construção	396.904	-	-	-	-	396.904
Custos e Serviços de Terceiros	82.518	53.502	33.738	-	595	170.353
Depreciação e Amortização	150.127	15.856	50	-	-	166.033
Provisões Líquidas	-	-	-	66.311	13.984	80.295
Outros	11.418	(4.339)	12.917	-	(171.170)	(151.174)
<b>Total</b>	<b>4.139.373</b>	<b>271.383</b>	<b>59.859</b>	<b>66.311</b>	<b>(148.916)</b>	<b>4.388.010</b>

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Estimativa de Perdas de Crédito	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	30.06.2023 (Reclassificado) Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	3.208.965	-	-	-	-	3.208.965
Pessoal	172.307	128.585	14.290	-	626	315.808
Despesa Atuarial	-	68.885	-	-	-	68.885
Entidade Previdência Privada	8.285	5.881	525	-	-	14.691
Material	18.755	4.157	-	-	8.022	30.934
Custo de Construção	508.471	-	-	-	-	508.471
Custos e Serviços de Terceiros	84.722	56.121	28.833	-	790	170.466
Depreciação e Amortização	133.144	17.038	186	-	-	150.368
Provisões Líquidas	-	-	-	55.208	59.136	114.344
Outros	10.407	(2.570)	15.230	-	(154.693)	(131.626)
<b>Total</b>	<b>4.145.056</b>	<b>278.097</b>	<b>59.064</b>	<b>55.208</b>	<b>(86.119)</b>	<b>4.451.306</b>

### 34.1.6. Resultado Financeiro

Atualização de ativo e passivo financeiro setoriais: Atualização é pela Selic. As variações ocorrem, dependendo de os valores constituídos serem Ativos (receita) ou Passivos (despesa) Financeiros.

A maior parte da variação de encargos das dívidas é referente aos encargos e juros remuneratórios do contrato de empréstimo com o Banco Safra, no valor de R\$550,0 milhões, para capital de giro. A dívida começaria a ser paga em agosto de 2023 e, através de aditamento, teve seu início prorrogado para agosto de 2024 e término em fevereiro de 2026.

Encargos de dívidas: Os Encargos dos empréstimos em moeda nacional, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e das debêntures, são atualizados pelo CDI. No segundo trimestre de 2024 o CDI acumulado foi de 5,22%, sendo que no mesmo período de 2023 foi 6,44%.

Atualização Tributária de Crédito Recuperável da Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS: Referente à atualização financeira da 2ª ação judicial, da qual a Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias em fevereiro de 2023.

## Notas Explanatórias

Descrição	30.06.2024	30.06.2023 (Reclassificado)
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>168.937</b>	<b>418.656</b>
Renda de Aplicações Financeiras	30.975	45.298
Variações Monetárias	7.417	20.740
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	37.452	47.885
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Energia Vendida	61.249	58.106
Atualização Trib. Recup. Exc. ICMS PIS/COFINS	22.430	251.551
Juros Depósitos Judiciais	10.512	-
Outras Receitas Financeiras	7.096	15.355
(-) Tributos s/ Receita Financeira	(8.194)	(20.279)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(276.869)</b>	<b>(498.477)</b>
Encargos de Dívidas	(106.541)	(123.521)
Juros e Atualização Monetária Reserva Matemática	(6.008)	(14.207)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(4.705)	(1.021)
Encargos de Mútuo	-	(6.152)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(4.464)	(6.717)
Custo na Emissão de Debêntures	(1.204)	(764)
Variações Monetária Debêntures	(68.098)	(37.689)
Outras Variações Monetárias	(392)	(47)
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	(54.509)	(49.624)
Juros de Arrendamentos	(565)	(917)
Atualização Valor a Devolver Consum. Exc. ICMS PIS/COFINS	(15.375)	(255.880)
Atualização Monetária Litígios	(12.800)	-
Outras Despesas Financeiras	(2.208)	(1.938)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(107.932)</b>	<b>(79.821)</b>

## 34.2. Celesc G

### 34.2.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	30.06.2024	31.12.2023
<b>Circulante</b>	<b>182.036</b>	<b>189.575</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	87.759	99.828
Contas a Receber de Clientes	14.696	16.805
Estoque	68	68
IRPJ e CSLL a Recuperar	11.785	6.838
Demais Tributos a Recuperar	1.685	1.690
Despesas Antecipadas	281	1.047
Dividendos e JCP a Receber	3.961	3.513
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	42.971	41.569
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	18.829	18.215
Outros	1	2
<b>Não Circulante</b>	<b>834.814</b>	<b>804.668</b>
<b>Realizável à Longo Prazo</b>	<b>475.202</b>	<b>472.095</b>
Depósitos Judiciais	496	449
Demais Tributos a Recuperar	1.183	1.281
Tributos Diferidos	-	5.786
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	323.915	317.792
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	147.187	144.366
<b>Investimentos</b>	<b>116.466</b>	<b>110.942</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>199.577</b>	<b>177.190</b>
<b>Intangível</b>	<b>43.569</b>	<b>44.441</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.016.850</b>	<b>994.243</b>

## Notas Explicativas

### 34.2.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	30.06.2024	31.12.2023
<b>Circulante</b>	<b>53.325</b>	<b>73.308</b>
Fornecedores	4.303	9.804
Debêntures	6.155	6.001
IRPJ e CSLL a Recolher	15.624	-
Demais Tributos a Recolher	1.376	9.747
Taxas Regulamentares	2.182	2.020
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	21.808	43.616
Outros	1.877	2.120
<b>Não Circulante</b>	<b>137.412</b>	<b>140.149</b>
Debêntures	33.486	35.587
Tributos Diferidos	103.086	103.878
Taxas Regulamentares	807	658
Provisões para Contingências	33	26
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>826.113</b>	<b>780.786</b>
Capital Social	450.000	450.000
Reservas de Lucro	317.892	317.892
Lucros Acumulados	45.605	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	12.616	12.894
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.016.850</b>	<b>994.243</b>

### 34.2.3. Demonstração de Resultados

Descrição	30.06.2024	30.06.2023 (Reclassificado)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>90.739</b>	<b>89.766</b>
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	90.739	89.766
<b>Custos de Vendas</b>	<b>(22.871)</b>	<b>(21.710)</b>
Custo de Operação	(22.871)	(21.710)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>67.868</b>	<b>68.056</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(5.250)</b>	<b>(5.921)</b>
Com Vendas	(290)	(237)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	-	(1.316)
Gerais e Administrativa	(10.154)	(8.822)
Outras Receitas	-	27
Outras Despesas	(1.178)	(1.742)
Participação nos lucros das investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	6.372	6.169
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>62.618</b>	<b>62.135</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>2.760</b>	<b>6.821</b>
Receitas Financeiras	4.959	9.390
Despesas Financeiras	(2.199)	(2.569)
<b>Lucro Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>65.378</b>	<b>68.956</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(20.051)</b>	<b>(21.283)</b>
Corrente	(15.057)	(16.262)
Diferido	(4.994)	(5.021)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>45.327</b>	<b>47.673</b>

### 34.2.4. Receita Operacional

Descrição	30.06.2024	30.06.2023
<b>Receita Operacional Bruta – ROB (a)</b>	<b>101.194</b>	<b>99.969</b>
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial	10.442	11.332
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial – Não Faturado	279	(434)
Fornecimento de Energia Elétrica – Comercial	2.009	2.208
Suprimento de Energia Elétrica	43.017	41.488
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	431	(568)
Energia Elétrica de Curto Prazo	2.231	3.031
Receita Financeira Juros Bonificação de Outorga	20.795	20.145
Receita Financeira Atualização Monetária. Bonificação de Outorga	8.653	9.604
Receita Financeira Juros Usina Pery	9.100	8.813
Receita Financeira Atualização Monetária Usina Pery	3.919	4.349
Renda de Prestação de Serviços	18	-
Arrendamentos e Aluguéis UFV	300	1
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>(10.455)</b>	<b>(10.203)</b>
PIS	(1.473)	(1.439)
COFINS	(6.787)	(6.626)
Taxa Fiscalização	(248)	(381)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(1.387)	(1.178)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(559)	(579)
ISS	(1)	-
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>90.739</b>	<b>89.766</b>

## Notas Explicativas

### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023
Industrial	15	16	51.402	46.256	10.721	10.898
Comercial, Serviços e Outros	5	1	14.409	10.427	2.009	2.208
Suprimento de Energia	81	85	326.908	318.369	43.448	40.920
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	6.440	2.412	2.231	3.031
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>102</b>	<b>399.159</b>	<b>377.464</b>	<b>58.409</b>	<b>57.057</b>

(i) Informações não revisadas

### 34.2.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Estimativa de Perdas de Crédito	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	30.06.2024 Total
	30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	11.665	-	-	-	-	11.665
Energia Elétrica Comprada para Revenda CP	2.216	-	-	-	-	2.216
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.623	-	-	-	-	1.623
Pessoal	1.533	7.464	-	-	-	8.997
Material	88	56	-	-	436	580
Custos e Serviços de Terceiros	3.465	2.154	206	-	-	5.825
Depreciação e Amortização	1.450	215	-	-	-	1.665
Seguros	795	-	-	-	-	795
Provisões Líquidas	-	-	-	-	7	7
Tributos	36	75	84	-	-	195
Aluguéis	-	123	-	-	-	123
Outros	-	67	-	-	735	802
<b>Total</b>	<b>22.871</b>	<b>10.154</b>	<b>290</b>	<b>-</b>	<b>1.178</b>	<b>34.493</b>

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Estimativa de Perdas de Crédito	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	30.06.2023 (Reclassificado) Total
	30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	10.279	-	-	-	-	10.279
Energia Elétrica Comprada para Revenda CP	1.985	-	-	-	-	1.985
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.697	-	-	-	-	1.697
Pessoal	1.432	7.160	8	-	-	8.600
Material	175	31	-	-	309	515
Custos e Serviços de Terceiros	3.843	1.291	197	-	-	5.331
Depreciação e Amortização	1.478	215	-	-	-	1.693
Seguros	782	-	-	-	-	782
Provisões Líquidas	-	-	-	1.316	-	1.316
Tributos	68	68	32	-	-	168
Aluguéis	-	37	-	-	-	37
Outros	(29)	20	-	-	1.406	1.397
<b>Total</b>	<b>21.710</b>	<b>8.822</b>	<b>237</b>	<b>1.316</b>	<b>1.715</b>	<b>33.800</b>

### 34.2.6. Resultado Financeiro

Descrição	30.06.2024	30.06.2023
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>4.959</b>	<b>9.390</b>
Renda de Aplicação Financeira	4.888	3.625
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia	11	1
Juros do Contrato de Múltuo	-	6.152
Juros Depósitos Judiciais	17	-
Outras Receitas Financeiras	43	(388)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(2.199)</b>	<b>(2.569)</b>
Juros s/ as Debêntures	(2.006)	(2.338)
Custos na Emissão de Debêntures	(66)	(66)
Atualização do P&D	(109)	(103)
Outras Despesas Financeiras	(18)	(62)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>2.760</b>	<b>6.821</b>

## Notas Explicativas

### 35. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### 35.1. Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG 2023/2024

Em 23 de julho de 2024, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.353, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2024/2025, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025.

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R\$19,98 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual	Receita Mensal
	(R\$/mil) Ciclo 2024/2025	(R\$/mil) Ciclo 2024/2025
UHE Pery	28.643	2.387
UHE Garcia	13.512	1.126
UHE Bracinho	17.446	1.454
UHE Cedros	12.264	1.022
UHE Palmeiras	26.121	2.177
UHE Salto	8.884	740

#### 35.2. Emissão de Novas Debêntures

Na reunião do Conselho de Administração, de 4 de junho de 2024, foi aprovada a contratação do consórcio vencedor da chamada pública para contratação de novas debêntures e foi autorizada a assinatura da proposta de crédito e a execução de atos correlatos, incluindo a celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e de outros documentos relacionados à 7ª Emissão de Debêntures da Celesc Distribuição S.A. O instrumento particular de emissão foi assinado, em 5 de julho de 2024, com fiança da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., que garante e se responsabiliza em favor dos debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, fiel, pontual, integral e exato cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela emissora.

A data considerada de emissão das debêntures é 15 de julho de 2024 e estão sendo emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem preferência, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, e contam com garantia fidejussória adicional, possuindo duas séries, uma Institucional e uma série de Infraestrutura/Incentivada.

##### Primeira Série (Institucional):

São 200.000 (duzentas mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), em sua data de emissão, com prazo de vencimento para 7 (sete) anos, em 15 de julho de 2031.

Não possuem incidência de atualização monetária e têm juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, acrescida de spread (sobretaxa) a ser definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e limitado a 1,35% ao ano.

O pagamento da remuneração foi definido de forma semestral, a partir da data da emissão, vencendo-se o primeiro em 15 de janeiro de 2025, e os demais sucessivamente até o prazo final das debêntures mencionado acima. A amortização do principal, por sua vez, foi definida em 4 (quatro) parcelas da seguinte forma: 25% em 15 de janeiro de 2030, 8% em 15 de julho de 2030, 17% em 15 de janeiro de 2031 e os 50% restantes em 15 de julho de 2031, data do vencimento dessa série.

##### Segunda Série (Infraestrutura/Incentivada):

São 1.000.000 (um milhão) de debêntures no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), em sua data de emissão, com prazo de vencimento para 10 (dez) anos, em 15 de julho de 2034.

## Notas Explicativas

Possuem incidência de atualização monetária pela variação do IPCA e têm juros remuneratórios a serem definidos no Procedimento de Bookbuilding, correspondente, no máximo, à maior taxa entre: i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de até 0,60% ao ano, ou ii) 6,70% ao ano.

O pagamento da remuneração foi definido de forma semestral, a partir da data da emissão, vencendo-se o primeiro em 15 de janeiro de 2025, e os demais sucessivamente até o prazo final das debêntures mencionado acima. A amortização do principal, por sua vez, foi definida em 6 (quatro) parcelas da seguinte forma: 17% em 15 de janeiro de 2032, 3% em 15 de julho de 2032, 5% em 15 de janeiro de 2033, 8% em 15 de julho de 2033, 17% em 15 de janeiro de 2034 e os 50% restantes em 15 de julho de 2034, data do vencimento dessa série.

O total da operação referente às duas séries, no valor de R\$1,2 bilhões, foi recebido à vista, em moeda corrente nacional, em 31 de julho de 2024.

### 35.3. Alteração do Estatuto Social

No dia 5 de agosto de 2024, os acionistas da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. foram convocados para a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, cuja pauta tratou da reforma do estatuto social da Companhia.

A reforma consistia na alteração do número e da nomenclatura das diretorias, sobretudo pela cisão da atual Diretoria de Assuntos Jurídicos e Regulatórios, transformando-a em Diretoria Jurídica e Diretoria de Gestão de Energia e Regulação, além de ajustes de redação em alguns textos relacionados à matéria.

Com a alteração, a Diretoria Executiva da Companhia passa a ser composta por 9 (nove) membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, ocupando as seguintes pastas:

- Presidência
- Diretoria de Planejamento, Controles e Compliance
- Diretoria de Finanças e Relações com Investidores
- Diretoria de Gestão Corporativa
- Diretoria Comercial
- Diretoria de Geração e Transmissão e Novos Negócios
- Diretoria de Distribuição
- Diretoria de Gestão de Energia e Regulação
- Diretoria Jurídica

### 35.4. Aditamento de Prorrogação de Empréstimo

Em 7 de agosto de 2024, foi formalizada a adição à cédula de crédito bancário, originalmente firmada em 24 de fevereiro de 2022, no montante de R\$550,0 milhões. Como resultado desse aditamento, o vencimento final foi prorrogado para 7 de fevereiro de 2029. A data da primeira amortização foi redefinida para 7 de agosto de 2025, mantendo-se as subsequentes amortizações de forma semestral a partir desta data. A remuneração contratual permanece indexada à taxa equivalente ao CDI, acrescida de 1,65% ao ano, refletindo adequadamente as condições de mercado vigentes.

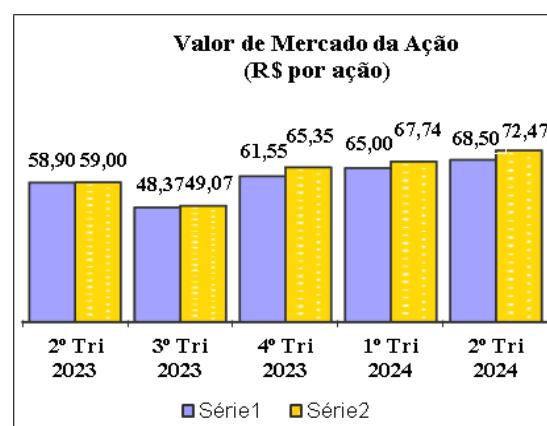
## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

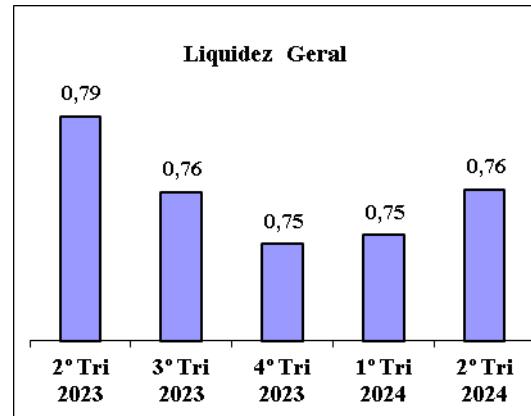
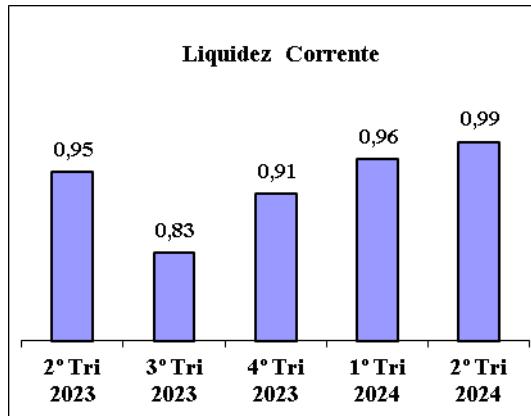
#### 1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS

(Informações não revisadas)

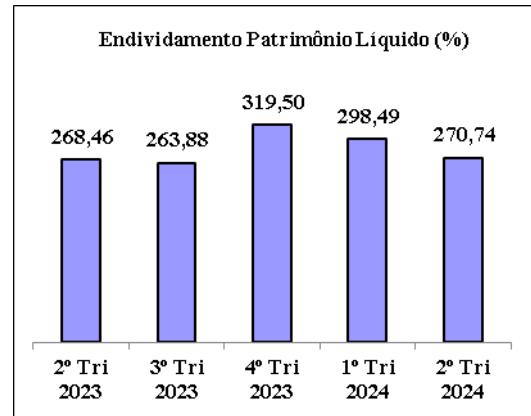
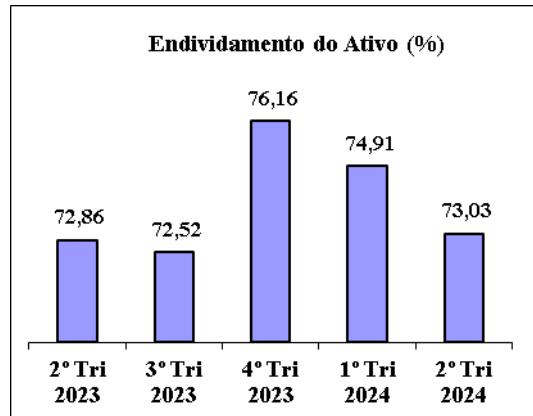
##### 1.1. Patrimoniais



##### 1.2. Liquidez

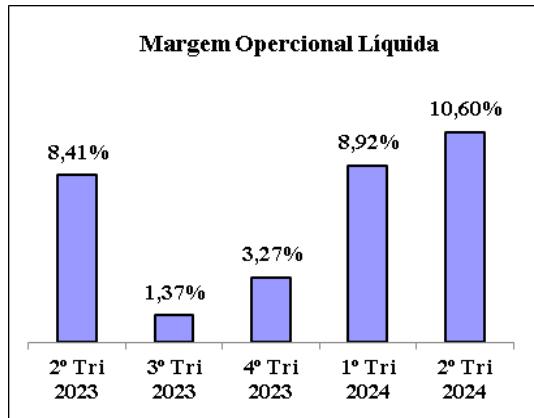
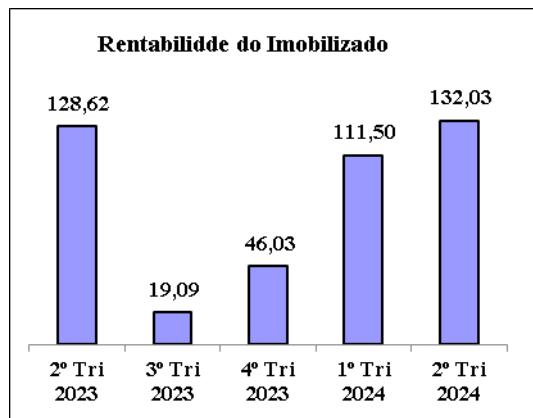
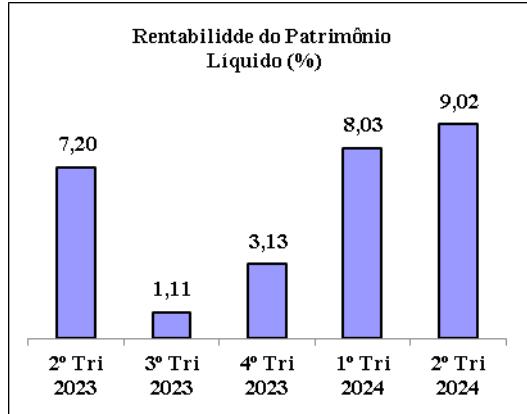
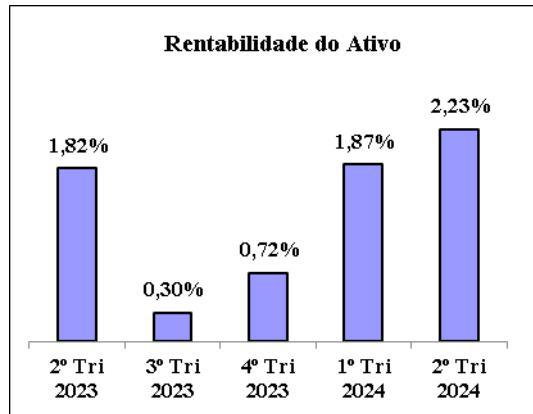


##### 1.3. Endividamento

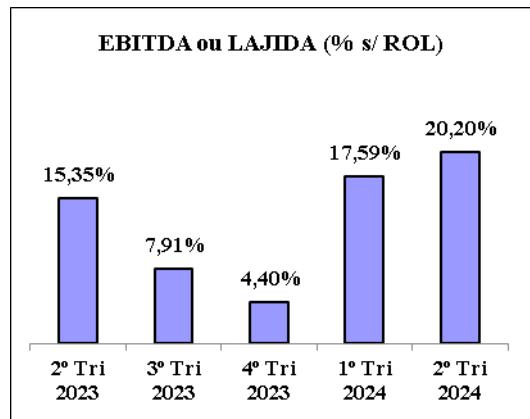
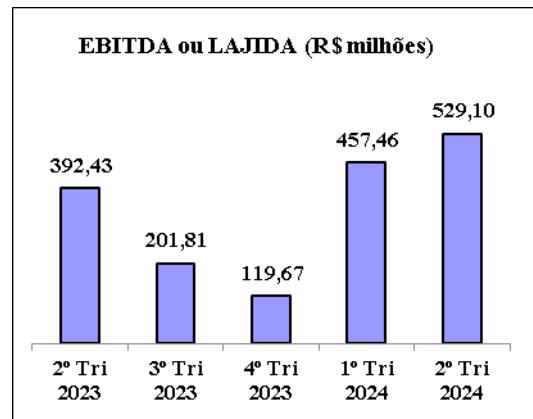


## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### 1.4. Rentabilidade

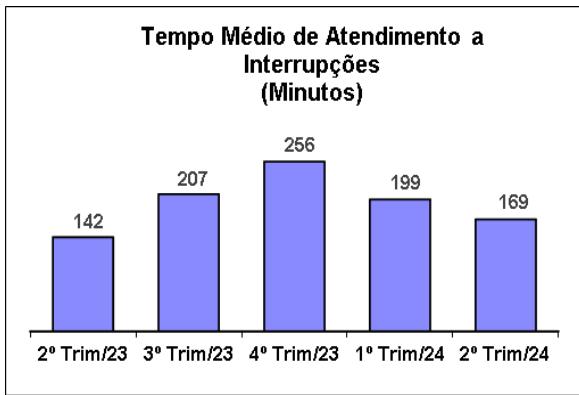
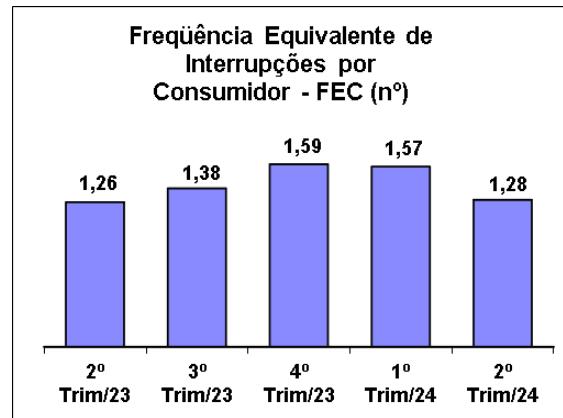
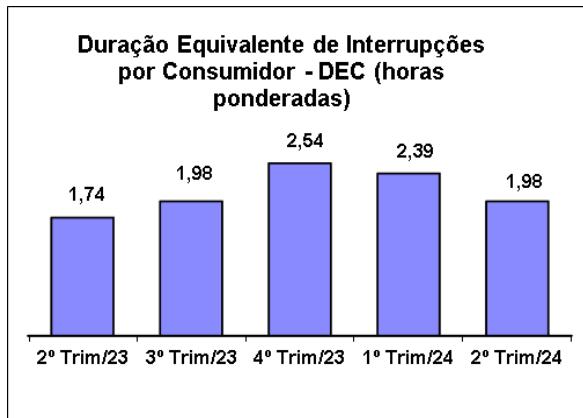
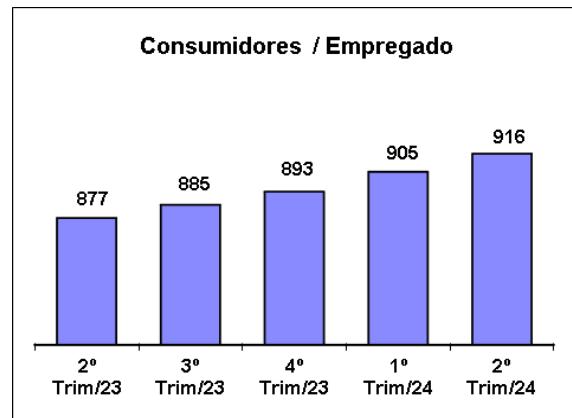
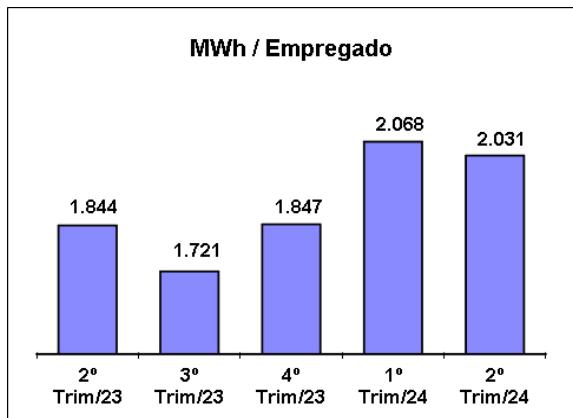


### 1.5. EBITDA ou LAJIDA



## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### 1.6. Eficiência



## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.  
Florianópolis - SC

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros Assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 14 de agosto de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Samuel Viero Ricken  
CRC SC-030412/O-1

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 2º trimestre de 2024.

Tarcísio Estefano Rosa  
Diretor Presidente

Julio Cesar Pungan  
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento  
Diretor de Distribuição

Elói Hoffelder  
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Lino Henrique Pedroni Junior  
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Nelson Ronnie dos Santos  
Diretor de Gestão Corporativa

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior  
Diretor Jurídico

Pilar Sabino da Silva  
Diretora de Gestão de Energia e Regulação

Vitor Lopes Guimarães  
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado  
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 2º trimestre de 2024.

Tarcísio Estefano Rosa  
Diretor Presidente

Júlio Cesar Pungan  
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento  
Diretor de Distribuição

Elói Hoffelder  
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Lino Henrique Pedroni Junior  
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Nelson Ronnie dos Santos  
Diretor de Gestão Corporativa

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior  
Diretor Jurídico

Pilar Sabino da Silva  
Diretora de Gestão de Energia e Regulação

Vitor Lopes Guimarães  
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado  
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0